

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

Felipe Vieira Leite

**O EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA:
DO CIENTIFICISMO NO IMPÉRIO A
PROFISSIONALIZAÇÃO DOS MILITARES NA
REPÚBLICA (1850-1905)**

Niterói
2022

FELIPE VIEIRA LEITE

LINHA DE PESQUISA II
POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA

**O EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: DO CIENTIFICISMO NO
IMPÉRIO A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS MILITARES NA REPÚBLICA (1850-
1905)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues
Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Viviane Machado Caminha

NITERÓI
2022

FELIPE VIEIRA LEITE

**"O EXÉRCITO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: DO CIENTIFICISMO
NO IMPÉRIO A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS MILITARES NA REPÚBLICA
(1880-1905)."**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Mestre em História, aprovada no dia 06 de abril de 2022 pela banca examinadora,
composta pelos professores:



Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Viviane Machado Carlinha
Professora da Escola Superior de Guerra (ESG)



Prof. Dr. Fabiano Polinaciê Frade
Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Edson Roberto Salomão
Professor da Escola Superior de Guerra (ESG)

Resumo

O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de mudança na formação dos oficiais do Exército que, no fim do século XIX, transitava do cientificismo para o profissionalismo. O sistema de ensino, que era responsável pela formação, foi muito influenciado pela atuação das Forças Armadas no processo das transformações por que passava a Nação e das agitações políticas que permeavam no seio da Instituição. Estudamos de que forma o posicionamento político assumido pelo Exército influenciou na sua preparação para o fim a que se destinava, pois Instituições de Estado como as Forças Armadas, quanto mais bem capacitadas para atuar com eficácia, melhor desempenharão seus papéis. Para alcançarmos nossos objetivos procuramos analisar o Exército como um todo, não apenas seu sistema de ensino, pois assim cremos poder chegar a um melhor entendimento dos motivos pelos quais as ações foram tomadas ou não. Esta pesquisa faz-se importante para que as novas gerações não desconheçam o passado e possam incorrer em pontos que não permitam o melhor preparo do Exército, cativando as decisões políticas de forma nem sempre assertivas.

Palavras-Chave: Exército Brasileiro, cientificismo, profissionalismo, positivismo.

Abstract

The present study aims to analyze the process of change in the training of Army officers, which at the end of the 19th century moved from scientism to professionalism. The education system, which was responsible for training, was greatly influenced by the actions of the Armed Forces in the process of transformations that the Nation was going through and the political unrest that permeated within the Institution. We studied how the political position assumed by the Army influenced its preparation for the purpose for which it was intended, since State Institutions such as the Armed Forces, the better able to act effectively, the better they will perform their roles. In order to achieve our objectives, we seek to analyze the Army as a whole, not just its education system, because in this way, we believe we can reach a better understanding of the reasons why actions were taken or not applied. This research is important so that there is no risk of new generations ignoring the past and may incur in points that do not allow the best preparation of the Army, captivating political decisions in a way that is not always assertive.

Keywords: Brazilian Army, scientism, professionalism, positivism.

*À minha amada esposa, Liliane,
e filhos, Tiago e Miguel*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu Deus, criador e sustentador, o único digno de toda honra e glória, por ter misericórdia e me sustentar, dando sabedoria e inteligência e por colocar em meu caminho, Instituições e pessoas comprometidas com o livre e amplo aprendizado.

A minha amada esposa Liliane, agradeço pelo apoio, paciência e compreensão.

Aos meus filhos Tiago e Miguel, herança do Senhor, pela compreensão e amor.

Aos meus pais Bartholomeu (em memória) e Rosilene, pelos ensinamentos, paciência e exemplo.

Ao Prof. Dr. e orientador, Fernando da Silva Rodrigues, pelas orientações, condução sábia, mansa e que resultou, a cada momento, fazer com que este aluno despertasse para novos conhecimentos.

Ao meu amigo, Márcio de Sousa Pinho, por ter aberto meus olhos para o horizonte da História e por ter disponibilizado todo o suporte quando necessário.

A Instituição Exército Brasileiro, na figura da Academia Militar das Agulhas Negras, por ter disponibilizado a oportunidade de crescimento e cedido meu tempo de trabalho para o estudo.

A UNIVERSO, pela disponibilização do curso e pela manutenção de professores capacitados e comprometidos com o aprendizado.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – A Caracterização do Exército Brasileiro até a Guerra do Paraguai.....	10
1.1 Delimitando “Cientificismo” e “Profissionalismo”.....	11
1.2 A Necessidade do Sentimento de Categoria Profissional.....	15
1.2.1 A Gênese da Formação do Povo Brasileiro.....	18
1.2.2 Características da Formação da Classe Militar.....	24
1.2.2.1 A Organização das Escolas Militares Cientificistas.....	25
1.2.2.2 Enquanto Há Disputa de Poder Entre duas Elites Existentes, Nasce a Militar.....	32
1.3 O Ambiente Propício ao Positivismo.....	36
Capítulo II – A Tensão Entre Cientificismo e Profissionalismo.....	42
2.1 A Profissionalização nas Escolas Militares.....	46
2.2 Ações da liderança do exército que demonstram a busca pela Profissionalização.....	55
2.3 A Repartição Eclesiástica do Exército, exemplo da consequência do pensamento positivista.....	64
Capítulo III – O Processo de Profissionalização do Exército Após a Proclamação da República até o Término da Guerra de Canudos.....	73
3.1 Ideias positivistas que perderam forças no meio militar com a morte de Benjamin Constant.....	75
3.2 Canudos.....	83
3.2.1 Reflexos de Canudos para a Instituição Exército.....	94
3.3 O Endurecimento dos Líderes Militares com as Reformas que não Reformavam.....	96
Considerações finais.....	101
Fontes.....	104
Bibliografia.....	106

INTRODUÇÃO

A Independência do Brasil, a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República, deixam transparecer como as Forças Armadas participaram nos principais movimentos políticos que a Nação Brasileira esteve envolvida. Dessa forma, o foco de nossa pesquisa concentrar-se-á no processo de mudança na formação dos oficiais do Exército, que, no fim do século XIX, transitava do cientificismo para o profissionalismo. O sistema de ensino, que era responsável pela formação, foi muito influenciado pela atuação das Forças Armadas, tanto no processo das transformações por que passava a Nação quanto das agitações políticas que permeavam no seio da Instituição. O interesse pelo tema repousa em pesquisar o pensamento político construído pelo Exército na transição do Império para a Primeira República, como forma de entender sua formação intelectual e profissional. A proposta está articulada ao trabalho de intelectuais como José Murilo de Carvalho¹ e Edmundo Campos Coelho².

A facilidade com que os oficiais subalternos chegavam a Deodoro e a outros chefes militares durante a Questão Militar, levando-lhes os anseios, preocupações e demandas do Exército, pouco tem a ver com o insulamento das elites. É a quebra deste insulamento que produz a organização de massa, aqui entendida como o equivalente organizacional da "sociedade de massa" da literatura sociológica. Livres destas pressões que fluíam de baixo, protegidas deste processo de democratização, chefes militares como Deodoro provavelmente não teriam optado pela alternativa de deposição da Monarquia.³

Reforça, ainda, o interesse pelo tema, o fato de existirem poucos trabalhos de pesquisa que fazem uma análise em profundidade sobre o positivismo, como o principal pensamento político adotado pelo Exército e sobre suas idéias transformadoras, principalmente na delimitação de alguns dos episódios do período. O escopo da pesquisa consistirá na da influência dos pensamentos políticos no Exército em momentos sensíveis da história brasileira. Cabe salientar que o presente trabalho possui como delimitação espacial o Brasil, tendo em vista ser o Exército uma instituição nacional, presente em todo território. O recorte temporal compreende a segunda metade do século XIX, momento de influência dos pensamentos de Auguste Comte no ensino das Escolas Militares, até a primeira década do século XX, quando houve a reformulação dos regulamentos das Escolas Militares que,

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: J. 2006.

² COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: Record, 2000.

³ COELHO, *Em busca da identidade...* p. 72.

conforme Fernando Rodrigues⁴, foi repensado para buscar a formação de "soldados profissionais e competentes".

Assim, é oportuno problematizar e questionar, em que medida os pensamentos políticos influenciaram a profissionalização do Exército? Estes pensamentos influenciaram os currículos das Escolas Militares a ponto de estas contribuírem para a atuação do Exército Brasileiro na Proclamação da República? Foi o fato de as Escolas Militares serem influenciadas por pensamentos políticos como o positivismo que fez com que militares se envolvessem tanto com a política, e, em 1905, houvesse a tentativa de, através de mais uma reformulação dos regulamentos das Escolas Militares, alcançarem o objetivo de profissionalizar os militares?

Com base nesses questionamentos, este trabalho busca subsídios, dentro do contexto da influência de pensamentos políticos, para avaliar o desdobramento das relações civis e militares, da reformulação constante do ensino militar e da evolução doutrinária do Exército.

As análises acerca do posicionamento político do Exército remontam a Guerra da Independência (1821 - 1824), quando as tropas formadas por colonos e mercenários estrangeiros lutaram para garantir a independência do Brasil frente à Portugal. Era fato que a metrópole não conseguia mais satisfazer os desejos e necessidades da Província e, de igual modo, em Portugal crescia o descontentamento com os representantes do Brasil nas cortes, devido às providências restritivas aos direitos e aos privilégios. Este cenário deixou Dom Pedro dividido entre a independência do Brasil ou sua recolonização, a que ele tendia. Os integrantes do Exército no Brasil também estavam divididos e quando a população se juntou, voluntariamente ao exército, prontos para fazer frente aos portugueses, estes voltaram para Portugal com o intuito de informar o que acontecia aqui. Estando em São Paulo e recebendo despachos de Lisboa, onde eram impostas várias ordens contrárias as decisões de dom Pedro, este resolveu declarar a independência do Brasil. Vários conflitos internos começaram a partir deste momento, mas todos foram debelados pelo Exército que foi lapidado pelas batalhas e tomou forma própria, diferente da que tinha quando configurava-se aos moldes do exército lusitano, que era formado por milícias.⁵

⁴ RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: Instituição, pensamento políticos e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905 - 1946)*. Jundiaí. Paco Editorial: 2010.

⁵ MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 254.

Segundo o sociólogo Edmundo Campos Coelho⁶ em 1831, com a criação da Guarda Nacional, o Exército ficou restrito a segurança externa e a princípio deixou de atuar diretamente na política interna relacionada à segurança. O recrutamento dos integrantes da Guarda Nacional, como força auxiliar do Exército, era feito na base de cidadãos em condições de serem alistados eleitores, sendo que esta força tinha a existência de um comandante por distrito e subordinação às Câmaras Municipais e ao Juiz de Paz local. Tais pontos peculiares mostravam a dependência desta classe aos que lideravam politicamente e faziam com que esta Guarda não cumprisse a finalidade para a qual foi criada – a segurança interna – comprometida pela instabilidade do país.

Nos anos 1960, Coelho, com investigações sobre a Sociologia da Burocracia, foi o primeiro a chamar a atenção para a importância da teoria organizacional e, em conexão com isto, o primeiro a estudar o Exército como uma organização com dinâmica própria. O livro *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira* tomou-se uma referência para estudar os militares.

Para o militar e historiador marxista Nelson Werneck Sodré⁷, o Exército no século XIX estava com o material em péssimas condições, com poucos viveres e soldos atrasados. Na campanha interna contra os farroupilhas, Duque de Caxias intercedeu pelos seus subordinados, mas sendo monarquista, membro de Partido Conservador e leal à coroa, jamais permitiria que as tropas do Exército se rebelassem contra as tensões existentes. Já em importantes conflitos externos a situação não era muito diferente e precisou ser mudada. Com apenas 18000 homens inicia-se a Guerra do Paraguai (1864/1870), travada pelo Brasil, Uruguai e Argentina (Tríplice Aliança) contra o Paraguai. Foi o maior conflito armado na América do Sul, e que permitiu ao Exército Brasileiro se reestruturar, como relata Sodré:

A guerra do Paraguai alteraria profundamente a estrutura social do Exército. Não teria sido possível, realmente, desenvolver as largas operações do exterior, durante cinco anos à base da tropilha irregular gaúcha e a base do voluntariado à força que se arregimentava nas unidades de linha. Em janeiro de 1865, pois, o governo imperial atendeu às novas e impositivas necessidades do Exército com a lei que previu a organização dos Corpos Voluntários da Pátria, isto é, cidadãos entre 18 e 50 anos que, além do soldo comum às praças, recebiam mais 500 réis diários. Essa composição seria afetada também pelo ingresso de libertos e de escravos, em grande número. A maioria da tropa regular que combateu no exterior era continuada de negros; depois de carregar o fardo do trabalho, carregariam o fardo da guerra. Mas voltaria ao país com novo espírito, com capacidade muito ampla de analisar a sociedade escravista brasileira.⁸

⁶ COELHO, *Em busca da identidade...* p. 56.

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010, p. 157- 161.

⁸ *Ibid.*, p. 182.

A *Revista do Exército Brasileiro* de 1885⁹, como parte de uma produção intelectual institucionalizada, em seu Editorial, retrata como alguns dos integrantes do exército percebiam a importância que dom Pedro II dispensava aos militares, e publicou o seguinte trecho: "um país como o nosso, que julga que um exército se faz mister quando o inimigo lhe bate arrogantemente à porta, que não aquilata ainda devidamente o merecimento militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco a pouco aprecia a justa dedicação pelo serviço público"¹⁰. Isto mostra como os oficiais, aqui representados pelos editores da *Revista do Exército Brasileiro*, ensejavam uma mudança na Instituição, visando a valorização e profissionalização dos militares.

Em 15 de novembro de 1889, na Proclamação da República, o Exército Brasileiro teve papel protagonista, pois o movimento foi planejado e executado, quase que em sua integridade, por militares insatisfeitos com dom Pedro II e influenciados pelas idéias positivistas trazidas da França. Os oficiais mais antigos sentiam-se desprestigiados por suas histórias passadas na força, muitos ex-combatentes da guerra do Paraguai não aproveitados por dom Pedro II nos escalões administrativos do império. Os oficiais mais novos também desprezavam estes mais antigos e muitos aderiram ao pensamento do Partido Republicano, formado em 1870. Na década de 1880 a situação se agravou após oficiais serem punidos por criticarem, em público, o governo. Com a criação do Clube Militar em 1887, os militares se distanciaram dos oligarcas e aproximaram-se dos abolicionistas. Com o não cumprimento da retirada das punições das fichas dos militares que foram sancionados por críticas públicas ao governo, Deodoro da Fonseca tentou, inutilmente, convencer o imperador a mandar o ministério retirar a punição das fichas. O imperador endureceu e Deodoro, influenciado pelo movimento da jovem oficialidade, proclamou o fim de Império e o início da república.¹¹

Para o sociólogo e jurista Oliveira Viana¹² é importante relatar a situação do Exército antes da Proclamação da República e mostrar o quanto os militares eram disciplinados e patriotas, comparados a religiosos por seu comprometimento com a causa que defendia. Em determinado momento, que se confunde com a entrada do pensamento de Auguste Comte nas Escolas Militares, Viana explica:

Essas questões militares de 86-87 têm uma grande importância – porque delas que partiu toda a dinâmica do movimento que haveria de dar, dois anos mais tarde com o trono em terra. O Exército se achava então trabalhado por

⁹ *Revista do Exército Brasileiro*. Editorial janeiro de 1885. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1885.

¹⁰ *Revista do Exército Brasileiro*. Editorial janeiro de 1885. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1885, p. 3.

¹¹ MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria*. São Paulo: BIBLIEX. 2009, p. 34.

¹² VIANA, Oliveira. 1885-1951. *O caso do Império* - Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2004.

um vivo fermento de indisciplina. - "Não temos exército e a sua disciplina é péssima" - dizia Pelota sem 1886, Pelotas citava então esta prova decisiva: em 1884, num efetivo de 13.500 homens, houve 7.526 prisões.¹³

A historiadora Fernanda Nascimento¹⁴, em sua dissertação, lembra que a lei das promoções de 1891 desgostava profundamente os militares, uma vez que contemplava somente o favoritismo. Quanto ao serviço militar obrigatório, a lei de 1908 mostrou-se ineficiente e, ainda nos anos 1920, persistiam os problemas do recrutamento. Como destaca ainda o historiador brasilianista Frank McCann¹⁵, o serviço militar obrigatório era uma das principais bandeiras defendidas pelos oficiais que estagiaram na Alemanha entre 1910 e 1912 (Jovens Turcos). Em relação ao ensino, este está atrelado à luta pela profissionalização do Exército aos anseios pela contratação de uma missão militar estrangeira, o que acabaria se concretizando ao final da década de 1910, com a chegada ao país da Missão Militar Francesa. Nesse contexto, Fernando Rodrigues, ao analisar o racismo, Teoria das elites e a profissão Militar, escreve:

Ao analisar o Exército como uma Instituição nacional no contexto político brasileiro, percebe-se que as repetidas mobilizações dentro da força com objetivos políticos variavam o modo de operação conforme o período destacado, não podendo estabelecer-se um padrão geral, e sim diversos padrões ou modelos de intervenção. Isso é de fácil percepção, em virtude de que a organização militar, em cada momento histórico analisado, foi caracterizada principalmente pela individualidade e pela variedade interna, e não pela organicidade e unidade, características que não estabelecem mentalidade uniforme, mas pelo contrário, comprovam constantemente tensão dentro das instituições. Para Morris Janowitz, o prolongado treinamento a que é submetido o militar de maneira geral (oficiais e praças) o leva a adquirir uma qualificação que possibilita atuar em serviços especializados. A profissionalização do Exército Brasileiro, principalmente dos oficiais, é bem complexa e foi feita por meio de um processo lento e gradativo de reformas no sistema de ensino e de mudanças na estrutura da organização e da Instituição.¹⁶

A falta de estudos no Brasil sobre o posicionamento político assumido pelo Exército, bem como o alcance de sua discussão na sociedade acadêmica fazem parte da inspiração dessa pesquisa.

O interesse pela investigação originou-se da leitura e análise de trabalhos acadêmicos e obras que se dedicam a retratar a atuação do Exército Brasileiro em momentos relevantes de

¹³ VIANA, *O ocaso do Império...* p. 124.

¹⁴ NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização da Exército Brasileiro (1931-1937)* 2010. 240 p Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2010. p. 100.

¹⁵ MCCANN, *Soldados da pátria...* p. 218.

¹⁶ RODRIGUES, *Indesejáveis...* p. 32.

nossa história e a verificação de que poucos retratam sobre a posição política adotada pela Instituição.

O que torna relevante a pesquisa é que o conceito de História Militar, segundo Fernando Velôzo Gomes Pedrosa¹⁷, depois da Segunda Guerra Mundial, transformou-se de uma história das guerras, para história das instituições militares e sua relação com a sociedade. Já passados mais de setenta anos após o final da Segunda Guerra, são poucos os trabalhos que estudam a influência dos pensamentos políticos no Exército Brasileiro, tanto interno à Instituição como externamente. Para além da relevância desse estudo para a sociedade, ele contribuirá também para cobrir algumas lacunas historiográficas existentes. Quando se tem em mente que os exércitos influenciam a vida de todos os integrantes de uma Nação – como relata John Keegan "não é pelo que os exércitos são, mas pelo que os exércitos fazem que as vidas das nações e dos indivíduos se modificam"¹⁸ – esta pesquisa se torna mais relevante.

Faz-se importante para a pesquisa o entendimento de que o posicionamento político assumido pelo Exército influencia na sua preparação para o fim a que se destina, pois Instituições de Estado como as Forças Armadas, quanto mais bem capacitadas para atuar com eficácia, melhor desempenharão seus papéis. Neste íterim, este estudo se enquadra na teoria da Nova História, conforme pensada por Amanda Pinheiro Mancuso no artigo *A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural*¹⁹.

A autora nos traz que o desenvolvimento do estudo da História Militar no meio acadêmico se alterou constantemente ao longo dos anos. No início eram analisadas as campanhas militares, as batalhas, suas estratégias e táticas. Não havia preocupação em estudar as implicações sociais, institucionais e econômicas. Neste período a história militar era usada, basicamente, como meio didático nas escolas militares. Com o surgimento da Escola dos Annales na França, da história social anglo-saxã e da historiografia marxista – onde à análise das estruturas sociais eram priorizadas em relação à descrição dos acontecimentos – associado à Segunda Guerra Mundial, a história militar passou a ser desinteressante, principalmente em decorrência do imaginário coletivo negativo provocado pela guerra.

¹⁷ PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *A História Militar Tradicional e a "Nova História Militar"*, (Anais). XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo ANPUH. Jul. 2011, p. 2-3.

¹⁸ KEEGAN, John. *A Face da Batalha*. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p. 31.

¹⁹ MANCUSO, Amanda Pinheiro. *A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural*. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 2, n. 4, 2008.

Sem interesse por parte da academia, a história militar limitou-se a ser estudada pelos militares e, basicamente, para os militares. Ocorria um olhar de desconfiança entre os historiadores militares e os do meio acadêmico, que levou ao distanciamento. Passou-se, então, a acreditar que o historiador que se aplicasse ao estudo da guerra devesse pensar todos os campos: político, econômico, social e cultural. Esta forma de tratar a história é o que se conhece como Nova História Cultural.

A autora cita ainda que esta Nova História possa ser muito bem aproveitada pelo meio militar, com três objetivos: a utilização da história militar como substituta da experiência prática, uma vez que a guerra, em sua realidade, não é algo que se possa criar ou simular em sua totalidade para fins de treinamento; a História como a experiência universal de muitos sob as mais diversas condições, transformando-se em ideal de treinamento militar uma vez que proporciona uma experiência indireta de grande valor pela sua variedade e extensão e; sua utilização como elemento de doutrinação dos oficiais, principalmente dos jovens ingressantes nas Forças Armadas. Para ser mais específico, a utilização como meio de ensinar não somente a história da instituição na qual estão se inserindo, mas, principalmente, de imbuí-los de seus valores intrínsecos e do modo de vida ao qual terão que se adaptar, justificando-se a seleção de dados e informações de forma a promover uma interpretação idealizada dos acontecimentos.

A pesquisa receberá um tratamento de cunho qualitativo uma vez que será analisado o discurso contido nas fontes, de modo a serem alcançados os objetivos propostos. Cabe ressaltar a busca pela contextualização de cada fala dentro do arquivo a ser pesquisado, atentando-se também para as marcas expressivas para a leitura.

Tratar-se-á de um estudo bibliográfico que, para a sua consecução, terá por método a leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa, bem como sua revisão integrativa, contribuindo para o processo de síntese e análise dos resultados de vários estudos, de forma a consubstanciar um corpo de leitura atualizado e compreensível.

Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática, tratando sobre as características que evidenciam o posicionamento político adotado pelo Exército Brasileiro, cruzando-o com os principais acontecimentos ao longo do século XIX e início do XX, bem como verificar o papel desempenhado pelas elites, civis e militares, e em o quê as ações realizadas por estes atores influenciaram o Exército. Por fim, haverá o enfoque na análise da dinâmica nas escolas militares e dos seus currículos de forma a ser observado o quanto estes fatores refletem no pensamento político seguido pelo Exército.

Para melhor entendimento dos pensamentos políticos seguidos pelo Exército, serão utilizados alguns documentos disponíveis e encontrados, como Leis, Decretos e os Relatórios do Ministério da Guerra. Este tipo de metodologia encontra respaldo em Jose D'Assunção Barros, no livro *O Campo da História*²⁰, que diz que o tipo de história correspondente a maior parte da prática historiográfica baseia-se em registros, enfatizando os textos ou fontes escritas.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no livro *O Historiador e Suas Fontes*²¹, emprega o conceito de História do Discurso, observando que deve-se interrogar os discursos produzidos como construções narrativas, em especial no campo da História Política, carecendo de uma análise ideológica.

Outro fator importante quanto às pesquisas que deve ser levado em consideração, são as pesquisas em periódicos, como a *Revista do Exército Brasileiro* e *O Militar Brasileiro*, pois a historiografia contemporânea confirma a relevância dos periódicos para a análise de contextos históricos e das atuações políticas de grupos e indivíduos. Maria Helena Capelato²² ao rebater as resistências que ainda existem, por parte de alguns historiadores, em torno do uso de periódicos como fonte, sob o argumento de que a imprensa é tendenciosa, afirma que "mais importante de que a realidade dos fatos é a maneira pela qual os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram". A autora complementa: "ao invés de se perguntar se as ideias e informações nelas contidas são falsas ou verdadeiras, procura-se antes saber: quem produziu o jornal? Para quê? Como e quando?". Ressalta, ainda, que os pequenos periódicos, por conterem em si reivindicações singulares de grupos sociopolíticos muito específicos, "são muito importantes para os estudos históricos".

Nesse sentido, ainda quanto aos aspectos metodológicos, procurar-se-á, durante a pesquisa, seguir as indicações teórico-metodológicas sugeridas pela historiadora Tânia Regina de Luca no artigo *História dos, nos e por meio de periódico*²³, no qual discorre sobre os passos a serem seguidos por quem se dispuser a usar a imprensa como fonte. O primeiro passo sugerido pela autora é estar atento aos aspectos que envolvem materialidade das fontes impressas, uma vez que a aparência do periódico é resultante da interação existente entre os

²⁰ BARROS, José D'Assunção. *O Campo Histórico*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

²¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-249. p. 233-234.

²² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história da Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP. 1994, p. 22-24.

²³ LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto. 2005, p. 112-119.

métodos de impressão disponíveis em determinada época e o lugar social que eles ocupavam. Historicizar as fontes desta pesquisa torna-se, então, atividade essencial, devendo ser abordados aspectos como: seus contextos de circulação, seus aspectos físicos, a maneira como se estruturava e como estavam divididos seus conteúdos, a publicidade que lhes eram dadas, o Público que pretendia atingir e os objetivos a que se propunham.

Outro aspecto relevante apontado por de Luca é o fato de que o pesquisador que utiliza os periódicos como fonte trabalha com aquilo que se transformou em notícia, atentando para os objetivos de sua pesquisa. Dessa forma, critérios e motivações que conduziram à decisão de se publicar determinada matéria, são pontos a serem observados. O espaço ocupado pela notícia no periódico indica a intencionalidade dos responsáveis pela publicação, assim como a ênfase em determinados temas, as linguagens e a natureza dos conteúdos estão associadas ao público que se pretende atingir.

Capítulo I – A caracterização do Exército Brasileiro até a Guerra do Paraguai

Neste primeiro capítulo temos por objetivo investigar como a formação do Exército fez com que, antes da Guerra do Paraguai, os integrantes da Instituição não tivessem o sentimento de pertencimento a uma categoria profissional. Perceberemos que esta caracterização não permitiu que a Instituição Exército fosse moldada com uma maleabilidade muito grande, tendo um sistema de ensino sem objetivos claros a serem alcançados, com jovens ávidos por entrarem na carreira militar mirando atingir os objetivos pessoais, que muitas vezes não coincidiam com os objetivos do Império.

Até este momento da história do Brasil, não havia a caracterização de que os militares se entendessem como categoria. A conscientização dos militares não foi decorrente de planejamentos da criação de instituições permanentes no Brasil. Esta conscientização decorreu das necessidades que surgiam no decorrer da formação da Nação Republicana Brasileira. A percepção, pelas outras elites existentes, de que, para permanecer no poder, era necessário o apoio do braço armado, fez com que houvesse disputas para fazer este braço armado ser subordinado a uma destas elites. Dessa forma, não surgiria uma elite na categoria profissional militar, o que já estava acontecendo, conforme a descrição de C. Wright Mills:

A ordem militar, antes uma frágil organização num contexto de desconfiança alimentado pelas milícias estaduais, passou a ser a mais ampla e mais cara das facetas do governo, e, embora bem versada no sorriso das relações públicas, tem agora a impiedosa e rude eficiência de um domínio burocrático em expansão.²⁴

No momento em que o Brasil Colônia passou a ser sede do Governo Imperial é que há a gestação da categoria profissional militar enquanto instituição permanente. Esta permaneceu leal aos ideais monarquistas até o momento que houve a percepção de que este não atenderia as demandas julgadas pertinentes pela nova classe. A partir daí, morre a classe política monárquica e há a vitória da classe política econômica aliada a classe militar.

A formação do sentimento de Nação decorre da conformação de uma série de características expostas por intelectuais como Antônio José de Azevedo Amaral, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O não interesse público por prover defesa, a constante procura em copiar modelos aplicados em locais de formação diferente, a falta de aceitação de hierarquia e de coesão social, as características como aventureiro e semeador, o patriarcalismo, a cordialidade, o hibridismo, a mobilidade, aclimatibilidade e a miscibilidade

²⁴ MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. 3ªed. (1975): 421, p.15.

são características, como não poderiam deixar de ser, que se refletem na formação da categoria profissional militar, que não havia florescido até a Guerra do Paraguai.

1.1 Delimitando “Cientificismo” e “Profissionalismo”

Faz-se necessário, antes de debruçarmos no objeto de pesquisa a que nos propusemos, delimitarmos as expressões “cientificismo” e “profissionalismo”.

Segundo o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* (1996)²⁵, a ciência surge de forma otimista “do texto utópico de Francis Bacon, *The New Atlants*”. Posteriormente, a ciência foi integrada com o desenvolvimento da tecnologia industrial e militar, momento em que lhe é atribuído um sentido crítico e, “em seu uso mais difundido, a palavra reprova qualquer ampliação da ciência ou do método científico”. O termo cientificismo ainda denota “padrões predominantes de opressão social e cultural”, “enraizados num projeto de dominação da natureza que é implícito à própria racionalidade da ciência”. O pensamento pós-estruturalista também enxerga o termo cientificismo pelo mesmo padrão citado anteriormente. Quem demonstra isto em suas obras é Foucault, pois:

Liga a formação das ciências humanas a formas caracteristicamente modernas do poder social em instituições tais como a prisão, o asilo e o hospital. É plausível dizer que as críticas ao “cientificismo” montadas tanto por Foucault quanto pelos Teóricos Críticos não conseguem diferenciar entre a ciência, por um lado, e os projetos utópicos ou distópicos de seus propagandistas, por outro. Se a ciência é empregada de modo predominantemente opressivo e destrutivo, isso pode dever-se ao fato de ser ela empregado em uma sociedade que é, ela sim, opressiva e destrutiva.²⁶

Preferimos tratar o cientificismo como descrito na *Revista Areté*, por Gonzaga²⁷, que chama de doutrina “em que os seres humanos possam assumir a condição de sujeitos capazes de perceber que os inúmeros e diversificados conhecimentos, por si só, são incapazes de apresentar uma resposta completa e satisfatória para as incertezas que a vida apresenta”²⁸. O cientificismo “preocupa-se em dar a condição de verdadeiro e real ao conhecimento, é definitivo, é quantitativo, é laboratorial, é mecanicista; tem a preocupação de dar status distinto para a ciência, para o objeto de estudo e para os cientistas”²⁹.

²⁵ do pensamento social do Século, Dicionário. XX/editado por William Outhwaite, Tom Boltomore; com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral–Rio de Janeiro: Jorge Zahar." 1996, p. 86.

²⁶ Ibid., p. 86.

²⁷ GONZAGA, Amarildo Menezes, Eduardo Alberto das Chagas, and Osimar Magalhães Bezerra Brasil. *A natureza das afirmações científicas e o cientificismo no ensino de ciências*. Revista Areté| Revista Amazônica de Ensino de Ciências 4.6, 2017: 1-8.

²⁸ GONZAGA, *A natureza das afirmações científicas...*, p. 2.

²⁹ GONZAGA, *A natureza das afirmações científicas...*, p. 4-5.

Podemos perceber que o pensamento do exército científico tem sua concepção na criação da Real Academia Militar, pois o Conde de Lippe acreditava que para a guerra eram necessários oficiais que entendessem a guerra como uma ciência, onde é necessário muito estudo teórico antes da execução. Uma de suas medidas para o exército português foi a criação de uma biblioteca em cada guarnição e suas ponderações sobre a instrução militar resumem-se em:

1) A guerra não é para os oficiais um ofício, é uma ciência, e cada um dos seus ramos requer estudos especiais; 2) A experiência é uma prática cega que por modo algum dispensa a instrução prévia das teorias científicas; 3) A ignorância em coisas de guerra dá lugar à presunção vaidosa ou a apreensões frívolas, e é certo que, na presença de inimigo hábil, a ignorância dos recursos da arte é igualmente funesta aos valorosos e aos fracos; 4) A falta de instrução tolhe a verdadeira inteligência do espírito das ordens; as luzes adquiridas pelo estudo são tão necessárias para saber obedecer como para comandar.³⁰

Celso Castro, no livro *Os Militares e a República, um estudo sobre cultura e ação política*³¹, no capítulo intitulado “O Tabernáculo da Ciência”, explica como, na Escola Militar, principalmente após a década de 1850, o estudo das ciências, principalmente da matemática, fazia parte de uma simbologia que representava os estudantes militares da época. “Não é por outra razão que, informalmente, os alunos chamavam sua escola na Praia Vermelha de Tabernáculo da Ciência”³².

Para o melhor entendimento da expressão “profissionalização” na nossa pesquisa recorreremos a ajuda de três autores, que são: Frank D. McCann, Morris Janowitz e Charles de Gaulle. A escolha dos dois primeiros autores deve-se à relevância destes sempre que o assunto profissionalismo aparece em estudos sobre o meio militar. De Gaulle foi escolhido para fazer parte da discussão com o intuito de podermos acrescentar a visão de um militar que teve oportunidade de fazer parte da elite militar e da política da França; McCann também teve passagem pela vida militar, mas não galgou elevados postos. Perceberemos que o fato de ser militar não causará grandes discordâncias nas conclusões dos autores, pelo contrário, enriquece a dos outros.

Ponto relevante da análise do entendimento de profissionalismo nos exércitos é a percepção que os três autores, ao escreverem suas obras, tinham em mente a análise de exércitos de países distintos. São, portanto, povos com formações diferentes, em que o

³⁰ RIBEIRO, José Silvestre. *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia* por Jose Silvestre Ribeiro. Vol. 1. Typographia da Academia real das sciencias, 1871, p. 308-309.

³¹ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Zahar, 1995.

³² CASTRO. *Os militares e a República...* p., 52.

sentimento de pertencimento do povo, o entendimento do papel do Estado e do cidadão e a percepção de “para que servem os exércitos?”, se diferem em cada um destes países. Janowitz observava o Exército dos Estados Unidos da América, De Gaulle pensava no Exército Francês e, McCann analisava o Exército Brasileiro.

No livro *A Nação Armada*³³, Frank D. McCann analisa o profissionalismo militar demonstrando como Alfred Stepan confronta um “velho profissionalismo”, como chama a definição de profissionalismo de Samuel P. Huntington, com o “novo profissionalismo”, como ele chama a sua definição. McCann, após esta análise, prefere tratar o profissionalismo militar de forma genérica, pois entende que cada exército está inserido em um contexto nacional diferente, assim, com missões diferentes, como:

A intervenção reformista de soldados-cidadãos (inclusive o Tenentismo) fundiu-se com o trabalho de soldados profissionais para produzir o intervencionismo de generais, ou do Estado-Maior, a intervenção da organização como um todo. A partir dos anos 30, a intervenção passaria a ser controlada de cima de maneira que o Exército pudesse se desincumbir de sua imensa responsabilidade histórica de mantenedor, e guardião da unidade federativa, da ordem e do progresso internos e da soberania nacional. Esta autodefinição deu apoio ao Estado Novo, rejeitando o ditador quando ele tentou alterar sua base política em 1945, e deu sustentação aos vários governos do pós-guerra e aos governos militares depois de 1964. Este pode ser um novo profissionalismo, mas suas raízes estão profundamente ligadas ao passado brasileiro.³⁴

Para o autor em foco, uma característica que é similar em qualquer definição de profissionalismo militar é a retratação do militar como um administrador ou manipulador da violência controlada. Outra característica comum à definição é que o profissionalismo é relativo à maneira pela qual os exércitos se desincumbem das missões que lhes são atribuídas por seus países.

Janowitz, no livro *O Soldado Profissional: um estudo social e político*³⁵, de 1960, mostra o entendimento que a medicina e o direito são as profissões mais antigas, isto devido à percepção de que o profissionalismo, de um profissional, advém de um prolongado treinamento que faz com que o profissional adquira qualificação para a prestação de serviços especializados. Quando o autor trata da profissão militar, a qual passou por um processo lento e gradativo que ficou mais evidente após o século XVIII, ele não enxerga, como no direito e na medicina, a atuação de indivíduos em um grupo – o que ele vê é a atuação de um grupo nos indivíduos. É por isto que, quando se trata da profissão militar, Janowitz cita que “uma

³³ MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria*. São Paulo: BIBLIEX. 2009.

³⁴ MCCANN, *Soldados da pátria...* p. 127 e 128.

³⁵ JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Edições GRD, 1967.

profissão é mais que um grupo com qualificação especial, adquirida através de intenso treinamento”³⁶. Se observarmos com cuidado, ele não exclui as características citadas, o que faz a partir daí é acrescentar mais características, como: identidade de grupo e um sistema de administração interna.

Charles de Gaulle escreveu o livro *Vers L'Armée de Métier* em 1934, sendo este traduzido para o português em 1996 pela Biblioteca do Exército Editora, com o título *Por um Exército Profissional*³⁷. Quando escreveu o livro, De Gaulle era tenente coronel do Exército Francês, sendo posteriormente Subsecretário da Defesa da França. O autor identificava problemas estratégicos na formação do Exército Francês e, para ele, um exército não poderia ser preparado apenas para a defesa do território nacional quando este sofresse ataques externos. De Gaulle apresentou a necessidade da formação de um exército de choque, que estivesse pronto a rechaçar qualquer rumor de guerra, por menor que fosse. A teoria por ele desenvolvida era atacada frontalmente pelo general Gamelin, que foi o Chefe da Missão Militar Francesa no Brasil.

Um exército profissional é aquele que cumpre a missão para a qual existe, que é defender o seu país. Segundo o autor, o Exército Francês, no início de seus conflitos, costumeiramente, era mal coordenado, com discordâncias entre os chefes militares e os resultados positivos eram quase sempre decorrentes da insistência e das virtudes da elite militar. De Gaulle apresentou pontos para mostrar a necessidade de, como foi chamado, um exército profissional, que deveria ser formado por militares voluntários de elite que integrariam equipes selecionadas e muito bem instruídas, o que demandaria tempo para formação. Outra deficiência levantada foi o sistema de incorporação do Exército Francês, quando havia a incorporação de classes inteiras para uma formação de nove meses e somente com o adestramento mínimo. Para ele, esta situação demonstrava tendências igualitárias do Velho Mundo e havia nisto algo que lisonjeava a paixão geral de nivelamento.

A cúpula do Exército Francês não viu com bons olhos o planejamento de De Gaulle, já que, naquele momento, a opinião pública francesa estava dominada por extremado pacifismo e era antimilitarista. Quem seguiu idéias semelhantes foi o Exército Alemão: Hitler determinava pessoalmente a seus generais que lessem a obra de De Gaulle.

Outro ponto influenciador do pensamento do autor francês foi o que chamou de “maquinismo”, ou seja, o surgimento de armamentos, veículos e outros dispositivos militares que demandaram maior preparação intelectual e adestramento e não tanto da preparação

³⁶ JANOWITZ, *O soldado profissional...*, p. 13 e 14

³⁷ GAULLE, Charles De. *Por um exército profissional*. Rio de Janeiro: BIBLIEX (1996).

física. Para ele, era necessário investir na qualidade e não apenas na quantidade. Esta quantidade deveria vir em decorrência de apoio político de forma a fazer o voluntariado para a vida militar ser desejado pelos jovens.

Com tudo isto, um exército profissional para De Gaulle seria um instrumento de manobra repressivo e preventivo, que pudesse ser manejado desde o primeiro momento com vigor extremo, mantendo o adversário em estado de surpresa crônica. Seria um exército numeroso em homens jovens, com instrução militar rude e variada, com plasticidade dos músculos e do espírito, com falta de apego a si mesmo. Estes militares deveriam ser forjados na provação, com a dureza da sujeição, os aborrecimentos da vida gregária, mortificados na carne, consagrados às fadigas, às privações, às intempéries, ou seja, o que ele chamou “espírito militar”.

1.2 A Necessidade do Sentimento de Categoria Profissional

No *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio, o termo classe é analisado por Alessandro Cavalli. Tomaremos por emprestado o entendimento de classe segundo categoria ou status, sendo que este:

Compreende todos os que gozam de particular honra ou prestígio social e se caracterizam por um estilo peculiar de vida, pelo modo de comportamento, por determinados padrões de consumo, de indumentária, de habitação, pelo casamento que fazem, pelo tipo de relações sociais que mantêm, pela profissão que exercem, pelos gostos, pela instrução recebida, etc. Diversamente das Classes, os grupos de status constituem sempre comunidades, porquanto se definem, não com base numa característica objetiva e formal (situação de mercado), mas num agir específico, no modo de se entenderem a si mesmos e de serem entendidos pelos outros. É óbvio que o agrupamento por Classes e por categorias estão ligados entre si, mas o que os caracteriza é o fato de não coincidirem necessariamente, acontecendo até, com muita frequência, pertencerem à mesma categoria indivíduos de Classes diversas, e vice-versa.³⁸

Dentro destas categorias haviam aqueles que tomavam as decisões. C. Wright Mills descreve as elites de poder Norte Americanas em seu livro *A Elite do Poder*³⁹ e classifica-as em três ordens institucionais: política, econômica e militar. As elites do poder não correspondem a classes superiores nem governantes solitários, mas sim às pessoas que são responsáveis por pensar as decisões a serem tomadas e que impactam os destinos da

³⁸ CAVALLI, Alessandro. Classe. IN: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

³⁹ MILLS, Charles Wright. *A elite do poder*. 3ªed. 1975, p.15

sociedade. As elites, independente de qual delas, conhecem uns aos outros e por isto ao tomarem decisões, levam-se mutuamente em consideração.⁴⁰

O Brasil foi colonizado de forma peculiar, pois o colonizador português, por ter características muito específicas, não seguiu o modelo de colonização como de outros países europeus. Como o único intuito era explorar as riquezas desta Terra, os Monarcas não estavam muito interessados em desenvolver classes bem definidas no Brasil. Em 1808, com a vinda da família real, surgiu a percepção de que aqueles que tinham o poder econômico não eram os únicos a tomar decisões quanto à administração. Com a Independência e a outorga da primeira Constituição de 1824, o imperador passou a ser o poder moderador, como em nenhum outro sistema constitucional⁴¹. João Quartim de Moraes assim relata este período:

Na retórica do texto constitucional, o objetivo atribuído ao insólito quarto poder (Moderador) foi garantir a independência, equilíbrio e harmonia dos outros três (artigo 98) Poderes. Para tanto, o imperador colocou-se acima das leis: sua pessoa foi declarada “inviolável e sagrada” e não sujeita a “responsabilidade alguma” (artigo 99). O que o tornava, de fato, um ditador coroado: todos os poderes ou eram por ele diretamente exercidos (além do Moderador permitia-lhe também, nos termos do artigo 102, a chefia do executivo) ou sujeitos a ser o controle discricionário.⁴²

Portanto, no Brasil, desde o segundo império, a classe política já se confundia com a classe econômica. Os militares não tinham características de classe, pois como afirma Fernanda dos Santos Nascimento⁴³, a instituição Exército era totalmente desorganizada e a sociedade imperial tinha uma visão negativa dos soldados. Para a autora, a culpa deste estado dos militares era de responsabilidade das categorias dirigentes do Império, pois os soldos eram extremamente baixos e atrasavam, os uniformes eram recebidos apenas uma vez no ano e o material militar era muito precário. Através da Imprensa Periódica Militar, principalmente o exército esforçou-se em emplacar um discurso criador da classe militar. Vários outros autores nos mostram como os militares do exército eram tratados e estas amostras permitirão que analisemos as características da formação da categoria profissional militar.

Até a Independência o exército era constituído por, basicamente, oficiais formados em Portugal. Segundo Edmundo Campos Coelho⁴⁴ havia grupos de milícias civis e ambos formaram a tropa que combateu na Guerra da Tríplice Aliança, acrescida de escravos que se

⁴⁰ MILLS, *A elite do poder...*, p. 20.

⁴¹ MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2005, p 25

⁴² Ibid., p. 25.

⁴³ NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização da Exército Brasileiro (1931-1937)* 2010. 240 p Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2010, p. 227-299

⁴⁴ COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e política na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: Record, 2000, p.51.

colocavam como voluntários para participar da guerra em troca de suas alforrias, sendo este um ponto de desconforto entre o Imperador e os aristocratas escravagistas. Após a Guerra do Paraguai houve, por parte dos militares mais antigos, a percepção da necessidade de um exército mais preparado para quando fosse necessária a sua atuação. Para Coelho, existia a Política de Erradicação, da qual nos ateremos mais a frente. Neste momento, os militares, mesmo sem planejamento e devido a alguns fatores específicos que exploraremos no decorrer desta dissertação, começam a sentir-se como classe.

Um contraponto ao pensamento de Edmundo Campos Coelho está no Artigo *A Fênix Imperial: O Exército Brasileiro nas Décadas de 1850 e 1860*⁴⁵, de Alcemar Ferreira Júnior, onde o autor avalia como o Ministério da Guerra, através da criação de um aparelho burocrático na década de 1850 e 1860, propiciou “o início da profissionalização do Exército”, contrariando a tese erradicadora de Coelho, ainda no Império.

O autor demonstra como, após a assunção, pela Administração Saquarema do Ministério da Guerra, tendo como ministros Manoel Felizardo, Belegarde e Caxias, houve a tentativa de modernizar o Exército e torná-lo mais eficiente. De fato, foi feito planejamento e operacionalizaram-se algumas mudanças para a reestruturação do Exército. Primeiro, iniciou-se uma racionalização administrativa, através da criação de um quadro burocrático. Outras formas de reestruturação aplicadas foram:

- 1) A criação da Comissão Prática de Artilharia em 1844, transformada em Comissão de Melhoramentos do Material do Exército em 1849, responsável pela busca de novas tecnologias militares.
- 2) Em 1850, teremos as criações da Contadoria Geral da Guerra; da Comissão de Promoções do Exército, do Corpo de Saúde do Exército e da Repartição Eclesiástica do Exército. Teremos, ainda, a importantíssima publicação dos Regulamentos para Execução da Lei de Promoções do Exército e a adoção dos regulamentos de Beresford para a cavalaria, do de Zagallo para a infantaria e do de Pardal para a Artilharia montada, todos esses regulamentos em substituição ao famigerado regulamento do Conde de Lippe. Posteriormente, durante o Ministério Caxias todos esses regulamento foram substituídos pelos de tática elementar da três armas adotados pelo Exército português.
- 3) Em 1851 há a publicação do Regulamento dos Inspetores dos Corpos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército; a criação de um curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul e a divisão do território nacional em Distritos Militares.
- 4) Em 1852, é lançado o primeiro Plano de Uniformes para o Exército. Em 1853 é criada a Repartição do Quartel-Mestre General.
- 5) Em 1855 foram criados o Batalhão de Engenheiros e a Escola de Aplicação do Exército com a separação entre essa escola e a Central no Largo de São Francisco.

⁴⁵ ALCEMAR, Ferreira Júnior. *A Fênix Imperial: O Exército Brasileiro nas Décadas de 1850 e 1860*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

6) Em 1858 é criada a Repartição do Ajudante-General e em 1859 é criada a Escola de Tiro de Campo Grande.⁴⁶

Para Coelho, a Política de Erradicação é praticada pela elite política com a intenção de fazer com que o Exército seja subserviente, arriscando ser extinto se não se dispuser a cumprir o que lhe for ordenado. Para Alcemar, o Exército estava fazendo todo o possível para estar o mais bem preparado no momento em que fosse exigido o seu emprego. Durante este período, o Ministério da Guerra era dirigido por militares, homens que não faziam parte da elite política. Os fatos descritos acima demonstram que os apontamentos de Coelho e Alcemar não se contradizem no período da década de 1850 e 1860.

A questão que nos propomos a observar é: Em uma sociedade formada com características tão peculiares como a brasileira, como estas influenciaram na formação da classe militar?

Levantaremos as características da formação do povo brasileiro com as lentes de autores consagrados na nossa literatura e que se propuseram a identificar estes caracteres, para depois nos determos nas características dos integrantes do exército. Não nos desviaremos por análises feitas a respeito destes autores que discorrem sobre as questões nacionalistas impostas por Getúlio Vargas na década de 1930. Para tanto, será analisada as obras de Antônio José de Azevedo Amaral, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

1.2.1 A Gênese da Formação do Povo Brasileiro

Antônio José de Azevedo Amaral, no seu livro *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*⁴⁷, retrata um estudo sociológico e político da formação do sentimento de Nação Brasileira. Para o autor, Nação forma-se pelo “encadeamento de experiências em que os insucessos servem para ajudar o ajuste político de forma a minorar os reajustes”⁴⁸. Este processo é longo e penoso. A criação de instituições deve partir do povo e estas devem refletir a personalidade destes indivíduos como coletividade. A simples implementação de organização sendo aplicada em Nações de realidades diferentes pode causar dificuldades de ajustamento e gerar instabilidades. Azevedo Amaral expressa desta forma: “Uma colônia é um enxerto sociológico que se fixa no ambiente onde o inserem, cria ali raízes, absorvendo vitalidade das forças circundantes, mas conservando com extraordinária tenacidade a sua autonomia psíquica”⁴⁹. Como já citado, a colonização brasileira foi peculiar, devido às

⁴⁶ ALCEMAR, *A Fênix Imperial...*, p. 2 e 3.

⁴⁷ AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. 1938.

⁴⁸ AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional...*, p.12

⁴⁹ AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional...*, p. 15.

características do português colonizador. Em outras colônias observadas, o colonizador tinha dominação em várias áreas, como a política, a militar e a espiritual. Dessa forma, as características similares com as metrópoles minoravam as estranhezas causadas e os emigrantes destas colônias não tinham desgosto em estar longe de suas terras. Já no Brasil, o interesse dos emigrantes era apenas explorar a colônia e sua permanência no Brasil era cheia de dificuldades, não minoradas pelo colonizador.

Portugal não tinha interesse em colonizar o Brasil, tendo imaginado que a colônia seria apenas mais uma rota para o comércio. Com o vislumbrar de como as Índias eram lucrativas, Dom João III empregou o processo de Capitânicas Hereditárias. Com o fracasso, dezesseis anos depois, foi formado o Governo Geral na Bahia. Estes fatos narrados até agora mostram que a colonização brasileira não permitiu o desenvolvimento de aptidões políticas e nem de instituições fortes organizadas na colônia.

Os problemas de defesa e da produção na colônia eram de responsabilidade total dos colonos, ou seja, a metrópole não se engajava em resolver os problemas e o autor cita:

Os homens que organizavam e dirigiam a economia nacional nascente, tanto, na mineração como na lavoura e nas indústrias agrícolas a ela associadas, adquiriram o hábito de encarar o Estado como entidade adversa e a verem na autoridade pública uma força permanentemente contrária a seus legítimos interesses. As consequências desse estado de espírito ainda se fazem sentir de modo inequívoco nas gerações atuais.⁵⁰

Em relação aos mestiços, o autor os classifica como uma classe parasitária que ocupava cargos intermediários e não faziam parte da classe servil e nem da classe aristocrática. Embora alguns fossem intelectuais brilhantes, estes eram insubordinados.

Outro ponto quanto às características da formação da Nação, é que a classe dirigente era bem instruída e acompanhava os momentos de turbulência na sociedade européia, principalmente na França, juntamente com a independência dos Estados Unidos da América, e desejavam, movidos pelo ardor revolucionário, mudar o sistema de governo no Brasil. A melhor exemplificação deste fato foi a Inconfidência Mineira. Estas agitações foram sentidas também no exército:

A repercussão, entre nós, de acontecimentos desenrolados na Europa e a infiltração, nas Forças Armadas, do espírito de demagogia caudilhesca sulamericana, com que se haviam infectado as nossas classes militares durante a Guerra do Prata e Paraguai, foram intensificando as tendências ao surto de ideologias, cujo caráter abstrato teria forçosamente de imprimir à nossa vida política um cunho de ainda mais irrealidade. Em 1878, a queda do Ministério Caxias levava os liberais ao poder, com um programa de

⁵⁰ AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional...*, p. 24.

substituição do sistema de representação indireta pelo processo do sufrágio direto, o que, foi imediatamente executado.⁵¹

Até este momento apresentamos características da formação da Nação Brasileira retratada por um dos autores, o qual foi importante na formação do pensamento autoritário brasileiro. Em seguida, analisaremos os outros dois e, posteriormente, observaremos a intercessão destas características com a formação da categoria profissional militar.

Trataremos agora do livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda⁵². O autor trata a formação da cultura nacional Brasileira com toda a herança vinda da cultura ibérica. Portugal e Espanha tinham características resultantes de suas formações e trouxeram para a América do Sul, um local distante, com enorme diferença territorial e com clima diferente, suas culturas. Estes dois países têm características diferentes do restante da Europa, sendo denominados territórios ponte, a passagem da Europa para um novo mundo. Este fato faz com que seja a cultura da personalidade um dos traços mais marcantes destes colonizadores, daí resultando outras características, como a falta de aceitação de hierarquia e falta de coesão social. Assim retrata o autor:

Precisamente a comparação entre elas e as da Europa de além-Pireneus faz ressaltar uma característica bem peculiar à gente da península Ibérica, uma característica que ela está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais. Pode dizer-se, realmente, que pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes. — e as virtudes soberanas para essa mentalidade são tão imperativas, que chegam por vezes a marcar o porte pessoal e até a fisionomia dos homens. Sua manifestação mais completa já tinha sido expressa no estoicismo que, com pouca corrupção, tem sido a filosofia nacional dos espanhóis desde o tempo de Sêneca.⁵³

Para Buarque, a religião também influenciou as características das nações pertencentes à Europa, pois diferente dos países protestantes europeus, principalmente os calvinistas, a ideia do trabalho não era visto como algo bom e causava-lhes repulsa. O trabalho era considerado algo exterior, que faz com que o homem siga regras deste mundo, e isto não glorifica a Deus. Para o português, o ócio era mais valioso do que o trabalho.

⁵¹ AMARAL, *O Estado autoritário e a realidade nacional...*, p. 36.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 28. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

⁵³ HOLANDA, *Raízes do Brasil...* p. 41.

Sérgio Buarque nos brinda com seu primeiro par comparativo, aventureiro versus trabalhador. Estes princípios não existem de forma pura, mas são encontradas como características nos colonizadores, isto é o que Max Weber chama de tipo ideal. O trabalhador é aquele que planeja seus atos para poder alcançar objetivos; ele sabe que, para conseguir algo durador e estável, é necessário gastar tempo e esforço. O aventureiro deseja os resultados, porém não faz planejamentos a médio ou longo prazo. Um não aprecia as características do outro: o aventureiro não gosta da sensatez, meticulosidade, previsibilidade do trabalhador; já o trabalhador pensa ser detestável a insensatez, irresponsabilidade e audácia do aventureiro. Da forma como ocorreu a colonização brasileira, quase não houve espaço para o trabalhador, já que a metrópole não disponibilizava condições para que os colonos tivessem por princípio o trabalho e associava-se a este fato as condições climáticas adversas, a distância da terra natal e a objetividade que impulsionava estes colonos a virem para o Brasil.

O segundo par comparativo é o semeador e o ladrilhador. Estes princípios estão diretamente ligados às características do colonizador português e do espanhol. O autor começa a discorrer sobre o assunto conforme o pensamento de Max Weber ao analisar a formação das cidades como algo que mostra claramente um tipo de dominação. Ele desvenda como o tipo de colonização espanhola se refletiu na construção das cidades no novo mundo: cidades em locais de maior altitude, de clima mais parecido com o europeu, próximas a rios (que ajudavam no escoamento do que fosse produzido ou extraído), com planejamento e estrutura (ruas, quarteirões, praça central com igreja matriz) para reproduzir a terra natal. Já o colonizador português fazia como um semeador, que joga as sementes ao vento, como que com desleixo e sem muita previsibilidade: onde a boa semente encontra boas condições, ela germina, cresce e frutifica. As cidades foram formadas assim, no litoral, pois era mais fácil chegar e sair, sem planejamento, com os caminhos e trilhas serpenteando morros.

O patriarcalismo é outra das características iluminadas pelo autor. Um modelo de família onde ao patriarca é subordinado todo aquele que vive ao seu redor, seja núcleo familiar, escravos ou agregados. Com a peculiaridade personalista dos colonizadores e liberdade que tinham de conformar as estruturas para que melhor atingissem seus objetivos, os patriarcas não souberam e não quiseram identificar a separação que deveria ter do público com o privado. Este fato evidenciou-se após a vinda da família real, em 1808, com o aumento da importância das cidades e descrédito das propriedades rurais, e o modelo patriarcal avançou para os grandes centros e, nos cargos públicos, foi seguido o modelo que era praticado no meio rural.

A última característica que mostraremos será a do homem cordial. Pelas características da família patriarcal, o brasileiro enxerga ser mais fácil se relacionar com atores que o tratem com maior pessoalidade, da mesma forma que acontece no momento em que estão com seus familiares. Esta característica foi levada para o meio social. Relacionando-se desta forma aparenta ser mais fácil conseguir o que se deseja. Como relata o autor:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo — ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. Entre os japoneses, onde, como se sabe, a polidez envolve os aspectos mais ordinários do convívio social, chega a ponto de confundir-se, por vezes, com a reverência religiosa. Já houve quem notasse este fato significativo, de que as formas exteriores de veneração à divindade, no cerimonial xintoísta, não diferem essencialmente das maneiras sociais de demonstrar respeito.⁵⁴

O terceiro e último autor que nos apresentará características para formação do povo brasileiro será Gilberto Freyre, no livro *Casa Grande e Senzala*⁵⁵. O autor relata a formação híbrida, com junção do branco português, do índio e posteriormente do negro. Traz-nos ainda como as influências raciais pouco importavam para o português, pois este importava-se mais as características políticas, religiosas e econômicas. O português já era um povo misturado entre o europeu e o africano, como já estavam acostumados, e prosseguiram com a colonização em cima de antagonismos.

Três características marcantes do povo português contribuíram para que a colonização do Brasil ocorresse como foi: a mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade. A navegabilidade fez com que um povo em número reduzido conseguisse se deslocar e instalar-se na Ásia, África, América, ilhas e arquipélagos. Com a mobilidade aliada ao não apego a ideia de raça, o português misturou-se com mulheres de todos os locais em que chegou e logo marcou território com consanguíneos. Ainda temos o fato desse povo estar acostumado a viver próximo aos trópicos, o que fez com que os portugueses não tivessem os problemas que franceses, holandeses e ingleses tiveram ao tentar se adaptar neste tipo de clima. O autor nos mostra assim:

⁵⁴ HOLANDA, *Raízes do Brasil...*, p. 254.

⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Schmidt, 1938.

O português não: por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com mulher de cor. Pelo intercuro com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente, que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação - contra o que não o indispunham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos - foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para a sua melhor adaptação, senão biológica, social.⁵⁶

Assim como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire nos apresenta a família como vista pelos portugueses, sendo um grande fator colonizador no Brasil, nos mostrando como este ator era decisivo em praticamente todos os relacionamentos na colônia.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.⁵⁷

Outros fatores importantes e que desvendam características da formação e que elencaremos são: a religião cristã, o indígena e o negro. Diferente das colonizações francesas e inglesas, não houve problemas com a religião, pois os portugueses só autorizavam que viessem para o Brasil quem se declarasse católico. O índio foi muito importante para o alargamento da colonização, pois a mulher indígena misturou-se com os portugueses e muito os ensinou como deveriam se comportar com o clima e com os alimentos da colônia. Os índios homens colaboraram na defesa e na movimentação dos portugueses por rios e trilhas. O autor nos mostra que o índio não foi aproveitado para o trabalho braçal por não ser afeto a este. O negro para o autor foi importante, pois a negra era, como amas de leite, parte muito importante nas famílias e quanto aos negros homens, este autor declara:

O açúcar não teve, por certo, responsabilidade tão direta pela moleza dos homens. Teve-a, porém, e grande, como causa indireta: exigindo escravos; repelindo a policultura. Exigindo escravos para "mãos e pés do senhor de engenho", como disse Antonil. E não só de senhor de engenho português, já viciado na escravidão: os holandeses, quando no século XVII se instalaram nas plantações de cana de Pernambuco, reconheceram a necessidade de se apoiarem no negro; sem escravos não se produziria açúcar. E escravos em

⁵⁶ FREYRE, *Casa-grande & senzala...*, p. 37

⁵⁷ FREYRE, *Casa-grande & senzala...*, p.39.

grande número; para plantarem a cana; para a cortarem; para colocarem a recortada entre as moendas impelidas a roda de água - nos engenhos chamados de água, e por giro de bestas ou de bois, nos chamados almanjarras ou trapiches; limparem depois o sumo das caldeiras de cocção; fazerem coalhar o caldo; purgarem e branquearem o açúcar nas fôrmas de barro; destilarem a aguardente. Escravos que se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim. E as mãos - ou pelo menos as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirarem os bichos dos pés. De um senhor de engenho pernambucano conta a tradição que não dispensava a mão do negro nem para os detalhes mais íntimos da toaleta; e de ilustre titular do Império refere von den Steinen que uma escrava é que lhe acendia os charutos passando-os já acesos à boca do velho.

58

Os três autores citados nos mostram aspectos influentes na caracterização do povo no Brasil enquanto Nação. Nossa formação não foi planejada fomos nos moldando conforme as situações eram apresentadas. Quando se tentou planejar, foram copiadas fórmulas vindas de sociedades muito diferentes, com realidades sociais, climáticas e econômicas muito díspares das existentes no Brasil. Estas características foram trazidas com os portugueses, que assim também foram formados.

Não podemos perder de vista o pertencimento do exército ao conjunto de pessoas que integravam o Brasil, principalmente após a vinda da Família Real em 1808 e depois, através da Constituição de 1824, a regulamentação do Exército com brasileiros. Foi neste período de formação do sentimento de pertencimento de grupo social que os militares também deixaram transparecer as características elencadas pelos autores citados neste subitem, como relataremos no momento em que trataremos da formação da elite militar.

1.2.2 Características da Formação da Classe Militar

A classe dos militares teve uma caracterização imposta pela forma como foi conduzida a segurança interna e externa. Antes da vinda da Família Real para a colônia, os integrantes do Exército não gozavam de boa reputação. Com essa vinda para o Brasil e com a criação da Real Academia Militar, a visão e a percepção da necessidade de profissionais formados pelo Exército passou a ser mais percebida. O que propiciou isto foi, também, a dupla destinação da Real Academia Militar, que formava os engenheiros e os combatentes.

Celso Castro, no livro *“Os Militares e a República, um estudo sobre cultura e ação política”*⁵⁹, mostra como “o Exército, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), adquiriu

⁵⁸ FREYRE, *Casa-grande & senzala...*, p. 274.

⁵⁹ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Zahar, 1995.

uma identidade institucional antes desconhecida”⁶⁰. Para o autor, a formação desta “classe militar” foi forjada através de um processo, mais ou menos longo, que teve momentos decisivos como a Guerra do Paraguai e a Questão Militar, da qual trataremos no próximo capítulo, levando à criação de uma consciência de identidade de classe – “até o momento final de assalto ao poder”⁶¹, que, para Castro, foi a Proclamação da República.

1.2.2.1 A Organização Das Escolas Militares Cientificistas

A situação militar na colônia já despertava preocupação antes da família real se instalar no Brasil em 1808. D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, planejou a formação militar específica em solo brasileiro. Encontrou resistência, pois a elite portuguesa não via com empolgação a formação superior no Brasil; se assim fosse feito, a obrigatoriedade de formação superior em Portugal deixaria de existir. A necessidade de segurança para a família real falou mais alto e em 1810 foi aprovado um Estatuto que propiciou o início das aulas na Academia Real Militar em 1811.⁶²

Causa perplexidade notar que D. Rodrigo planejou o ensino calcado em livros, didática, e até mesmo técnicas militares francesas, mesmo sendo Portugal submisso à Inglaterra quando o assunto era política e economia. Portugal dependeu da Inglaterra até para fazer sua proteção na vinda da família real para aquém mar. Mesmo passando por um período turbulento, com três campanhas externas e duas revoltas internas, entre o período de criação da Escola Militar e sua primeira reformulação de currículo, em momento algum a infante Escola se preocupou em pensar seu currículo em cima de problemas atinentes ao Brasil – pelo contrário, continuou tomando por base guerras europeias.

A adoção do ensino como na França advém do ensino já praticado em Portugal, como nos mostra Maria Luiza Cardoso, em seu Artigo intitulado “*A Formação de Artilheiros e de Engenheiros em Portugal e na sua Colônia Americana – Um Estudo Comparativo (1777-1808)*”⁶³. Primeiramente estudava-se, tanto na Academia Real da Marinha Portuguesa como nas Escolas de formação dos engenheiros e artilheiros portugueses, o curso de matemática de Belidor, considerado ultrapassado e que era adotado desde a época do Conde Lippe; depois,

⁶⁰ CASTRO, *Os militares e a República...*, p. 7.

⁶¹ CASTRO, *Os militares e a República...*, p. 10.

⁶² MOTTA, *Formação do Oficial do Exército...*, p. 16 - 20.

⁶³ MARIA, Ten-Cel Ped Profª Drª; CARDOSO, Luiza. *A FORMAÇÃO DE ARTILHEIROS E DE ENGENHEIROS EM PORTUGAL E NA SUA COLÔNIA AMERICANA—UM ESTUDO COMPARATIVO*.

em 1786, adotou-se o curso de matemática de Bezout, mais moderno. A Revolução Francesa (1789-1799) fez com que a Rainha C. Maria I voltasse suas atenções para o melhoramento do ensino do Exército. Resolveu separar a formação dos oficiais engenheiros da Academia Real da Marinha e criar a Academia Real de Fortificação e Desenho (ARFAD), onde estes oficiais poderiam ter os estudos de fortificação e desenho. Esta Academia, que unificou em um só local e currículo a formação dos oficiais da infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia, em 1787 foi repensada e dividiu o curso em formações com duração entre dois e quatro anos, quando os oficiais de infantaria e cavalaria seriam formados com dois anos; os de artilharia três; e os de engenharia em quatro anos.

Outro assunto a ser tratado é a consideração da Real Academia Militar como a gênese da formação militar profissionalizante. O Presidente Getúlio Vargas, em 1937, oficializou por meio do Decreto nº 1.718, de 17 de junho de 1937⁶⁴, a data de criação da Academia Militar, em 1811.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que:
 - a Escola Militar tem a mesma finalidade - formação do Corpo de Oficiais do Exército - da Academia Real Militar, a primeira escola que normalizou o ensino militar no Brasil, criada pela Carta de lei de 4 de dezembro de 1810, assinada pelo Príncipe Regente Dom João e referendada pelo Conde de Linhares;

- aos 23 dias do mês de abril de 1811 foram abertas as primeiras aulas dos cursos militares, regulares, no Brasil;

- já é consagrado feriado, em cada unidade ou estabelecimento do Exército, a data aniversária de sua organização,

DECRETA:

Art. 1º É instituído o dia 23 de abril como a data comemorativa do aniversário da Escola Militar.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETÚLIO VARGAS

General Eurico Gaspar Dutra

Jorge Luis Gregório de Almeida, em sua Dissertação de Mestrado⁶⁵, nos apresenta o quadro de averiguação que discorre sobre se outra Escola, anterior a Real Academia Militar, pode ser considerada como o embrião da formação profissional militar. Autores como Claudius Gomes de Aragão Viana, Pedro Carlos da Silva Teles, Elton Licério Rodrigues Machado, Jehovah Motta, Jefferson Gomes Nogueira foram atores que permearam a

⁶⁴ DECRETO nº 1.718, de 17 de Junho de 1937. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1718-17-junho-1937-459925-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23 de Março de 2021.

⁶⁵ GREGÓRIO, Jorge Luiz de Almeida. *Origens, Conflitos e Mudanças: A Participação da Academia Militar das Agulhas Negras no Golpe Militar de 1964*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues. 2018.

discussão. Foram apresentadas outras escolas anteriores a Real Academia Militar, como: Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que funcionou no edifício da Casa do Trem, fundada em dezembro de 1792; a Aula de Fortificação, criada no Rio de Janeiro por meio da Carta Régia de janeiro de 1699, também foi apontada como possível embrião. Todas estas hipóteses foram refutadas pelas conclusões as quais foram apresentadas: houve um funcionamento precário destas escolas, e elas diziam respeito mais à instrução nos corpos de tropa do que à formação sistematizada da oficialidade.

Com as aulas efetivamente sendo ministradas, a Escola Militar começou a sofrer com o despreparo prévio dos alunos – o currículo era muito pesado, havia dificuldade dos alunos em demandar tempo de estudo, muitas vezes devido aos afazeres enquanto militares – como havia, ainda, falta de professores preparados. A sociedade não sentia falta de homens tão preparados para o oficialato e para obras de infraestrutura no país, isto porque era na Escola Militar que se formavam, também, os engenheiros. A escola formava na teoria e não havia preocupação com o preparo prático. Estes fatos faziam com que o Ministério da Guerra e o Parlamento pensassem na reforma curricular.⁶⁶

Problemas surgiram com essa formação, principalmente na segunda metade do século XIX, quando surgiu a cisma do que era mais importante: Um oficial formado prioritariamente no meio acadêmico, o bacharel? Ou o oficial formado na lida castrense diária, o tarimbeiro? Estes problemas teriam sido minorados se as propostas impostas na reforma curricular de 1833 tivessem sido mantidas. Estas propostas, implementadas pelo Brigadeiro Raimundo da Cunha Matos, obrigavam os lentes (mestres) a ministrarem as aulas teóricas e, ao fim de cada matéria, levar os alunos aos corpos de tropas para praticarem as teorias apresentadas em sala de aula. Os lentes achavam muito trabalhoso e não gostaram do que foi implementado e, em 1834, um dos subordinados de Cunha Matos, um dos lentes da Escola Militar, passou a ser o Ministro da Guerra – dias depois, Cunha Matos deixou o comando da Escola e seus intentos foram colocados de lado, voltando o ensino a ser tratado como em 1832, com a prática sendo feita em poucos exercícios durante o ano.

O Exército era tão desprivilegiado, com baixos salários, condições inadequadas, sistema de punições (castigos físicos) e pelo recrutamento obrigatório que os políticos e a elite agrária não desejavam que seus familiares o servissem. Não havia esforço para a mudança no sistema de recrutamento, pois se continuasse como era feita, aqueles que podiam mudar esta forma conseguiriam fazer com que os seus não servissem.⁶⁷

⁶⁶ GREGÓRIO, *Conflitos e Mudança...*, p. 42 - 46.

⁶⁷ MOTTA, *Formação do Oficial do Exército...*, p. 86 – 92.

Fator que contribuiu para o desinteresse do ingresso de jovens no Exército foi a criação da Guarda Nacional em três de agosto de 1831. A França e outros países republicanos já haviam tomado medidas iguais a esta, pois havia eficiência e economia para prover segurança através de Instituições como a Guarda Nacional. No Brasil, esta decisão foi tomada por interesse político partidário e houve a superposição das funções constitucionais do Exército e da Guarda Nacional, restando ao primeiro apenas a guerra externa. O texto que criou a Guarda Nacional diz em seu Artigo 1º: “As Guardas Nacionais são criadas para defender a Constituição, a liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência e a tranqüilidade publica; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.”⁶⁸ O recrutamento para a Guarda Nacional era concorrente com o do Exército, “na realidade, ninguém era obrigado a servir no Exército, mas todos eram obrigados a servir na Guarda Nacional.”⁶⁹

O sistema de ascensão dentro da Guarda Nacional também era muito diferente ao que acontecia no Exército. Havia o “Guarda Nacional permanente e o de 2ª linha, reserva, que deveria ser composta de funcionários públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, estudantes, pelas profissões liberais enfim, e com a qual os chefes locais acenavam como recompensa aos que não pertenciam a esta categoria e queriam escapar da permanente.”⁷⁰ Os quadros eram eleitos sob ato presidido pelo Juiz de Paz; os coronéis e majores da legião eram nomeados pelo Governo Imperial; os quartéis-mestres e cirurgiões-mores eram propostos pelos comandantes das legiões; os sargentos-ajudantes, quartéis-mestres e cirurgiões dos batalhões eram designados pelos respectivos comandantes do corpo. Todos estes fatos nos são apresentados por MAGALHÃES, mas quem melhor sintetiza a situação que estamos analisando é SODRÉ:

Assim, fora da alçada militar, subordinada à autoridade política, a serviço direto dos interesses da classe dominante, a Guarda Nacional se reservava o direito de recrutar os elementos melhores da sociedade, e distribuía os comandos segundo a confiança dos senhores das terras. Era uma força de elite, por cima e por baixo, nos comandos e na tropa. Enquanto isto, o Exército se obrigava a caçar os elementos marginalizados da sociedade para constituir a tropa, enquanto recrutava nas camadas médias a oficialidade. E, se assim era, para manter disciplina na tropa, cuja constituição estava assim viciada, tornava-se necessário o tratamento pela violência. O castigo físico

⁶⁸ LEI de 18 de Agosto de 1831, que cria as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipais e ordenanças. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acessado em 23 de Março de 2021.

⁶⁹ SODRÉ, *História militar do Brasil...*, p. 162.

⁷⁰ MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 269.

era outra tradição colonial, e os códigos são copiosos em informação a esse respeito.⁷¹

O livro *Casernas e Escolas*⁷² de 1945, de Lima Figuerêdo, cita um castigo físico sendo empregado e depois mostra como esta forma de repreensão era comumente empregado pelas famílias no ensino dos filhos. Há o relato também da exposição das “varas de marmelo” (galhos retirados do marmeleiro para serem utilizadas como instrumentos de aplicação de castigo físico, geralmente batendo-as nas costas dos castigados), no refeitório do 8º Regimento de Infantaria em Cruz Alta – RS, para lembrar uma forma de disciplinar a tropa. O relato da punição é o seguinte:

A tropa reunia-se no pátio do quartel. Em regra, constituía-se com ela um grande retângulo voltados os homens para o centro. O delinquente era trazido do xadrez e colocado, dorso nu, no centro desse quadrado, onde já se achavam vários corneteiros, dois dos quais munidos de espadas flexíveis e sem corte. “Vamos!”, grita o comandante. Os dois castigadores alçam as lâminas, trazem os bustos para trás, no intuito de aumentar as forças das pancadas. O soldado que sofre o castigo torce-se, grita, mete as mãos para trás para amortecer o choque, mas os outros corneteiros recebem logo a ordem para imobilizá-lo. A surra continua e para abafar os gritos do paciente, a banda de música e o resto da de corneteiros tocam marchas alegres. A carne sangra, enegrece. O homem, por fim, cai desmaiado ou atira-se ao chão. O médico toma-lhe o pulso. O castigo pode continuar. Erguem-no do chão. Vai ser surrado “sobre as armas” ... O dorso do soldado fica inteiramente exposto e a surra pode prosseguir até se contarem pelo número exato das pancadas prescritas pelo chefe do corpo. Depois vinha uma lata com salmoura e uns pedaços de sacos de aniagem, para esfregar as costas do soldado.⁷³

Exemplo de como a carreira militar, do Exército, era desprestigiada e vista com interesse apenas pelos membros das famílias de linhagem militar ou por aqueles que não tinham condições econômicas ou sociais de estudar e buscavam na escola militar a opção para conseguir um diploma e receber salário, é o relatado no livro *Benjamin Constant – Vida e História*⁷⁴. Um dos mentores do fim do Império e criação da República, Constant teve dificuldades em sua vida, pois seu pai era um militar da marinha portuguesa que veio para o Brasil. Com a criação do Corpo de Fuzileiros Navais, em 1847, encerrou-se o Corpo de Artilharia da Marinha e seu pai, que estava residindo em Petrópolis, passou a integrar a oficialidade do exército. Com o crescimento da família, Leopoldo Henrique, pai de Benjamin, foi para província de Minas Gerais para administrar uma das fazendas do conde de Lages, onde foi acometido de febre tifóide e morreu em 1849. Viúva e com cinco filhos, Bernardina

⁷¹ SODRÉ, *História militar do Brasil...*, p. 168 e 169.

⁷² FIGUERÊDO, Lima. *Casernas e Escolas*. Gráfica Laemmert, Limitada, Rio de Janeiro, 1945.

⁷³ FIGUERÊDO, Lima. *Casernas e Escolas...*, p. 79 e 80.

⁷⁴ LEMOS, *Benjamin Constant...*

Joaquina, mãe de Benjamin, começou a passar dificuldades para manter a família, o que foi atenuado após começar a trabalhar como costureira e, dois anos depois da morte de Leopoldo, começar a receber a quantia da metade do soldo que seu marido recebia.

A família não tinha condições financeiras e Benjamin não era afeto a trabalhos manuais, tanto que, quando um antigo conhecido de seu pai desejou lhe ajudar, oferecendo trabalho de servente de pedreiro, onde tinha perspectiva de chegar a pedreiro, negou. Constant, em 1852, para requerer admissão aos exames preparatórios na Escola Militar do Rio de Janeiro, alterou sua data de nascimento de 1837 para 1833. Trecho que relata bem este período é:

Além de ser coerente com o exemplo paterno essa opção foi condicionada pelo leque de possibilidades de trabalho que se ofereciam alguém na sua situação: adolescente, branco pobre e inteligente. A corte sintetizava algumas das características fundamentais da sociedade escravista, dificultava a diversificação das atividades econômicas sede da administração pública geral, a cidade do Rio de Janeiro concentrava o maior contingente de funcionários públicos do país em capitais para ingressar no setor agrícola ou no comércio, Benjamin Constant só tinha em seu horizonte o funcionalismo como fonte segura de recursos razoáveis para o desempenho do papel de arrimo de família. Outras opções ao alcance de sua capacidade intelectual, como advocacia e a medicina, implicavam o custeio de demorado período de estudos e, depois, contatos com as elites sociais para exercer essas profissões em estabelecimentos próprios. Na ausência dessas relações, ao médico e ao advogado só restava a possibilidade de se tornarem empregados em repartições do estado - administradores, políticos, professores, etc.⁷⁵

Outro exemplo do desinteresse pela carreira militar é o citado por Figuerêdo quando relata um Decreto de 13 de outubro de 1837, que permitia aos oficiais recrutarem soldados com soldos muito baixos. Aqueles que não desejassem servir poderiam enviar um escravo no seu lugar, ou fazer o pagamento de cem vezes o soldo disponível para aqueles que fossem servir. O autor cita que, por este motivo, o Exército era formado “quase que exclusivamente de gente de cor.”⁷⁶

O Exército, até a Guerra do Paraguai, não tinha características próprias de uma Instituição essencial ao fortalecimento do Estado e, até então, havia ficado relegado a uma condição secundária. Marco Antonio Cunha, no livro *A Guerra e a Formação dos Estados Nacionais Contemporâneos*⁷⁷ apresenta-nos a Guerra do Paraguai como um ponto de inflexão na construção da Nação Brasileira devido às mudanças na estrutura social e política do Império. As mudanças citadas foram uma decorrência ao recrutamento para a guerra e a visão

⁷⁵ LEMOS, *Benjamin Constant...*, p. 29.

⁷⁶ FIGUERÊDO, Lima. *Casernas e Escolas...*, p. 52 e 53.

⁷⁷ RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos. *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. 2013.

que os militares começaram a ter de sua categoria profissional, o estamento militar. Esse termo foi cunhado por Raimundo Faoro no livro *Os Donos do Poder*⁷⁸, quando estamento “constitui sempre uma comunidade, embora amorfa: os seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder... se fixa no prestígio da camada, reconhece como próprias certas maneiras de educação e projeta prestígio sobre a pessoa que a ele (grupo) pertence.”⁷⁹

Para a Guerra foram recrutados diversos cidadãos em vários cantos do território nacional, sendo formados os Corpos de Voluntários da Pátria, que teve Dom Pedro II como voluntário número um. A Guarda Nacional foi recrutada para fazer parte deste novo Corpo, e, “com a criação de um novo tipo de organização militar em detrimento das Guardas Nacionais e dos batalhões de linha do Exército regular, o Estado Imperial admitia moral e socialmente a necessidade de recorrer às energias populares e, para tanto, precisou rever seus conceitos de cidadania.”⁸⁰ Com indivíduos de todas as classes sociais, ocupações e raças integrando o Exército para o combate, o estigma de que somente os desprestigiados o serviam foi modificado para o de que “cidadãos patriotas” integravam a Instituição.

Apesar de saltar aos olhos o sentimento de nacionalidade, camaradagem, espírito de corpo e abnegação daqueles que foram para a guerra, ficou saliente o despreparo tático, a falta de preparo quanto aos meios bélicos necessários para o combate e falta de logística. Com a nomeação do então Marquês de Caxias como Comandante-Chefe de todas as Forças Brasileiras em Operação contra o Governo do Paraguai, estes pontos deficitários foram revistos e houve a melhora da tropa para o prosseguimento do combate. Inovações técnicas e estrutura militar mais voltada para a profissionalização foram pontos trabalhados e valorizados por Duque de Caxias.

Cunha, ao final de seu escrito, mostra como ocorreu uma significativa mudança no Exército e no Brasil, assim descrevendo:

Ao final da Guerra do Paraguai, o País já não era o mesmo. Um problema de dimensões nacionais exigira, do governo e das elites, a busca de recursos humanos fora da estrutura, rígida e excludente, que dava suporte ao Império. Ao mesmo tempo, fizera surgir uma nova instituição, com raízes em outros segmentos, com espírito de corpo fortalecido pelos laços de camaradagem estreitados no campo de batalha e cujo valor moral deu-lhe voz ativa para participar, decisivamente, no processo decorrente de transformação política e social.⁸¹

⁷⁸ FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder* – vol. I. São Paulo: Globo/Publifolha (2000 [1958])

⁷⁹ FAORO, *Os Donos do Poder...*, p. 52.

⁸⁰ RESTIER JUNIOR, *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos...*, p. 37.

⁸¹ RESTIER JUNIOR, *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos...*, p. 47.

Com o fim da Guerra do Paraguai a situação da Escola Militar mudou. Deu-se o entendimento que era necessário a capacidade da Nação ter forças armadas bem aparelhadas, o que era difícil para o Brasil, pois o nível de industrialização nacional era muito baixo. Oficiais foram enviados para a Europa a fim de pesquisar e adquirir armamentos e equipamentos mais modernos. A Escola Militar foi reformulada para que os oficiais saíssem formados tecnicamente para a guerra, preparados para utilização destes novos equipamentos, acontecendo, então, a separação da formação do militar e do engenheiro, entre as Escolas Militar e Central.⁸²

1.2.2.2 Enquanto Há Disputa de Poder Entre duas Elites Existentes, Nasce a Militar

Nelson Werneck Sodré, no livro *História Militar no Brasil*⁸³, relata como os colonos foram criando milícias para proteger as propriedades das quais tiravam seus lucros. A colônia não era organizada, e não havia engajamento por parte dos portugueses para que houvesse organização, pois não importava como, mas sim o quanto se tirava de riqueza daqui. Cada homem rico tornava sua fazenda uma fortaleza, onde, nos arredores desta, pessoas estavam organizadas para guerra, quer seja contra índios, corsários ou religiosos. A necessidade de defender suas propriedades salpicou a colônia de várias fazendas organizadas militarmente. Esta característica associa-se ao que José de Azevedo Amaral relata ao expor o desinteresse do colonizador em prover a segurança do colonizado, como descrito no subitem que tratamos sobre a formação do povo brasileiro. Segundo Sodré, este fato ajudou até mesmo contra as investidas holandesas, momento em que o poderio militar gerado por estas milícias já organizadas, ajudou a proteger a soberania portuguesa.

Os inimigos externos, franceses e holandeses principalmente, dão lugar a operações sistemáticas de maior ou menor duração, e os últimos, por que se instalam no território, provocam o aparecimento da organização irregular das guerrilhas. As Milícias, que crescem extraordinariamente com a mineração, assumem caráter permanente, absorvidas nas missões próprias ao policiamento, a vigilância e a repressão que começa a definir-se nas inconfidências, preludiando a autonomia: a força militar tende a antagonizar-se com a população. As organizações militares que se destacam, na medida em que o tempo avança, são, assim, as irregulares sulinas, as Milícias de cavalaria, comandadas pelos estancieiros transformados em chefes militares, os Regimentos lusos, que são deslocados para a colônia, e os mercenários estrangeiros, que vem reforçar a tropa repressiva ou destinada a operações contra os castelhanos.⁸⁴

⁸² SODRÉ, *História militar do Brasil...*, p. 181 – 182.

⁸³ SODRÉ, *História militar do Brasil...*, p. 75- 80.

⁸⁴ SODRÉ, *História militar do Brasil...*, p. 79.

Durante a dominação portuguesa, a missão das forças militares existentes na colônia consistia em três objetivos: apossar-se do território, manter o território e expandir a conquista do território. Não havia a preocupação de quem cumpriria esta missão, desde que fosse cumprida. Assim, os inimigos que apareciam eram combatidos e, neste vasto território, apareceram vários inimigos. Nas áreas em que se estabelece a agricultura, os inimigos são os índios, internamente, e os piratas, externamente; nas áreas em que se estabelece a mineração, os inimigos passam a ser a própria população existente; nas áreas onde cresce o regime pastoril do gado, principalmente no sul, os principais inimigos são elementos de origem espanhola, os castelhanos. Cada uma destas áreas cria meios militares próprios para sua defesa: são criadas as ordenanças, que é a organização da própria população, a comando dos senhores de terras; criam-se também as milícias, quando as forças públicas criam forças militares que discriminam os elementos coloniais; e a última forma criada para combater os inimigos foram as ordenanças, vindas da própria sociedade.⁸⁵

Com a vinda da família Real em 1808, Dom João tentou formar seu aparato militar da forma que pensava ser mais conveniente e trouxe militares estrangeiros para comporem seu Exército. Este fato demonstra como as características do conceito do aventureiro de Sérgio Buarque de Holanda, conforme nos foi apresentado anteriormente, esteve caracterizado na formação de forças encarregadas de prover segurança, quando não foi pensado a médio e longo prazo, mas apenas em tentar resolver, de forma imediata, problemas que eram vislumbrados. Na visão dos colonos, a ligação que se fazia era com as milícias, pois eram não nativos que vinham apenas para oprimir a população. Gilberto Freyre, ao retratar o Exército na conferência proferida na Escola de Estado Maior de Exército em 30 de novembro de 1948, posteriormente transcrita como livro “Nação e Exército”⁸⁶, ao citar este período, traz como uma das conseqüências da vinda de militares estrangeiros para o Exército, além dos já citados, a falta da disciplina destes integrantes da Instituição Exército.

Sem senso de responsabilidade e sem culto a disciplina não há exército, nem há nação, nem há ciência. Não é a toa que se denomina disciplina não só “ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização” – seja essa organização exército, escola, nação, igreja, partido – como “o conjunto organizado de conhecimentos relativos a determinada matéria”: a disciplina científica. Por falta de disciplina fracassou o exército improvisado pelo Brasil por Dom Pedro I com mercenários a quem faltava o senso de responsabilidade ou o gosto da ordem e não apenas o sentido brasileiro de vida. Por falta de disciplina tem fracassado como organização nacional mais

⁸⁵ SODRÉ, *História militar do Brasil...*, p. 78 – 80.

⁸⁶ FREYRE, Gilberto. *Nação e exército*: conferencia proferida na Escola do Estado-Maior do Exército... no dia 30 de Novembro de 1948... J. Olympio, 1949.

de um grupo humano, afinal absorvido por vizinho poderoso. Por falta de disciplina, deixam de ser ciência conhecimentos desordenados e vagos.⁸⁷

João Quartim de Moraes nos salienta que, após a Independência, Dom Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte e outorgou a primeira Constituição do Império. Segundo o autor, uma forma autoritária de impor sua vontade sobre uma “oligarquia de grandes plantadores escravocratas, hostis ao fortalecimento do poder central por verem nele uma ameaça ao poder local que sempre haviam exercido da varanda da casa-grande”⁸⁸. O Monarca e os oligarcas eram duas elites que conviviam, mas tinham receio do que uma poderia fazer a outra. Este quadro estendeu-se até a Proclamação da República. A força da oligarquia citada acima repousava sobre o controle das instituições municipais e provinciais, sem necessidade do aparelho estatal para a manutenção deste poderio.

Em 1823 o Imperador criou um batalhão de estrangeiros e uma Guarda de Honra, com indivíduos escolhidos por Dom Pedro I, das principais famílias do Rio de Janeiro. O trono era ciente dos problemas que existiam para a criação de uma força militar em solo Brasileiro. Sabia que não havia armamento, pessoas e disciplina, mas havia uma convicção de que em breve o Brasil teria uma força armada “exemplar no mundo”⁸⁹. Ainda para Magalhães, o Exército Nacional surge somente após a Constituição do Império em 1824, tendo sua finalidade definida no Art. 145 “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defende-lo dos seus inimigos externos, ou internos”.⁹⁰ Neste texto, aos olhos de MORAES:

A inspiração absolutista é evidente: como se não bastassem os poderes discricionários modestamente batizados de “moderadores”, que o imperador acumulava com a chefia do Executivo, também era atribuído a ele “privativamente”, em sua qualidade de chefe do Estado, o poder de decidir sobre a guerra e a paz, de reunir ou de dispersar a “Força Armada de Mar e Terra”. Também é evidente, no entanto, a inconseqüência política de um texto constitucional que centralizava o poder de Estado nas mãos do Imperador, mas negava amar este poder com uma força militar permanente.⁹¹

A primeira organização do Exército foi feita após a Constituição, sendo composto por três armas (infantaria, cavalaria e artilharia), um estado-maior geral, um corpo de engenheiros e um corpo de estado-maior, e com um efetivo, previsto, de trinta mil homens. Esta composição foi muito volátil, houve várias alterações na formação por não haver doutrina

⁸⁷ FREYRE, *Nação e exército...*, p. 12.

⁸⁸ MORAES, *A esquerda militar no Brasil...*, p. 24.

⁸⁹ MAGALHÃES, *A evolução militar do Brasil...*, p. 249.

⁹⁰ Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em 25 de março de 2021

⁹¹ MORAES, *A esquerda militar no Brasil...*, p. 26 e 27.

própria e não ser bem determinada a missão que caberia a este Exército, bem como pela demora de se cumprir a esperança do Imperador, de se ter armamento, pessoal e disciplina.

No momento em que aconteceu a Guerra da Cisplatina (1825-1828), foram criados batalhões mercenários europeus, pois faltavam voluntários, e, com a vinda de estrangeiros, estes não seriam alheios às paixões políticas que agitavam o Brasil. Estas forças foram desfeitas em 1830, e a partir daí que “nossas forças tomaram definitivamente caráter nacional”⁹².

Com a abdicação da coroa em sete de abril de 1831, a elite política, que não confiava nos militares por serem associados ao poder central, desejava que os militares não tivessem protagonismo nas decisões. No período da Regência o efetivo do Exército que era previsto de trinta mil homens, passou para menos de quinze mil. Ainda neste período, aconteceram reorganizações no Exército nos anos de 1833 e 1839.

Mesmo com o primeiro ministro da Guerra dispensando do serviço ativo todos os estrangeiros contratados, oficiais e sargentos, ocorre a criação da Guarda Nacional em 1831. Os políticos preferiam tratar dos assuntos da segurança com estes integrantes da Guarda Nacional, pois os militares do Exército não tinham motivos para serem leais aos presidentes das províncias, tendo em vista não dependerem deles e sim do imperador. O desejo dos presidentes era, segundo o artigo 231 do projeto constitucional de 1823, uma autorização para “transformar cada presidente de província em caudilho, ao dar-lhe amplas atribuições sobre as Forças Armadas estacionadas nas províncias, sobretudo sobre as milícias, cujos postos seriam eletivos. Manipulando as eleições para estes postos e recrutando oficiais e tropas dentro de suas esferas de influência, os presidentes poderiam criar forças leais aos seus interesses.”⁹³

Para MORAES⁹⁴, a oligarquia trabalhava sistematicamente no sentido de enfraquecer o Exército. Isto se dava, não por serem antimilitaristas, mas pelo receio do braço armado forte do poder central. Com este pensamento, foi criada a Guarda Nacional, com características que expressavam o intuito da classe dominante. O recrutamento era feito na base dos cidadãos em condições de serem alistados eleitores, o que já excluía de haver integrante sem posses. O fato de existir um comandante por distrito, este eleito pela Câmara Municipal e mantido enquanto servisse, caracterizava a Guarda Nacional como uma força a serviço da classe senhoril.⁹⁵

Como destaca MORAES:

⁹² MAGALHÃES, *A evolução militar do Brasil...*, p. 254.

⁹³ COELHO, *Em busca da identidade...*, p. 52

⁹⁴ MORAES, *A esquerda militar no Brasil...*, p. 30.

⁹⁵ SODRÉ, *História militar do Brasil...*, p. 150 – 152.

Também na escolha da oficialidade da Guarda predominava o critério de controle direto pela classe dominante. Os oficiais de patente inferior eram eleitos. Os de patente superior (major e coronel) eram designados pelo governo, no entanto, escolhia sistematicamente para os postos de comando os chefes políticos locais. Foi exatamente por isso que passaram a ser tratados pela *Vox populi* como “coronéis”. A condição de grande proprietário agrário conferia o mando político, e este o mando militar.⁹⁶

No período Regencial uma série de agitações armadas eclodiu no interior do Brasil: 1838, a Sabinada na Bahia; em 1840 e 1842, as revoluções de São Paulo e Minas; de 1835 a 1845, a do Rio Grande do Sul; e, em 1848, a de Pernambuco. Estes problemas refletiam a insatisfação das autoridades provinciais contra o espírito absolutista e, muitas vezes, com espírito separatista. Com o fim destes levantes o Império consolidou-se.

Em 1850, com a extinção do tráfico negreiro e conseqüente liberação de recursos destinados ao tráfico, há altos investimentos na construção de ferrovias, aumento do tráfego hidroviário, instalação de linhas telegráficas, melhora da vida urbana com investimentos nos transportes e iluminação, crescimento do comércio, e melhora sensível na divisão do trabalho. Não há a sincronização destes avanços com o crescimento do meio onde está instalada a elite rural escravagista.⁹⁷ Com a estagnação e muitas vezes queda desta elite, a força militar criada para suprir os seus anseios entra em decadência. Há uma constante queda de braços entre a elite política vinda de Portugal, que se personaliza no imperador e era centralizadora do poder, e a elite política formada pela classe econômica dominante da Nação, tratada até aqui, muitas vezes como oligarquia, que era predominantemente regionalista.

Até a Guerra do Paraguai fica claro que há duas Elites no Império, uma representada na pessoa do Imperador, ou seja, os monarquistas, aqueles que defendiam um poder central autoritário, e a outra elite, formada pela classe política oligarca ou classe econômica dominante. Estas elites não desejavam nenhuma outra, mas careciam de um poder armado para a manutenção de suas conquistas. Demonstraram isto na Constituição de 1824, quando o Imperador negou ao Exército o estatuto de Instituição Permanente; também na criação da Guarda Nacional, quando os oligarcas desejaram criar seu próprio braço armado. Estes episódios moldaram o espírito da Elite Militar que estava em gestação.

1.3 O Ambiente Propício ao Positivismo

Para além da investigação do pensamento político, analisaremos o caminho percorrido pelo Exército Brasileiro para implantação do positivismo no século XIX, identificaremos as

⁹⁶ MORAES, *A esquerda militar no Brasil...*, p. 31.

⁹⁷ MORAES, *A esquerda militar no Brasil...*, p. 172 – 173.

elites envolvidas no processo de adoção de ideias e verificaremos suas influências neste processo na segunda metade do século XIX e início do XX. Analisaremos a dinâmica de ensino e os currículos das Escolas Militares, verificando se estes fatores eram influenciados pelo positivismo, ou se as Escolas influenciavam na aceitação e defesa desses pensamentos políticos seguidos pelo Exército.

Para analisarmos o pensamento político seguido majoritariamente pelo Exército no final do século XIX e início do século XX, é necessária a observância das diversas correntes que emergiam naquele período. Segundo Viana⁹⁸, foi neste período que no Brasil a elite intelectual acatou aquelas ideias da cultura ocidental e que veicularam uma filosofia da história que possibilitava a integração do mundo moderno à visão científica, isto é, ao estado positivo. O positivismo de Comte foi uma das expressões do cientificismo e, por intermédio de sua sociologia, desejava não só integrar o homem no esquema de análise da natureza, mas também reunir a totalidade do conhecimento.

Sob a influência do *mainstream* filósofo europeu oitocentista, os acadêmicos brasileiros chegam ao consenso que as primeiras manifestações da doutrina positivista no Exército surgem na Escola Militar da Corte, a partir dos anos cinquenta do século XIX, por intermédio de apresentações de teses de doutoramento em ciências físicas e naturais, no logradouro do Largo de São Francisco, e que, nessa época, o ambiente na escola militar já estava embevecido pelas ideias positivistas, conforme é falado por Raimundo Teixeira Mendes⁹⁹.

Augusto Comte era um defensor assumido da república, não a república parlamentar, pois esta, para ele, era tendenciosa a corrupção. Para ele, a ideia de igualdade deveria ser extinta da máxima "igualdade, liberdade e fraternidade"¹⁰⁰, por pensar que liberdade e fraternidade, uma vez empregadas, já serviriam para cumprir seu papel na sociedade. Benjamin Constant era um positivista e ensinava os pensamentos de Comte, mesmo que, em determinados momentos, tentando não explicitar de onde eram provenientes seus ensinamentos, como relata Renato Lemos:

Se, ao escrever a teoria das quantidades negativas, Benjamin Constant observara conveniências e evitara citar Comte explicitamente, agora afirmava sua opção filosófica diante de qualquer público. Professor coadjuvante desde 1872, inscreveu-se no ano seguinte no concurso para vaga de repetidor de matemáticas na Escola Militar marcado para novembro. Surgira, então, na imprensa da corte, advertências ao governo quanto ao

⁹⁸ VIANA, *O ocaso do Império...* p. 81.

⁹⁹ MENDES, Raimundo Teixeira. *Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro. Apostolado Positivista do Brasil, 1892, p. 220.

¹⁰⁰ LACROIX, Jean. *A sociologia de Auguste Comte*. Curitiba: Ed. Vila de Príncipe. 2003, p. 214.

perigo que correria se empregasse um positivista. No dia da prova, Benjamin Constant pediu a palavra. Declarou-se positivista e disposto a usar a cátedra para divulgar a doutrina. Indagou à banca examinadora se isso constituía um impedimento à participação no concurso. Consultado, o imperador, que assistia às provas, não apresentou objeções e a banca autorizou a continuar concorrendo. Segundo alguns depoimentos posteriores à proclamação da República, Benjamin Constant teria afirmado, também, que era republicano...

De qualquer maneira, para a opinião pública a identificação do positivismo com o republicanismo era flagrante e, embora Benjamin Constant não tivesse dado até aquele momento qualquer indicação de ser defensor da república, a sua atitude durante o concurso pode ser vista hoje como símbolo de uma virada na história política do país...¹⁰¹

O historiador João Camilo de Oliveira Torres relata que as primeiras manifestações das doutrinas de Auguste Comte no Brasil deram-se por meio da matemática, ou seja, aplicava-se o princípio positivista de Comte apenas na solução de problemas matemáticos estudados na Escola Militar da Corte e não, ainda, na solução de problemas políticos e sociais do país. Para Torres, o ano de 1874 foi “o grande ano do Positivismo no Brasil [...]”. A partir de então, a difusão das doutrinas de Comte, de indecisa que era, passou a sistematizar-se progressivamente, tendo passado dos meios da matemática para o meio da rua.”¹⁰²

Por fim, têm-se a posição de José Murilo de Carvalho no livro “*A Formação das Almas*”¹⁰³, ao mostrar como a monarquia, pela lei do três estados – que será detalhada no próximo capítulo – correspondia à fase teológico-militar, a qual deveria ser superada pela fase positiva, melhor representada pela república. Parece incoerente esta afirmação pois os militares de alta patente eram monarquistas, mas o autor nos esclarece dizendo:

Um grupo social que se sentiu particularmente atraído por essa visão da sociedade e da república foi o dos militares. O fato é extremamente irônico, de vez que, de acordo com as teses positivistas, um governo militar seria uma retrogradação social. Mas entram aí surpresas que fazem interessante o fenômeno de adaptação de idéias. Acontece que os militares tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial. Por outro lado, por serem parte do próprio Estado, não podiam dele prescindir como instrumento de ação política. A ideia de ditadura republicana tinha para eles um forte apelo, embora na América Latina pudesse aproximar-se perigosamente da defesa do caudilhismo militar e assim tenha sido vista por observadores estrangeiros, especialmente europeus, durante os dois governos militares que iniciaram a República.¹⁰⁴

¹⁰¹ IEMOS, Renato. *Benjamin Constant-Vida e História*. Rio de Janeiro RJ: TOPBOOKS, 1999, p. 236-237.

¹⁰² TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1943, p. 51.

¹⁰³ CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. Companhia das Letras. São Paulo, 1990.

¹⁰⁴ CARVALHO, *A Formação*. Companhia das Letras..., p. 30.

Recorrendo novamente ao sociólogo Jean Lacroix¹⁰⁵, a classificação das ciências consideradas por Comte como positivas é determinada com base no desenvolvimento histórico do saber, criando uma hierarquia que reproduz a ordem de sucessão em que as ciências entraram na fase positiva. A enciclopédia das ciências que deriva esse processo hierárquico compunha-se de seis ciências fundamentais: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia. Tempos depois, com a elaboração do livro *Sistema de Política Positiva* de Auguste Comte, é que seria acrescentada uma sétima ciência, a moral.

Os relatos descritos acima ecoam nas análises feitas pelo militar historiador Jeohvah Motta, quando o autor descreve:

Sim, para o Exército o progressismo acenava, também as suas bandeiras. Queria ele ampliar-se e renovar-se. Fez-se analítico e crítico. O “bando de ideias novas” que Silvio Romero viu adejando sobre o País penetrou nas escolas militares, sob forma de positivismo e do evolucionismo, empolgou lentes e alunos, inspirando novas concepções de currículo e de programas de ensino, conduzindo a uma atitude de crítica em fase da realidade nacional. E, naturalmente, das escolas essas ideias passaram para os quartéis, sensibilizando os oficiais jovens e lançando-os na ação política. A um país inquieto e indagador corresponderia um exército ávido de soluções novas, de novos rumos para a vida nacional.¹⁰⁶

Outro autor que concorda com a ruptura da forma como o exército se portava nos eventos antes da Proclamação da República é o sociólogo Gilberto Freyre, ao retratar o exército na conferência proferida na Escola de Estado Maior de Exército em 30 de novembro de 1948. Gilberto discorre como o Exército portava-se de forma pacífica e tradicional em momentos difíceis da Nação, sem antecipar-se como elemento ordenador daqueles contrários. “Essa antecipação ocorreu, é certo, em 1889.”¹⁰⁷

O cientista político João Coutinho¹⁰⁸ explica que o conservadorismo é uma ideologia reformista, não revolucionária. Os reformistas não rompem com o sistema. Verificam o que está fazendo com que o resultado não seja positivo e realizam mudanças pontuais. O revolucionário pelo contrário, obedece antes ao “princípio da preguiça”: a preguiça de quem é incapaz de pacientemente estudar e retornar a comunidade real, optando antes por “atalhos” e pelas “facilidades falaciosas” da destruição e da recriação totais.

Coelho e Moraes escrevem que se marechal Deodoro não fosse insuflado por militares mais modernos e com pouca reflexão, não teria proclamado a república em 15 de novembro de 1889.

¹⁰⁵ LACROIX, *A sociologia de Auguste Comte...* p. 13.

¹⁰⁶ MOTTA, Jeohvah. *A formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 2001, p. 146.

¹⁰⁷ FREYRE, Gilberto. *Nação e Exército*. José Olympio Editora. 1949, p. 17.

¹⁰⁸ COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras*. São Paulo: Três Estrelas. 2014, p. 99.

A facilidade com que os oficiais subalternos chegavam a Deodoro e a outros chefes militares durante a Questão Militar, levando-lhes os anseios, preocupações e demandas do Exército, pouco tem a ver com o insulamento das elites. É a quebra deste insulamento que produz a organização de massa, aqui entendida como o equivalente organizacional da “sociedade de massa” da literatura sociológica. Livres destas pressões que fluíam de baixo, protegidos deste processo de democratização, chefes militares como Deodoro provavelmente não teriam optado pela alternativa de deposição da Monarquia.¹⁰⁹

Dizer, como os manuais oficiais de História do Brasil, que o Marechal Deodoro proclamou a República, é uma maneira elegante de não dizer que a República nasceu de um golpe de Estado [...] Se a imagem de um Deodoro tirado da cama por Benjamin Constant na madrugada do dia 15 de novembro para proclamar a República num ato de irreflexão matinal não passa de uma caricatura. A tese segundo a qual teve de derrubar o Império porque queria derrubar o gabinete, como quem quer fazer uma omelete tem que quebrar os ovos, parece mais fundamentada nos fatos históricos.¹¹⁰

Castro,¹¹¹ ao citar o grupo de militares que apoiavam Benjamin Constant em seus intentos republicanos, relata sobre os “pactos de sangue”, nome dado aos abaixo assinados feitos por militares, pouco tempo antes do dia 15 de novembro de 1889, e que contaram com assinaturas de 173 pessoas. Os assinantes foram divididos por suas graduações dentro do Exército e fica claro que o grupo que apoiava Constant foi composto, em sua grande maioria, por militares formados pela Escola Militar entre os anos de 1874-1889, a chamada “mocidade militar”. A divisão ficou assim distribuída: 69,4% eram alferes-alunos (alunos da Escola Militar), 21,4% tenentes, 7,5% capitães e, 1,2% de oficiais superiores (major, tenente-coronel, coronel).

O positivismo encontrou no ensino militar um ambiente propício para o seu crescimento. O fato do estado na fase mais madura ser um estado positivo, onde a ciência seria a grande ordenadora, e assim teria ordem e progresso, fez com que este pensamento fosse aceito pelos militares, pois para estes na guerra é necessário a mentalidade do positivismo: possuir “a fórmula para enquadrar todos os conflitos da realidade nos exatos limites de uma rígida equação matemática.”¹¹²

Uma forma de exemplificar como as ideias positivistas influenciavam as mentalidades dos jovens estudantes militares é mostrada por Castro em:

¹⁰⁹ COELHO, *Em busca da identidade...* p. 72.

¹¹⁰ MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana a guerrilha dos tenentes*. São Paulo Siciliano. 1991. p. 48-49.

¹¹¹ CASTRO, *Os militares e a República...* p. 29-32.

¹¹² TREVISAN, Leonardo. *Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro*. Biblioteca do Exército, 2011, p. 67.

O melhor exemplo de como a matemática e as ciências em geral eram elementos estruturantes da cultura específica à “mocidade militar” são os escritos da época dos jovens militares, repletos de imagens cientificistas. Um ex-aluno, recém-desligado da Escola Militar, afirma, em artigos de jornal escritos entre 1888 e 1890 (quando tinha 22-24 anos), que o homem, em sociologia, possui a mesma “existência subjetiva de um tipo abstrato” que “o átomo na química ou o infinitamente pequeno na matemática”. Fala de ideias que traduzem o “zênite da mentalidade moderna e, como as luzes meridianas iluminam sem a produção da sombra, definem-nos as posições mais límpidas e mais francas”. Essas ideias produzem, “movimentando as consciências, o mesmo efeito salutar que na ordem física realizam as correntes marinhas sobre os clima nos continentes” (Cunha, E. 1966, I:563 e 573). Outro aluno, em artigo sobre “A Morte do Amor”, afirma que a biologia conduz com segurança à descoberta da forma mais antiga e simples do amor – que é, e cita uma passagem da Antropologia de Haeckel, “a afinidade eletiva de duas células diferentes: a célula espermática e a célula ovular”.¹¹³

Figuerêdo trata as ideias positivistas no exército como um obstáculo que teve que ser vencido ao final do Século XIX, pois, para ele, “com o povo pacifista por índole e a oficialidade imbuída duma doutrina filosófica, pela qual deveria até envergonhar-se da farda que vestia, pois que não pode ser verdadeiramente soldado aquele que não cultiva o espírito militar”¹¹⁴. Este relato do desconforto que os positivistas tinham em usar a farda é descrito pela filha de Benjamim Constant quando, em seu diário, fala a respeito do pai sair para assistir a uma festa sem saber o horário que retornaria para casa, onde diz: “...e já estávamos receosos sem sabermos para onde ele iria e onde jantaria, pois ele não gosta de andar fardado, quando ele chega...”¹¹⁵

Demonstramos até o presente momento a forma como o Exército Brasileiro foi gestado, a percepção da necessidade de uma força armada, o desejo de jovens formados para suprir as necessidades básicas da formação de um estado forte. Analisamos ideologias que encontraram ambiente propício para seu crescimento e influenciaram o pensamento dos jovens que amadureciam no período estudado. A partir do próximo capítulo adentraremos no período da Guerra do Paraguai, quando pelos desafios apresentados, ficou claro para os militares a necessidade que o Brasil tinha de uma força armada forte e coesa.

¹¹³ CASTRO, *Os militares e a República...* p. 29-32.

¹¹⁴ FIGUERÊDO, Lima. *Casernas e Escolas...*, p. 88.

¹¹⁵ DE MAGALHÃES, B. B., & Castro, C. (2009). *O diário de Bernardina: da monarquia à república, pela filha de Benjamin Constant*. Jorge Zahar Editor Ltda, p. 64 – 65.

Capítulo II – A Tensão entre Cientificismo e Profissionalismo

A profissionalização do Exército Brasileiro pode ser considerada um processo no qual a busca constante pelo aperfeiçoamento, a fim de estar mais bem preparado para o cumprimento do dever preconizado na Constituição, seja incansavelmente perseguido. Desta forma, consideraremos as ações tomadas pelos governantes e chefes militares na direção de melhoria do Exército em relação ao cumprimento de sua missão, como processo de profissionalização. A criação da Real Academia Militar, em 1810, pode ser considerada um grande passo nesta direção. Após este marco, constantes reformas feitas foram sempre na direção de acertar a formação, mas não com ímpeto que tendesse à preparação especializada para a finalidade que hoje é preconizada: “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”¹¹⁶

Neste ponto de nossa dissertação cabe entendermos quais ações o Exército tomou na direção do aperfeiçoamento de seus integrantes. Como já citado anteriormente, existiram tentativas de especialização anteriores à criação da Real Academia Militar, mas, assim como Motta, partiremos do entendimento que a busca pela formação sistematizada da oficialidade começou em 1811. A partir daí, ocorreram várias alterações na formação do oficial e no ensino dentro do exército.

Com a Independência do Brasil em 1822, o nome foi alterado para Imperial Academia Militar, em 1823¹¹⁷, e, em 1832, as academias das Forças de mar e terra foram fundidas em uma. Como o objetivo – que era diminuir a longa duração dos cursos voltados para formação profissional de oficiais no Brasil e proporcionar-lhes a instrução necessária para a execução de operações terrestres e navais – não foi alcançado, esta junção foi cancelada através do Decreto de 22 de Outubro de 1833, que separou a Academia de Marinha e a companhia dos Guardas-Marinhas, da Academia Militar da Corte, e deram a esta novos estatutos. Interessante observar que a junção das Academias foi iniciada sem que o decreto estivesse aprovado. Percebe-se também que, no período da Regência, a Academia era chamada de Academia Militar da Corte.

Mostrando a experiência que a reforma dada pelo Decreto de 9 de Março de 1832 a Academia Militar da Corte, em virtude do Art. 15, inciso 2º, Cap. 5º da Lei de 15 de novembro de 1831, incorporando nela a Academia dos Guardas-Marinha da Armada Nacional, não corresponde aos fins a que o Governo se propôs, de poderem os oficiais do Exército e Armada Nacional

¹¹⁶ DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, Art. 142.

¹¹⁷ CASTRO, Celso. O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Zahar, 1990, p. 136.

conseguir aquele grau de instrução, que os habilite ao desempenho das comissões, e operações militares terrestres e navais, que lhes forem incumbidas: A Regência, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, querendo ocorrer com as providências, que estão dentro das suas atribuições, e autorizada pelo citado At. 15, inciso 2º, Cap. 5º da Lei de 15 de novembro de 1831; há por bem determinar, que ficando sem efeito o mencionado Decreto de 9 de Março de 1832, e estatutos que com ele baixaram, e não foram ainda aprovados pela Assembléia Geral Legislativa, e separando-se as duas Academias, como se achavam anteriormente à publicação dos Decreto e estatutos, se regule provisoriamente a Academia Militar da Corte, pelos estatutos que se publicam com este decreto...¹¹⁸

Com o Decreto 25 de 14 de janeiro de 1839, o nome foi novamente alterado para Escola Militar¹¹⁹. Este novo decreto buscou a implantação da metodologia observada nos programas da Escola Politécnica e da Escola de Aplicação de Metz, na França. Foi aplicado um regime mais militarizado e reforçado o ensino técnico-profissional voltado para as necessidades da Instituição. A formação foi separada em curso de Infantaria e Cavalaria; e o curso de Artilharia, Engenheiros Militares e de Estado-Maior.

Dezenove anos se passaram e o Decreto nº 2.116 de 1º de março de 1858¹²⁰ alterou novamente o nome da escola para Escola Central. Desta vez, os rumos foram outros e a Escola foi direcionada para a formação de Engenheiros, mas vinculada ainda à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Este fato fez com que houvesse três alterações no regulamento da Escola, tentando recentralizar no ensino militar. A situação ficou insustentável e a solução seria abandonar um dos ensinos, o militar ou de engenharia, ou formar em escolas separadas. O problema foi resolvido em 1873, quando a Escola Central ficou responsável apenas pela formação de engenheiros, com o nome de Escola Politécnica, e a formação militar foi para a Escola Militar da Praia Vermelha.

Neste ponto necessitamos entender que escola é esta: Escola Militar da Praia Vermelha? Motta nos diz que esta foi criada em 1855 quando alguns chefes militares se preocuparam com o não ensino da técnica profissional na Escola Militar. Seria chamada de “aplicação”, pois “seus alunos deveriam aprender a ser soldados, isto é, manejar armas, ter as

¹¹⁸ DECRETO de 22 de Outubro de 1833, https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-17/Legimp-17_32.pdf Acesso em 28 de Março de 2021.

¹¹⁹ DECRETO nº 25, de 14 de janeiro de 1839, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0025.htm#:~:text=DECRETO%20No%2025%2C%20DE,Art. Acesso em 28 de Março de 2021.

¹²⁰ DECRETO nº 2.116, de 1º de março de 1858, <https://legis.senado.leg.br/norma/395509/publicacao/15777891> . Acesso em 28 de Março de 2021.

vivências das marchas e dos acampamentos, conhecer a tática e a administração dos corpos.”¹²¹

Insatisfação pela forma como o ensino era conduzido, como relatada anteriormente, foi o motivo de Pedro de Alcantara Bellegarde, em 1855, por “decreto n° 1536 de 23 de janeiro deste ano, publicar o regulamento da escola de aplicação do exército; e no 1° do mês corrente teve lugar a sua instalação. O local escolhido pelo governo foi a fortaleza de S. João, a qual se adicionou uma chácara com alguns edifícios compreendida entre aquela fortaleza e a da Praia Vermelha, comprada a Joaquim da Silva Nazareth por 25 contos de réis.”¹²²

O descontentamento citado nos parágrafos anteriores foi o que motivou o Ministro Manoel Felizardo, no ano de 1850, com a intenção de minimizar os inconvenientes de levar para o Rio de Janeiro militares da Província de São Pedro do Sul, criar em Porto Alegre, através do Decreto n° 634 de 20 de Setembro de 1851, um curso de Cavalaria e Infantaria, composto das matérias do 1° e 5° ano da Escola Militar da Corte. Oficiais instruídos seriam incumbidos de lecionar as matérias necessárias, e uma comissão de Lentes da Escola Militar iria ao mês de Dezembro proceder aos exames. No relatório ele assim expressa seu sentimento quanto à formação militar na Escola Militar: “Nenhuma Academia Militar conheço à semelhança da nossa: em todas, o ensino das ciências militares tem por fim fazer Oficiais, obrigando os alunos a estudos apropriados, e a pratica; e ao mesmo tempo dando-lhes a mais rigorosa educação militar: A nossa Escola tem todos os elementos para fazer sábios; poucos, porém, para formar Oficiais.”¹²³

A Escola de Tiro de Campo Grande foi criada oficialmente pelo decreto n° 2422 de 18 de Maio de 1859, para que fossem os “oficiais e soldados adestrados nas regras práticas do tiro das ditas armas, do cálculo de seu alcance, e do acerto dos projéteis, pelo exercício de atira-los ao alvo.”¹²⁴ Para esta escola, houve a determinação que cada um dos corpos do exército enviassem um oficial subalterno, oficiais inferiores e cadetes afim de serem instruídos nas práticas que ali ensinariam e, depois de instruídos, regressassem aos corpos a que pertenciam para transmitir os ensinamentos colhidos.

Como demonstrado, a década de 1850 foi marcante para o ensino militar, sendo que, até então, havia apenas uma escola responsável pelo ensino profissionalizante, a qual não era voltada integralmente às “coisas da guerra” devido à sua dupla destinação. Nesta década, foram criadas mais três escolas voltadas para a formação militar: o curso de Infantaria e

¹²¹ MOTTA, Formação do Oficial do Exército..., p. 108.

¹²² _____, Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1855, p. 6.

¹²³ _____, Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1851, p. 9.

¹²⁴ _____, Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1861, p. 7.

Cavalaria no Sul, a Escola de Aplicação no Rio de Janeiro, e a Escola de Tiro de Campo Grande. Trevisan levanta a hipótese de que “o Exército, de olhos postos no teatro de operações do sul, reformou-se ao longo da década de 1850, alterou princípios, mudou regras, organizou-se. Antes do confronto com o Paraguai, nosso ensino militar era outro, muito diferente daquele que iniciara a década de 1850.”¹²⁵ Não foram encontradas evidências para comprovar que estas mudanças foram realizadas devido ao teatro de operações do sul, mas com certeza foi importante para a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai.

Há que se ter o entendimento que a Instituição Exército é como um órgão dentro de um corpo – assim como mostra o sociólogo Émile Durkheim, pensando as formas externas de organização social, em sua teoria da solidariedade orgânica, “baseada na diferenciação dos indivíduos, por analogia com os órgãos de um ser vivo, cada um dos quais exerce uma função própria, embora os órgãos não se pareçam uns com os outros, todos são igualmente indispensáveis à vida”¹²⁶ – procuramos entender, dentro do processo de profissionalização, como, após a Guerra do Paraguai, os passos em direção ao profissionalismo foram mais apressados, mesmo havendo problemas a serem superados. Identificaremos problemas internos e externos ao Exército e observaremos como a formação profissional, como não poderia deixar de ser, sempre foi um dos principais atores dentro do Exército, embora não fosse nunca elencada como a mais importante.

Vários autores nos ajudarão a entender o processo que estamos demonstrando: Leonardo N. Trevisan em seu livro “*Obsessões Patrióticas*”¹²⁷ e Edmundo Campos Coelho em seu livro “*Em Busca de Identidade*”¹²⁸, analisam o Exército Brasileiro no século XIX e em parte do XX, mas com enfoques diferentes; o primeiro pensa as escolas militares, e o segundo, o envolvimento político do Exército. O objetivo será analisar o processo de profissionalização em todas as áreas da Instituição Exército e, assim como foi citada a solidariedade orgânica em relação às Instituições do País, podemos pensar esta solidariedade em todas as áreas do Exército. Outros autores como: Cláudia Maria Costa Alves, Fernando da Silva Rodrigues, Jorge Luiz de Almeida Gregório, João Batista Magalhães, Jheovah Motta e Nelson Werneck Sodré, também estarão presentes quando analisarmos as ações nas diversas áreas do Exército.

¹²⁵ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...*, p. 27.

¹²⁶ ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Trad. Sérgio Bath. 1993, p. 458.

¹²⁷ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...*

¹²⁸ COELHO, *Em busca de identidade...*

2.1 A Profissionalização nas Escolas Militares

O embate interno no Exército sobre como deveria ser direcionado o ensino é um dos principais temas de Trevisan no livro em que estamos analisando. Havia um duelo pelo poder para averiguar qual doutrina dominaria o campo do ensino militar. No período ao qual estamos debruçados, os principais atores eram, para o autor: o anticientificismo e o cientificismo, neste momento reforçado pela doutrina positivista. No livro, o anticientificismo buscava a profissionalização do exército e o positivismo seria um retrocesso nesta busca, pois o ensino, carregado de matérias exatas, desviaria o foco da formação militar que deveria ser a preparação para a guerra.

Nas reformas posteriores a 1850 até a Proclamação da República, várias foram as mudanças com o intuito de estabelecer melhor a finalidade das escolas do Exército. De 1850 até 1860, criaram-se escolas para formar militares preparados para as “coisas da guerra”¹²⁹. Destacamos ainda, que houve duas outras mudanças. A primeira foi devido à conclusão, decorrente da Guerra do Paraguai, que as escolas militares deveriam formar oficiais preparados para guerras com novos meios sendo empregados e em locais desconhecidos. De posse destes conhecimentos, o exército, em 1872, compra fuzis e canhões da Alemanha e começa a fazer pesquisas para aquisição de outros materiais, como veremos adiante. A segunda mudança foi em 1874, quando é separada a formação do militar da formação do engenheiro, que passam a ser formados na Escola Militar e Escola Central, respectivamente¹³⁰.

Motta¹³¹ nos mostra que estas duas mudanças foram gestadas desde 1851, quando o ministro Manoel Felizardo “pede regime militar aquartelado, capaz de unir a teoria à prática dos exercícios e à economia dos corpos, fazendo nascer e desenvolver os hábitos de disciplina, de obediência e outras virtudes militares”¹³². Em um primeiro momento, as duas escolas se organizaram, preparando-se para o pleno funcionamento.

Como apresentado no tópico anterior, com a insatisfação do ensino militar na Escola Central, em 1855 foi criada a Escola de Aplicação na Praia Vermelha, que caracterizou-se por ser a escola de complementação à formação dos oficiais, com características militares, internato, disciplina, hierarquia e exercícios práticos. Nesta havia ensinamentos teóricos e práticos. A Escola Central, no Largo de São Francisco, embora fosse ainda militar, contava com alunos

¹²⁹ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...*, p. 27.

¹³⁰ SODRÉ, *História militar do Brasil...*, p. 182.

¹³¹ MOTTA, *A Formação do Oficial do Exército...*, p. 112-138.

¹³² *Ibid.*, p. 113.

civis, pois se formavam também engenheiros civis. Os militares de Artilharia e Engenharia cursavam todo o período das duas escolas e os de Infantaria e Cavalaria cursavam apenas as aulas preparatórias da Escola Central e todas as matérias da Escola de Aplicação.

Desta forma, como citado acima, ao terminar a guerra do Paraguai, em 1870, é desnudada a necessidade de que os estudos militares fossem concentrados em uma só escola, além da necessidade de formação de engenheiros geógrafos e civis e dos técnicos em direção de trabalhos industriais, agrícolas e de mineração. Segundo Cláudia Maria Costa Alves¹³³, esta formação em cima das ciências foi mais um passo para a profissionalização do exército. Neste momento pode parecer contraditório a conclusão que chega Cláudia Maria e Trevisan, porém a autora deixa claro que o estudo das ciências era o que havia de mais moderno para os exércitos mais evoluídos e era sinal de profissionalismo naquele momento.

Nas escolas militares as aulas haviam retornado em 22 de junho de 1870, mas faltavam muitos alunos e professores. Os alunos demoraram em retornar da guerra e muitos dos que se apresentaram desejavam apenas ganhar estudo sem custos e, depois de formados, irem para outras profissões. A falta de professores já era sentida desde antes da Guerra, mas com a ida de alguns dos mestres para a batalha e por parte destes terem sofrido moléstias, esta ausência foi agravada.

Com a centralização da formação e a exigência de conclusão do curso em Escola Militares houve uma separação dos oficiais, hora velada, hora aberta, entre aqueles que haviam se formado nas Escolas Militares e aqueles oficiais que haviam ascendido hierarquicamente de outras formas. Esta foi, segundo McCann¹³⁴, a conhecida cisma entre o bacharel e o tarimbeiro, ou seja, aquele formado no meio acadêmico ou aquele formado na lida castrense do dia a dia. Para o autor, prova disto foi o fato dos professores da Escola Militar não acharem ser necessário que alguns manuais militares fossem traduzidos do francês para o português. Eles alegavam que todos os alunos da Escola Militar sabiam ler em francês. Esta, talvez, tenha sido uma medida tomada “para manter o *status quo* dos tarimbeiros, tendo em vista que muitos não sabiam ler”.¹³⁵

No livro *A Evolução Militar do Brasil*, João Batista Magalhães¹³⁶ retrata o sentimento dos bacharéis e tarimbeiros desta forma:

¹³³ ALVES, Cláudia Maria Costa. *A intelectualidade militar e as práticas escolares no exército brasileiro no século XIX*. Congresso Brasileiro de História da Educação, História e memória da educação brasileira. Vol. 2. 2002, p. 9-10.

¹³⁴ McCANN, Soldados da pátria... p. 44.

¹³⁵ LANDGRAF, Saulo Freire. PRINCÍPIOS KANTIANOS DA LIDERANÇA DE OSÓRIO, UM TARIMBEIRO POR EXCELENÇA. *Revista Científica Fundação Osório* (ISSN: 2526-4818) 4.1, 2019, p. 7.

¹³⁶ MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora, 1998.

Entre os primeiros, orgulhosos de sua superioridade cultural, poucos eram os que não relegavam para o segundo plano os estudos de caráter tipicamente profissional e muitos os que prezavam mais as comissões estranhas ao profissionalismo que as militares, e os seus títulos científicos que os da carreira. Entre o último, os tarimbeiros, poucos haviam cujo interesse profissional fosse além das meras práticas de rotina, e quase todos olhavam com certo desprezo os primeiros, a quem não consideravam bons soldados.¹³⁷

Para Jorge Luiz Gregório de Almeida¹³⁸, um fator motivador para esta cisma foi a assunção de chegada de Benjamin Constant à cadeira de matemática na Escola Militar em 1872. Prova disto é que o número de professores que concordavam com os pensamentos de Constant aumentou na década de 1880, indo de cinco professores em 1881 a sete em 1884. O professor comtista acreditava que a educação para o militar deveria ser científica, que o soldado deveria ser o cidadão armado e conhecer seus deveres, principalmente os sociais. Assim, o ensino ficou voltado para a matemática, filosofia e letras, abrindo mão do ensino de disciplinas militares. “Muitos alunos a chamavam inclusive de ‘tabernáculo da ciência’.”¹³⁹ Muitos oficiais formados neste período gostavam de ser chamados pelo prefixo de doutor antes do posto que ocupavam, porém “a formação destes oficiais, com direito de passar a usar, ao final do curso, o título de doutor junto com o posto, os levava a se dedicarem a procurar funções públicas de relevo, deixando de contribuir para o desenvolvimento tecnológico do Exército e descuidado-se da finalidade principal de sua formação, que era a preparação para a guerra e a defesa externa.”¹⁴⁰

Outra evidência de que o fato de alguns oficiais serem formados pela Escola Militar e outros não criara uma cisma no meio militar, foram dois artigos publicados no periódico O Militar Brioso. Este periódico foi publicado na cidade do Rio de Janeiro e seu público alvo eram os militares. Sua primeira edição foi em 28 de fevereiro de 1855 e foi extinto em 03 de julho do mesmo ano, com a edição de número 16, sendo uma publicação semanal. Seus artigos eram anônimos e o periódico exaltava a classe militar, reclamando das dificuldades e relatando pontos em que pensavam serem estes prejudicados. Estes artigos foram publicados nas edições de número 06¹⁴¹ e 07¹⁴², dos dias 04 e 11 de abril de 1855. Expunham a situação do coronel Miguel de Frias e Vasconcelos por ter sido preterido em uma promoção a oficial general. Relata que este coronel era oriundo da Escola Militar, a qual gastara muito dinheiro

¹³⁷ MAGALHÃES, A evolução militar do Brasil... p. 301.

¹³⁸ GREGÓRIO, Origens, Conflitos e Mudanças... p. 39 - 44.

¹³⁹ Ibid. p. 41.

¹⁴⁰ Ibid. p. 42.

¹⁴¹ O Militar Brioso, ano I, edição n. 6, de 04 de abril de 1855, p. 2-4.

¹⁴² O Militar Brioso, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 3-4.

na formação, que era competente e mesmo assim outro coronel, “não científico”, foi promovido a general apenas por ser conhecido do Ministro da Guerra. Terminam o artigo dizendo que o coronel Frias pertencia a “escola do: antes merecer e não ser, do que sê-lo sem o merecer.”¹⁴³

Como citado, após a guerra do Paraguai a configuração do exército mudou, assim como a economia, a política e a sociedade, que haviam mudado muito. Sílvio Romero descreve assim:

Até 1868, o catolicismo reinante não tinha sofrido o mais leve abalo; a filosofia católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério; a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com os seus doces, enganosos, encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais forte que já uma vez houve na história de um país. De repente, por um movimento subterrâneo que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou, e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A Guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão; e então a questão dos cativos se agita e logo após é seguida da questão religiosa; tudo se pôs em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arrocho das instituições policiais, o da magistratura, e inúmeros problemas econômicos; o Partido Liberal lança aos quatro ventos um programa de extensa democracia, quase um verdadeiro socialismo; o Partido Republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de ideias novas esvoaçou sobre todos os pontos do horizonte. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folclore, novos processos de crítica e de história literária, transformação das instituições do direito e da política, tudo então se agitou.¹⁴⁴

Fernanda de Santos Nascimento (2018)¹⁴⁵ relata que em 1858 todos os oficiais da armas científicas (artilharia e engenharia) eram oriundos, por obrigatoriedade, da Escola Militar e apenas 8,1 % dos oficiais de infantaria e cavalaria haviam cursado a referida escola. Em 1850, na administração Felizardo, todos os oficiais deveriam cursar a Escola Militar, formando assim um quadro de oficiais permanente e profissional. Esta resolução, devido a pressões, retrocedeu, e, em 1859, nova lei passou a vigorar, prevendo que somente um terço dos oficiais de infantaria e cavalaria deveria cursar a Escola Militar. Este fato foi reordenado

¹⁴³ O Militar Brioso, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855, p. 4.

¹⁴⁴ ROMERO, Sílvio. "Explicações indispensáveis." Prefácio a vários escritos de Tobias Barreto de Menezes In T. Barreto, Obras Completas 10 (1926), p. 26

¹⁴⁵ NASCIMENTO, Militares e Política no Século XIX...

com a reforma de 1874 da Escola Militar, momento em que todos os oficiais passaram a ser formados nesta instituição de ensino.

Ainda Nascimento nos aponta que os militares foram sempre legalistas, por mais que em seus escritos, muitas vezes, tendessem para crítica política ao governo. As formas como os militares se expressavam intelectualmente foi dividido em duas: “aquelas de caráter oficial, produzidas com objetivos institucionais (relatórios e estudos, por exemplo), e aquelas de caráter não oficial, produzidas fora do arcabouço institucional – mas seguramente influenciadas pela existência e pelos valores institucionais.”¹⁴⁶

Muitas foram as ações tomadas pelo Exército para prover seus integrantes de instrução militar e científica. No alto escalão foi percebido que havia melhora no desempenho das funções com militares mais bem instruídos. O Brasil não tinha estrutura para instruir massivamente os jovens, fato que fez com que, pensando em jovens mais bem preparados para a carreira das armas, fosse criado um Curso Preparatório para a Escola Militar, em anexo a esta, para alunos que não tivessem condições de prover seu estudo. Neste curso os alunos recebiam roupas, alimentação, alojamento, educação moral e hábitos de disciplina.

Outra medida adotada para o preparo intelectual dos jovens foi a implementação das chamadas Escolas Regimentais, que ministravam aulas nas Unidades Militares, instruindo os soldados e os preparando para ingressarem na Escola Militar da Corte e no curso de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, restabelecido na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Os autores que mais citamos até o presente momento em nossa pesquisa, quando o assunto é a formação intelectual militar, foram Jeovah Motta e Leonardo Trevisan. Estes são fundamentais para o estudo, mas não entram nos detalhes da implementação e conservação dos cursos preparatórios. Trevisan cita: “o Exército criou a modalidade dos ‘preparatórios’ no ensino militar, embrião de todo envolvimento futuro do Exército com o ensino secundário, resultado, por conseguinte, os vários colégios militares que a Arma manteve no País durante décadas, com o primeiro deles inaugurado em 1889.”¹⁴⁷ Já Motta se alonga um pouco mais, mas, como mostrado posteriormente por Trevisan, limitou-se a discorrer sobre a importância dos cursos preparatórios como uma parte do sistema de ensino do Exército e modelo para o ensino civil:

O fato se deu a partir de 1858, quando o curso da Escola Central (Largo de São Francisco) foi precedido de um “ano preparatório” para o estudo de Francês, Latim, História, Geografia, Aritmética, Álgebra, Geometria e

¹⁴⁶ NASCIMENTO, Militares e Política no Século XIX... p. 236-237.

¹⁴⁷ TREVISAN, Obsessões patrióticas..., p. 26.

Metrologia. Em 1863, esses estudos se integrariam num verdadeiro curso, ou escola, a funcionar na Praia Vermelha e no Rio Grande do Sul. Desde então, aos poucos, foi sedimentada a ideia de que o Exército competia, também, cuidar do ensino secundário, ou de “humanidades”. A princípio, o problema era visto sob o ângulo da necessidade de assegurar, os alunos matriculados na Escola, preparo capaz de lhes permitir enfrentar os estudos superiores, de matemáticas e ciências. Depois, outro aspecto foi se juntando a esse: o dever do Estado de prover a educação secundária dos filhos de militares. Os dois ângulos se somando acabaram por impor uma política educacional uniforme e permanente, já agora secular. Se há uma tradição, na vida do Exército Brasileiro, é esta de ser, também, uma agência realizadora de ensino médio, pois que aquela política, vinda de 1858, acabou por se fazer realidade incontestável, acima de partidos, dos regimes políticos, das gerações que vão mudando e contra ela nada podem. São seus passos, ou marcos crescentes: o “ano preparatório”, o “curso preparatório”, a “escola preparatória” e o “colégio militar”.¹⁴⁸

Cláudia Maria Costa Alves, escritora já visitada por nós em um de seus artigos, no livro *“Cultura e Política no Século XIX: O Exército como Campo de Constituição de Sujeitos Políticos no Império”*¹⁴⁹, analisa detalhadamente o que significaram os cursos preparatórios para o Exército e para o Brasil. A autora demonstra como passou despercebido por outros autores o fato do ensino secundário, aplicado pelo Exército na década de 1850, se contrapor “ao movimento mais geral da sociedade imperial, onde estes estudos estavam marcados pela tendência oposta, da fragmentação.”¹⁵⁰ Para ela, o fato dos cursos preparatórios para o nível superior serem, como no Colégio Pedro II, de matrículas parceladas e freqüência livre e, a criação de bancas examinadoras em províncias que não possuíam faculdades, para o ingresso em qualquer faculdade, mostram como estes cursos eram aplicados de forma diferente como foi no Exército, pois os estudos preparatórios tenderam a se organizar gradativamente sob a forma de curso seriado, com exigência de aprovação em todas as matérias, tornando-se indispensável ao ingresso na Escola Militar.

O Ministro dos Negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, no Relatório de 1858, informa que o curso militar de cavalaria e infantaria do Rio Grande do Sul, foi reduzido a simples escola militar preparatória, e:

A escola militar preparatória ali criada, e com o regime do internato, deverá produzir resultados verdadeiramente úteis. É, por assim dizer uma escola especial para os sargentos e cadetes. De ordinário os inferiores dos corpos esmorecem de poderem vencer os cursos de estudos superiores, e por isso nem ao menos tentem a experiêcia de os estudar; agora terão á mão, e é-lhes fácil estudarem os preparatórios de francês, história, geografia, matemática elementar, desenho, e até latim, se quiserem, voltando depois a

¹⁴⁸ MOTTA, A Formação do Oficial do Exército..., p. 106-107.

¹⁴⁹ ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e Política no Século XIX: O Exército como Campo de Constituição de Sujeitos Políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

¹⁵⁰ ALVES, *Cultura e Política no Século XIX...* p. 290.

seus corpos, sem que sejam obrigados a prosseguir no estudo dos cursos superiores; e um inferior enriquecido com todos estes conhecimentos, além da instrução prática, e jogo de armas e exercícios, que tem a receber na dita escola, já é um militar distinto, e próprio para ser um sofrível oficial, ao mesmo tempo semi-teórico, e completamente prático. Aos inferiores faltava esta instrução, aos oficiais era de sobra, a que buscavam no curso ali existente, porque facilmente podiam vir receber o ensino (e melhor) na corte.¹⁵¹

Pode ser percebida a preocupação com o ensino de militares de postos inferiores. Esta ação ajudaria a construir a profissionalização em um corpo desqualificado e não passou despercebido ao general Manoel Felizardo, criador do curso de cavalaria e infantaria no Rio Grande do Sul, que criticou a formação da Escola Preparatória em lugar da que ele havia operacionalizado. “Este general defendia a instalação de um internato para filhos de militares mortos ou inutilizados, pela guerra, como forma de conseguir futuros quadros para o Exército. Achava que os preparatórios no Rio Grande do Sul estavam atraindo, de fato, praças que buscavam um pretexto para fugir às obrigações dos quartéis.”¹⁵² Este curso Preparatório criado em 1858 foi considerado satisfatório, tanto que na reforma do ensino militar de 1863, ficou sendo chamado de Escola Preparatória, existente na corte, anexa à Escola da Praia Vermelha, submetida às mesmas regras militares, e no Rio Grande do Sul. Com uma alta procura para ingresso nas Escolas Preparatórias, em 1867, os candidatos deveriam comprovar suas condições de idade e robustez, junto à Repartição do Ajudante Geral do Exército e, somente após isto, realizar o exame nas disciplinas do ensino elementar.

Não houve fechamento da Escola Preparatória durante a Guerra do Paraguai, devido ao número de alunos civis que freqüentavam a referida Escola e pelo fato de professores civis ministrarem as aulas, não dependendo, portanto, do corpo de professores militares para seu funcionamento. Após a Guerra, com a reforma do ensino militar de 1874, as disciplinas foram organizadas em três anos, de forma a serem vistas como, realmente, verdadeiras séries. O currículo seria o seguinte:

1º ano. - Gramática nacional, geografia, gramática, leitura e versão fácil do francês; aritmética e desenho linear.
2º ano. - Língua vernácula; versão, temas e conversação do francês; gramática, leitura e versão fácil de inglês; historia antiga; álgebra e desenho linear.

¹⁵¹ _____, Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1858, p. 22 e 23.

¹⁵² ALVES, Cultura e Política no Século XIX... p. 297.

3º ano. - Estudo complementar da língua vernácula e do inglês; história da idade média, moderna, contemporânea e pátria; geometria e trigonometria plana; desenho linear e geometria prática.¹⁵³

A Escola Preparatória funcionava muito bem, mas a quantidade de civis que concluíam e não prosseguiram na carreira militar era muito grande. Esta constatação fez com que, no ano de 1882, o Governo determinasse que a metade das vagas existente, tanto nos preparatórios da Corte quanto do Rio Grande do Sul, deveriam ser preenchidas por militares.

No Relatório do Ministério da Guerra referente ao ano de 1889, há a informação da criação da Escola Militar do Ceará, da Escola Superior de Guerra e do Imperial Colégio Militar. A Escola Militar do Ceará seria destinada a formar oficiais de Infantaria e Cavalaria e teria também o curso preparatório. A Escola Superior de Guerra estava situada junto à Escola Militar da Corte e destinava-se a separar os militares que se destacavam no curso da Escola Militar e que fossem propostos a aprofundarem-se no ensino superior. O Imperial Colégio Militar, situado na capital, era destinado gratuitamente aos filhos dos oficiais efetivos, reformados e honorários do exército e da armada; e, mediante contribuição pecuniária, menores procedentes de outras classes sociais. Ao término dos cinco anos de estudos no Imperial Colégio Militar, os egressos teriam vaga garantida nas Escolas Militares dos Cursos de Infantaria e Cavalaria, sem haver necessidade de novos exames. A intenção era instruir jovens e despertar o interesse pela carreira das armas.

Conforme Alves, a Reforma no ensino do Exército, no último ano do Império, abraçou todos os níveis de ensino, do “elementar à especialização máxima representada pela Escola Superior de Guerra, expressa o próprio campo intelectual que fora sedimentado no interior do Exército.”¹⁵⁴ Para ela, a Escola Militar da Praia Vermelha era um pólo irradiador que fornecia base intelectual para todos os cantos onde o Exército Imperial se fazia presente.

O Decreto 330 de 12 de Abril de 1890 reorganizou o ensino nas escolas do Exército, conforme transcrito:

Considerando que é de urgente e indeclinável necessidade aperfeiçoar e completar, tanto quanto possível, o ensino nas escolas destinadas a instrução e educação militar, de modo a atender aos grandes melhoramentos da arte da guerra, conciliando as suas exigências com a missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada aos exércitos no continente sul-americano;

¹⁵³ DECRETO Nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874. [¹⁵⁴ ALVES, Cultura e Política no Século XIX... p. 314.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5529-17-janeiro-1874-550076-publicacaooriginal-65706-pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20para%20as%20Escolas%20do%20Exercito.&text=1%C2%BA%20A%20instruc%C3%A7%C3%A3o%20militar%20theorica,Art. Acesso em 05 de Abril de 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Considerando que o soldado, elemento de força, deve ser de hoje em diante o cidadão armado, corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz publicas, apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral;

Considerando que, para perfeita compreensão deste elevado destino no seio da sociedade, como o mais sólido apoio do bem, da moralidade e da felicidade da Pátria, o militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica, que, preparando-o para com proveito tirar toda a vantagem e utilidade dos estudos especiais de sua profissão, o habilita, pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos aflitivos, pela racional expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres, não só militares como, principalmente, sociais;

Considerando que isso só pode ser obtido por meio de um ensino integral onde sejam respeitadas as relações de dependência das diferentes ciências gerais, de modo que o estudo possa ser feito de acordo com as leis que tem seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades, de todos os princípios até então adquiridos e foco único de luz capaz de alumiar e esclarecer o destino racional de todas as concepções humanas:

Resolve reorganizar o ensino nas escolas do Exército pelo regulamento que baixa com o presente decreto e onde são atendidos todos os meios para levantar o nível moral e intelectual do Exército, pondo o soldado brasileiro a par dos grandes aperfeiçoamentos da arte da guerra em suas múltiplas ramificações, sem desviá-lo de seus deveres como cidadão no seio do lar e no seio da Pátria.

Palácio do Governo Provisório, 12 de abril de 1890, 2º da Republica.
Manoel Deodoro da Fonseca.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães.¹⁵⁵

Pela simples leitura do referido decreto nota-se a influência do pensamento positivista de Benjamin Constant como ideologia vencedora na batalha travada no seio da Instituição. Expressões utilizadas, como: “cidadão armado”, “educação científica”, “ciências gerais” e, “espírito humano”; e a finalidade da formação a que se propoem as escolas do Exército: formar cidadãos armados que servissem de modelo moral para o bem das famílias e da pátria¹⁵⁶; deixam claro que, neste momento, a ideologia positivista havia conseguido se impor sobre a ideia de uma formação voltada massivamente à preparação para a guerra.

Na luta interna entre bacharéis e tarimbeiros, os primeiros tiveram que escolher entre ficar sem qualquer possibilidade de atuação política ou fortalecer a Instituição que, ideologicamente, deveria ser extinta com o militar, se transformando em apenas um “cidadão armado”, como explica José Murilo de Carvalho:

¹⁵⁵ DECRETO nº 330, de 12 de Abril de 1890. [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Promulga%20o%20regulamento%20que%20reorganiza,Armada%2C%20em%20nome%20da%20Na%C3%A7%C3%A3o%2C&text=Manoel%20Deodoro%20da%20Fonseca](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Promulga%20o%20regulamento%20que%20reorganiza,Armada%2C%20em%20nome%20da%20Na%C3%A7%C3%A3o%2C&text=Manoel%20Deodoro%20da%20Fonseca.). Acesso em 01 de abril de 2021.

¹⁵⁶ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1891, p. 33.

A posição dos bacharéis era, no entanto, ambígua, pois o positivismo que os orientava defendia a redução da diferença entre o militar e o civil ao ponto da extinção do militar em favor do cidadão. Se o soldado, na concepção de Benjamin, devia ser “o cidadão armado, importante cooperador do progresso”, esse próprio progresso, produzido pelo avanço do regime industrial, tornaria os exércitos entidades inúteis e faria com que fossem “recolhidas ao museu da história as armas que se empregam como elemento de destruição”. No momento da Proclamação, no entanto, o enfraquecimento da organização tiraria aos militares positivistas qualquer possibilidade de atuação política. Daí que a ideia de cooperador do progresso passou a implicar, na prática, a necessidade de fortalecer antes que enfraquecer o Exército. Nas circunstâncias em que se achava, porém, as duas coisas, intervenção reformista e fortalecimento da corporação, eram incompatíveis. O impulso reformista vinha dos escalões inferiores e, por isso mesmo, produzia o enfraquecimento da hierarquia, um golpe fatal em qualquer organização militar.¹⁵⁷

Trevisan, ao analisar estes fatos, mostra como a implementação da reforma no ensino do Exército em 1890 culminou em desconfiança por parte da classe política em relação à classe militar. A formação voltada quase que exclusivamente para o ensino científico, com pouco ensino teórico e prático da arte da guerra, gerou alunos indisciplinados e despreparados para, o que a maior parte da classe política entendia ser a finalidade do Exército, defender o País em problemas internos e externos. Com a morte de Benjamin Constant, principal nome positivista dentro do Exército, gestou-se nova reforma do ensino voltado para a prática, como já havia se tentado algumas vezes, sendo a última delas em 1874. Esta nova reforma só foi implementada após a debelação da Revolta de Canudos.

2.2 Ações da liderança do exército que demonstram a busca pela Profissionalização

Edmundo Campos Coelho argumenta na obra “*Em Busca de Identidade*” que uma Instituição busca sempre os seus interesses, sendo que as Forças Armadas “não existem num vazio social” e que “não agem monoliticamente”¹⁵⁸, e, em consequência, estas Forças Armadas não possuem autonomia para formulação de sua política externa. Outro ponto levantado é como a disputa pelo poder no interior da Instituição afeta o que o autor chama de “abertura” e “autonomia”, que são variáveis da Instituição Exército em sua relação com as outras Instituições.

Tendo em mente o fato do Exército necessitar de concorde e apoio de outras Instituições para realizar seus intentos, passaremos a observar quais ações foram tomadas pelos responsáveis para que o Exército se preparasse para cumprir o propósito a que era

¹⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª Ed. 2006, p. 39.

¹⁵⁸ COELHO, Em busca de identidade..., p. 39.

destinado, pesquisando os Relatórios Anuais do Ministério da Guerra, que era o documento onde constavam as realizações do Exército. Hoje podemos analisar estas ações como integrantes do caminho rumo ao profissionalismo, pois as necessidades que se apresentavam faziam parte da falta de organização ou da falta de definição do objetivo do Exército, e, muitas vezes, quando os pontos anteriores eram sanados, faltava recurso.

Castro¹⁵⁹, quando relata a falta de apoio demonstrada pelo Império em relação à tentativa de modernização do Exército, deixa claro que parte dos militares pensavam na melhora da Instituição, mas não tinham amparo Estatal:

A esse quadro pouco animador devemos acrescentar a falta de interesse político dos sucessivos governos que se seguiram à guerra em implementar medidas de modernização do Exército. Entre 1870 e 1889, várias iniciativas de reforma e modernização do Exército fracassaram. Em 1871, por exemplo, foi criado um Instituto Militar por um grupo de 40 oficiais, a grande maioria dos “corpos científicos”. Destinava-se a estudar questões que conduzissem à melhoria da classe militar. Entre os membros, alguns estariam no alto-comando do Exército ao final do Império, como Floriano Peixoto, Severiano da Fonseca, José Clarindo de Queirós, José de Almeida Barreto e José Simeão de Oliveira. Sena Madureira também aparece entre os fundadores. A presidência foi oferecida ao conde d’Eu. O conselho de Estado, no entanto, deu parecer – assinado também por Caxias – de que o Instituto, embora formado por oficiais de valor, constituía, por permitir o contato informal entre os oficiais de níveis hierárquicos distintos e a eventual introdução de ideias políticas, uma ameaça potencial à disciplina. Dessa forma, o Instituto desapareceu.¹⁶⁰

Usaremos os Relatórios do Ministério da Guerra, que era uma prestação de contas do que foi feito no ano anterior e as necessidades encontradas, baixados integralmente da Hemeroteca Digital, para nos nortearmos quanto às ações do Exército. No relatório de 1871 o Visconde do Rio Branco, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, discorre sobre algumas necessidades que foram desnudadas pela Guerra do Paraguai, como: o sistema de recrutamento; a recriação dos Corpos de Guarnição, que eram as Unidades Militares responsáveis pela formação básica dos militares; a falta de alunos e professores especializados nas escolas militares.

Após a Guerra, depois do povo sofrer disponibilizando jovens para o combate, o número de pessoas para servir ao Exército diminuiu e não havia praças suficientes para preencherem os claros existentes no efetivo. Visconde do Rio Branco assim relatou:

Durante aquele ano de 1870 obtivemos para o serviço do exército 483 voluntários, 473 recrutas, 63 praças reengajadas, dois substitutos e dois guardas nacionais, perfazendo tudo o algarismo de 1023 praças. Diminuto é

¹⁵⁹ CASTRO, Os militares e a República... p. 97-103.

¹⁶⁰ CASTRO, Os militares e a República... p. 101.

este contingente para preencher as vagas que anualmente se abrem nas fileiras do exército, principalmente quando, como ora acontece, há grande numero de praças que tem completado o seu tempo de serviço e requerem suas baixas. Os sacrifícios, porém, que fez a população brasileira, durante as exigências da prolongada guerra do Paraguai, aconselham toda a prudência em chamar ao serviço, por meio de recrutamento, aqueles que a ele estejam sujeitos. A nossa lei de recrutamento tem defeitos e presta-se a abusos que mais de uma vez tem sido ponderado. Pende de vossa sabedoria e decisão uma nova lei de alistamento para o exército. O sistema atual não me parece susceptível de reforma que satisfaça as precisões do exército, acabe com os abusos contra a liberdade individual e dê ao mesmo exército o pessoal de que ele carece para elevar a sua instrução e disciplina.¹⁶¹

No Relatório de 1872 o Visconde de Rio Branco, ainda Ministro da Guerra, relata entender a “repugnância para o serviço das armas”¹⁶² que a população brasileira nutria e sugere que os praças incorporados sejam realocados em locais diferentes aos de suas origens familiares, para que estes sintam menores pressões. Ainda em 1872, após a troca de ministros, quem assumiu o Ministério da Guerra foi João José de Oliveira Junqueira, que fez outro relatório, onde cita que o exército não pode contar apenas com o patriotismo dos cidadãos, era necessário o investimento em instrução militar precisa para tropas mais aguerridas.

Quanto à recriação de Corpos de Guarnição, o ministro percebeu a necessidade de ter militares adestrados para serem empregados em caso de necessidade do exército atuar em operações beligerantes. Os Corpos de Guarnição, extintos durante a Guerra do Paraguai, estavam sendo recriados, mas o ministro alertava para a necessidade de treinamento e o cuidado de não serem empregados como polícia.

Já quanto à necessidade de um exército numeroso, equipado e instruído, havia discordâncias. Por mais que o ministro demonstre esta preocupação no Relatório Anual, Coelho traz outros pontos de vista elencados no período. É apresentada visão de deputados, bem como sendo a opinião de uma parcela da sociedade, o pensamento de que o Exército, após a Guerra do Paraguai, foi visto como uma Instituição sem função específica, praticamente dispensável. A utilização de corpos de voluntários na Guerra fortificou o entendimento que não era necessária a teoria e a prática para que o cidadão possa ser soldado. O autor continua: “mesmo aos mais sensibilizados para o problema da defesa nacional parecia mais adequada à conservação de um Exército reduzido, apenas um núcleo para a emergência de uma guerra inesperada, o argumento sendo o de que, dadas a índole cordial do povo

¹⁶¹ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, pag. 2 e 3.

¹⁶² _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1872, p. 3.

brasileiro e a ausência de divisões e rivalidades de classes, o Exército poderia ser, se não dispensado, pelo menos reduzido quase a expressão mais simples.”¹⁶³

A Repartição Eclesiástica foi destacada no Relatório de 1872, por ser considerada importantíssima para a missão do Exército, e o ministro fez esta afirmação citando os relevantes serviços prestados, durante a Guerra do Paraguai, pelos capelães. Houve a defesa da duplicação do número de capelães e de que as promoções, dentro da Repartição Eclesiástica, não deveriam atender unicamente o critério de antiguidade. Sobre a Repartição Eclesiástica nos debruçaremos mais a frente, pois o que neste momento é visto como correto para o profissionalismo, em um curto espaço de tempo será considerado uma característica de falta de profissionalismo, talvez devido à influência do positivismo.

Em 1874, já fazendo seu terceiro relatório, João José de Oliveira Junqueira, sabedor de que estava promovendo melhoras em vários setores dentro do exército como: na “instrução militar, no provimento de braços para o Exército, e no armamento aperfeiçoado”¹⁶⁴, faz um desabafo ao referir-se à situação de recrutamento e recompletamento das fileiras do exército:

Não devo, porém, ocultar aos Representantes da Nação que todos os esforços para melhoramento do Exército seriam quase improficuos, sem um novo sistema de provimento de pessoal para preencher os claros das fileiras, e substituir os soldados que tiverem o tempo concluído, não for adaptado. O atual sistema de recrutamento, além de vexatório, e de prestar-se a abusos, é inteiramente insuficiente para obter-se o pessoal necessário em cada ano.¹⁶⁵

Em relação ao recrutamento após a Guerra do Paraguai, Sodré destaca o quanto a classe militar era desprestigiada pelo Império, afirmando que havia uma “desestima senão a aversão ao militar profissional”¹⁶⁶. Ele continua: “o recrutamento, por isso mesmo, se estiolava nas condições mais lamentáveis; tratava-se mais de um processo policial do que de norma militar, e as crônicas da época estão cheias de protestos contra os desmandos dos recrutamentos. A caserna continuava a ser refúgio de desocupados, de desqualificados, de malfeitores – uma espécie de castigo.”¹⁶⁷

Com satisfação, em 1875 houve o relatório informando sobre a adoção de uniformidade nas juntas de alistamento, onde o recrutamento não seria mais forçado e arbitrário, mas sim por sorteio. Também foi expedido o Regulamento Disciplinar para o Exército em tempo de paz, que extinguiu o castigo físico.

¹⁶³ COELHO, Em busca de identidade..., p. 58.

¹⁶⁴ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1874, p. 3.

¹⁶⁵ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1874, p. 4.

¹⁶⁶ SODRÉ, História militar do Brasil..., p. 174.

¹⁶⁷ Ibid., p. 174.

Outros pontos negativos foram levantados e, em 1880, o Visconde de Pelotas, então Ministro dos Negócios da Guerra, elenca a falta de um regulamento para as instruções das tropas brasileiras como um dos principais problemas. Dá-se início a estudos para criação de um regulamento para a instrução quanto ao emprego das três armas: infantaria, cavalaria e artilharia. A falta de “Corpos especiais destinados à construção, conservação, reparação e destruição dos caminhos de ferro estratégicos e dos que são feitos nos teatros de operações, bem como a construção de linhas telegráficas”¹⁶⁸, indispensáveis para o país em tempo de paz e guerra, foi outro problema elencado. Houve ainda a citação da falta de uma biblioteca para que os militares, que não tinham muito dinheiro para comprar livros, pudessem buscar o conhecimento. Este último óbice foi rapidamente resolvido, pois a Biblioteca do Exército foi inaugurada em 4 de janeiro de 1881 com 3000 obras e, menos de um ano após a inauguração, já tinha 7905 obras.¹⁶⁹

Carlos Afonso de Assis Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra em 1883, relata que o estudo para instrução das armas foi cessado devido à conclusão que a forma como estava estruturado o Exército não permitia sua organização para o combate. Solicitou, então, autorização para fazer alterações na estrutura organizacional das unidades militares, “visando unicamente à proporcionalidade entre os corpos das três armas, uniformidade na distribuição da força por cada um destes, a divisão ternária e a constituição da companhia como unidade tática, essa reforma se pode realizar qualquer que seja o efetivo do Exército e se limitará a ligeiras alterações dos planos”¹⁷⁰. As alterações propostas foram implementadas como descrito no Relatório de 1888, quando citou o art. 8º da Lei n. 3348, de 20 de Outubro de 1887, autorizando o Governo a reorganizar as forças arregimentadas do Exército. No ano de 1887 o exército foi reorganizado e, em 1888, já houve mudanças, com a criação de mais batalhões de infantaria. Isso fez com que as unidades ficassem com falta de pessoal, pois o efetivo do exército não foi aumentado. A necessidade para completar o novo quadro de pessoal era de 16.616 militares e o exército contava com 13.500. Com a nova configuração, o exército possuía “51 corpos, a saber: 2 batalhões de engenheiros, 4 regimentos de artilharia de campanha, 4 batalhões de artilharia de posição, 10 regimentos de cavalaria, 30 batalhões de infantaria e um corpo de transporte.”¹⁷¹

Até aproximadamente o ano de 1884, Edmundo Campos Coelho diz que o Exército permaneceu em um estado de hibernação, pois as atitudes tomadas eram decorrentes do

¹⁶⁸ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1880, p. 9.

¹⁶⁹ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1882, p. 10.

¹⁷⁰ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1883, p. 8.

¹⁷¹ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1889, p. 7 e 8.

ambiente hostil e ameaçador à sua própria existência. A designação deste período descreve um comprometimento em fazer o mínimo exigido para que as ações tomadas não fossem alvo de críticas e possíveis retaliações; descreve também o instinto de sobrevivência da Instituição. Esta fase de hibernação do Exército, para o autor, decorreu de uma política de erradicação aplicada pelos governantes em suas decisões sobre o Exército.

Após o período abordado no parágrafo anterior, algumas questões fizeram com que os ânimos ficassem exaltados entre integrantes de todas as classes do País: a instauração da República, a abolição da escravatura e a Questão Militar, na qual um dos pilares foi o uso da imprensa para a publicação de opiniões pessoais de militares sobre os mais variados assuntos, inclusive supostas denúncias ao sistema militar no Brasil. A Questão Militar fez com que no Relatório do ano de 1887 fossem publicadas as novas regras que explicitavam a permissão para que militares publicassem em veículos da imprensa, mas com várias ressalvas:

Por Imperial Resolução de 3 de Novembro seguinte, de acordo com o aludido parecer, foi decidido: 1º Que nos termos do §4º do art. 179 da Constituição Política do Império estão os militares no pleno direito, de que goza a universalidade dos cidadãos brasileiros, de comunicar seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contando que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito nos casos e pela fôrma que a lei determina. 2º Que, dentre os abusos, em que neste assunto possam incorrer os militares, há aqueles, cujo julgamento pertence ao foro comum, e aqueles que, sendo ofensivos da disciplinado exército e da armada, são da competência da jurisdição militar. 3º Finalmente, que é contraria à disciplina toda e qualquer discussão pela imprensa entre militares sobre objeto de serviço, porque, além de ofender as leis e regulamentos respectivos, tem o grave inconveniente de desmoralizar a classe, e de feri-la na honrosa reputação que tem sabido conquistar pelo seu espírito de ordem e bons serviços prestados á pátria.¹⁷²

Após a morte do Duque de Caxias, que segundo o entendimento de Edmundo Campos Coelho, era o líder carismático forjado “inteiramente no serviço da Monarquia e integralmente leal a ela”, os integrantes do Exército tentaram elencar outro militar para assumir a posição deixada por Caxias. Assim, tentaram, pela antiguidade, emplacar o nome de Deodoro da Fonseca para ocupar o referido lugar. Como dentro do Exército havia dois grupos disputando por poder, Deodoro ficou como líder daqueles que pensavam em uma Instituição mais voltada para os negócios da guerra. O outro grupo de dentro do Exército elegeu como representante o “carismático” professor Benjamin Constant, conhecido e seguido por jovens oficiais formados com ideais positivistas e defensores da República. Como a situação do Exército perante os governantes já não era boa, os problemas internos não poderiam extrapolar os muros dos

¹⁷² _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1887, p. 3.

quartéis e uma opção foi tomada, sem ser combinada, mas por conveniência: a união das correntes opostas contra um inimigo, o conde D'Eu ou o Império. Até mesmo quanto a isto havia discordância. Para Coelho, os oficiais mais antigos eram pressionados pelo pensamento dos mais modernos e não podiam deixar transparecer que havia discordância dentro da Instituição, e, conseqüentemente “a chefia militar mais tradicional estabeleceu compromissos irreversíveis com valores aos quais fortemente se opunha, vindo, desde então, limitadas alternativas de curso de ação.”¹⁷³ Ele completa: “livres destas pressões que fluíam de baixo, protegidos deste processo de democratização, chefes militares como Deodoro provavelmente não teriam optado pela alternativa de deposição da Monarquia.”¹⁷⁴

Castro¹⁷⁵, ao descrever o que chamou de “conspiração republicana dentro do Exército”, na década da Proclamação, faz uma análise de quais militares eram embebecidos com os ideais republicanos. Diferencia três classes de militares com sentimentos diferentes devido aos momentos vividos dentro da Instituição Exército. Estas classes se envolveram de forma diferente com a Proclamação, devido aos fatores que os diferenciavam. Eram os oficiais gerais, oficiais superiores (de major a coronel) e os oficiais subalternos (de alferes aluno até capitão). Os oficiais gerais ingressaram nas fileiras do Exército na década de 1830, com aproximadamente 80% a 90% não tendo cursado o ensino superior, tinham participação em três conflitos militares, cerca de 65 anos de idade, suas promoções adiantadas graças ao aumento numérico do Exército durante a Campanha da Tríplice-Aliança, aumentos nos seus soldos nos anos de 1841, 1852, 1857 e 1887 e compunham o Alto Comando do Exército. Os oficiais superiores entraram no Exército na década de 1850, e, daqueles que não eram científicos, cerca de 66% não cursaram o ensino superior, participaram apenas da Guerra do Paraguai, em geral receberam apenas uma promoção durante a guerra, tiveram apenas um aumento em seus soldos no ano de 1887, e tinham cerca de 50 anos de idade. Os oficiais subalternos entraram no Exército após a Guerra do Paraguai, sua grande maioria havia cursado o ensino superior, logo no início da carreira tiveram um aumento no soldo (em 1887) e tinham aproximadamente 30 anos de idade.

Castro, com a análise mostrada acima, revela que a classe mais propícia a se envolver com a Proclamação da República seria a dos oficiais superiores, pois tinham mais motivos para estarem insatisfeitos com o Império, o que não foi real, pois a classe que mais se envolveu foi a dos oficiais subalternos.

¹⁷³ COELHO, Em busca de identidade..., p. 72.

¹⁷⁴ Ibid., p. 72.

¹⁷⁵ CASTRO, Os militares e a República... p. 17-25.

Em 15 de novembro de 1889 houve a Proclamação da República e o próximo Relatório apresentado foi apenas em 10 de junho de 1891. O que pode ser percebido é que no Relatório apresentado em 1889 as atividades do Exército ocorriam de forma aparentemente normal. A reestruturação das tropas, a construção de estradas de ferro e de linhas telegráficas, a pesquisa e compra para melhoria dos materiais para guerra – como carros para transporte de munição de infantaria, carro de quatro rodas feito no Arsenal de Porto-Alegre, armas mais convenientes para o Exército, e bem assim acerca das máquinas, aparelhos, cartuchos e matéria primas mais úteis para a Fábrica de Pólvora – eram atividades que os militares estavam envolvidos e mostram que havia a preocupação com o objetivo de estar cada vez mais preparado para a missão da qual o Exército era incumbido.

Do mesmo modo que aconteceu com a morte do Duque de Caxias e não houve outro líder que tivesse plenas condições de assumir a liderança, Benjamin Constant morre em 1890 e, mesmo deixando suas reformas e seu legado em boa parte da implantação da República, não houve um líder para assumir seu lugar. Algumas idéias positivistas prevaleceram, mas outras, como no ensino do Exército, foram revistas na primeira oportunidade.

O evento da Proclamação da República movimentou o cenário político e houve preocupação com o relacionamento entre o Brasil e outras nações as quais o País tinha acordos. Repórteres e diplomatas tinham dificuldades em saber o que acontecia no Brasil, parece que havia entendimento de que Marinha e Exército eram atores coadjuvantes, sendo os principais, os políticos e agricultores descontentes com as decisões tomadas pelo Imperador.

Cláudio Antônio Santos Monteiro, em seu artigo publicado no livro: “*História Militar – Entre o debate local e o Nacional*”¹⁷⁶, relata como o diplomata chefe da delegação francesa no Rio de Janeiro, Camille Blondel, assumiu estar perplexo com o andamento da mudança da forma de governo que ocorria no Brasil. É mostrado também que o novo governo constituído procurou acalmar os mercados internacionais comunicando que “reconhecia e acatava os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior”¹⁷⁷. O problema era o desconhecimento das características dos novos governantes, pois não era sabido o quanto o movimento tinha apoio do restante do País; se o movimento apoiava a abolição, como seria o relacionamento com os outros países?

Nas correspondências que enviou para França, Blondel procurou mostrar a dimensão do acontecimento e avaliar as dificuldades que o novo governo enfrentaria. O começo de sua

¹⁷⁶ DA SILVA RODRIGUES, Fernando. *História Militar: Entre o Debate Local e o Nacional*. Paco Editorial, 2019.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 14.

explicação se deu por lhe causar surpresa o fato da Marinha e do Exército se envolverem de forma biliar contra o Imperador. Na visão do diplomata, a insatisfação dos militares era com os Ministros e não com Dom Pedro II. “Entre outras coisas, este ponto de vista permite a Blondel justificar, em parte, o fato de nem ele, nem seu antecessor, Amelot de Chaillou, terem dado muita importância sobre a real situação na caserna e, muito menos ainda, sobre a complexidade das transformações na Escola Militar da Praia Vermelha.”¹⁷⁸ Ainda relativiza o papel político que a Marinha e o Exército tiveram na Proclamação, informando que apesar de ter ocorrido a Questão Militar e de jovens oficiais da Escola da Praia Vermelha terem, durante a celebração das bodas de prata do esposo da princesa no Rio de Janeiro, aplaudido de forma calorosa o discurso do coronel Benjamin Constant e gritado várias vezes “Viva a República... do Chile”, o problema maior era com o Conde d’Eu. Para o interlocutor, a intenção de reorganizar a Guarda Nacional era o que realmente incomodava os militares, e isto seria intencionado pelo Ministro, genro de Dom Pedro II. “Mesmo que o diplomata sublinhe que os jovens oficiais da Escola Militar, seguidos por algumas guarnições do Exército, desfilaram na Capital sendo aplaudidos por alguns espectadores, e que jornalistas republicanos seguiram aos gritos de “Viva a República”, que começaram a ser ouvidos.”¹⁷⁹

Nas correspondências fica evidente a percepção de apatia do povo brasileiro com o que acontecia na vida política do país. O jornal da nova República já circulava normalmente no dia 16 de novembro com a publicação da declaração do governo provisório ao povo, a cidade funcionava normalmente, com lojas e bancos abrindo, e a população aceitava o fato sem protestar. “Entretanto, o sentimento que Camille Blondel crê enxergar no comportamento da população carioca depois dos acontecimentos do 15 de novembro é de tristeza e ao mesmo tempo de resignação com relação ao monarca. Em tom de despedida, o representante republicano francês Blondel crê que monarca não foi merecedor desse final justo.”¹⁸⁰

Uma publicação no *Journal des Débats Politiques et Littéraires*, na edição de 17 de novembro de 1889, retrata muito bem o que Blondel pensava sobre a Proclamação da República no Brasil. É publicado que os militares serviram como a força que foi usada por outros grupos insatisfeitos para deporem Dom Pedro II do trono e continuarem como força política atuante na Nação:

Uma revolução é bastante difícil de realizar na América do Sul quando apenas o elemento civil está envolvido, os republicanos entenderam isso e se comprometeram a anexar o Exército a si próprios. Sempre que um oficial era punido por indisciplina, com certeza recebia os parabéns entusiásticos dos

¹⁷⁸ DA SILVA RODRIGUES, História Militar..., p. 18.

¹⁷⁹ Ibid., p. 21.

¹⁸⁰ Ibid., p. 23.

bacharéis, de modo que imediatamente cresceria o número de descontentes no Exército. Alguns generais ambiciosos rapidamente fizeram amigos entre eles. Bastava chegar a um entendimento, escolher um momento para iniciar uma revolta; de acordo com a notícia do Rio de Janeiro, a tentativa teria ocorrido na sexta-feira, e o sucesso completo a teria seguido.

É muito difícil saber exatamente o que aconteceu; os despachos são lacônicos e confusos. Alguns falam de uma república proclamada, outros apenas de um ministério derrubado. Algumas pessoas, informadas, acreditam mais nesta segunda versão: bastaria que os descontentes expulsassem seus adversários do poder e ali se instalassem em seu lugar, sem acreditarem que deviam derrubar um príncipe tão popular em uma parte da nação quanto o imperador Dom Pedro II. Mas será que este último consentirá em se livrar dos ministros de sua escolha e receber outros das mãos dos desordeiros? E ele não preferirá depositar sua coroa a ceder? Isso é o que, no momento, é impossível saber. Corre o boato de que ele teria sido convidado a voltar de Petrópolis, onde atualmente está hospedado, na capital; mas não sabemos a resposta que ele deu a essas injunções.

Também há poucas informações sobre os líderes que lideraram os desordeiros. General Deodoro da Fonseca, que, dizem, é proclamado chefe do governo provisório, há muito aguardava a oportunidade de fazer um pronunciamento; ele é bastante popular no exército; era um político que já havia se comprometido uma vez em um golpe militar que o ministério julgou prudente dar-lhe uma missão no estrangeiro, mas ele tinha sido chamado de volta naqueles dias, e sua primeira preocupação foi colocar-se à frente do motim.

Entre os membros do novo ministério citamos Benjamin Constant, é major e diretor do Asilo para Cegos, nada parecia chamá-lo até agora, ao que parece, se não for uma ambição sem medida, cumprir as primeiras funções do Estado. Ele foi nomeado Ministro da Guerra.¹⁸¹

A publicação transparece a visão de Blondel, sendo que, para ele, os civis republicanos tinham em mente apenas o uso do Exército para alcançar seu objetivo e talvez nem mesmo este grupo de civis pensasse que os militares se configurassem como mais uma elite capaz de ocupar espaço no cenário político que se avizinhava. Outro ponto que salta aos olhos é o desconhecimento que Blondel tinha das figuras que hoje são tidas como principais na Proclamação da República, ou no dizer de Moraes, no “golpe de Estado”¹⁸² que originou a República, quando cita o Marechal Deodoro e Constant.

2.3 A Repartição Eclesiástica do Exército, exemplo da consequência do pensamento positivista

Benjamin Constant era assumidamente positivista e vivia uma vida com desejo de ser modelo em intelectualidade e moralidade a todos da sociedade. Afastou-se do apostulado positivista por discordâncias e, segundo Trevisan, divulgou o positivismo “mais interessado

¹⁸¹ Journal des Débats Politiques et Littéraires, 17 de novembro de 1889, p. 1.
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k464868x/fl.item.zoom#> Acesso em 05 de Abril de 2021.

¹⁸² MORAES, A esquerda militar no Brasil..., p. 48.

propriamente no ensino do positivismo de Comte como filosofia”¹⁸³. Torna-se difícil a sustentação do afastamento de Constant da religiosidade do positivismo quando é observada a separação, imposta pelos líderes Republicanos, da Igreja Católica Apostólica Romana do Estado. Isto porque houve o afastamento da Igreja Católica e aproximação aos dogmas da Igreja Positivista.

A relação dos capelães com o Exército remonta ao Aviso Régio de 24 de maio de 1745¹⁸⁴, quando há o relatado da presença de párocos junto dos soldados e das tropas, o que demonstra a preocupação com a espiritualidade dos militares. Em 1825, o Imperador, com um Decreto em 7 de julho, regulou o serviço de Capelão-Mor no Exército. Este regulamentou o uso de uniformes para todos os capelães e instituiu a responsabilidade aos capelães-mor de enviar relatórios semestrais ao Imperador, sobre a conduta civil, militar e religiosa dos capelães da tropa, das fortalezas e hospitais militares. Também interessante de se observar é que, até este momento, não havia regulamentação quanto ao serviço dos capelães no Exército, mesmo existindo a figura dos capelães junto aos militares. Com o Decreto de 7 de julho de 1825, o serviço religioso para os militares foi reestruturado, com o Capelão-Mor e seus Delegados tendo toda a vigilância sobre a conduta dos outros Capelães, tentando manter nos corpos do exército os princípios da “Santa Religião”. Deveriam fazer repetidas práticas, nas quais procurariam ligar as ideias da religião com as do Governo Monárquico; cuidariam para que, diariamente, se praticasse nos quartéis atos religiosos, e deveriam dar conta anualmente de se ter cumprido o preceito da Igreja pela confissão.

O Ministro da Guerra em 1850, Manoel Felizardo, defendeu a reorganização da Repartição Eclesiástica do Exército junto ao Parlamento¹⁸⁵. Este via a necessidade de incentivo para que os sacerdotes se disponibilizassem a trabalhar junto aos militares. Foi proposta uma carreira para os capelães, de forma que houvesse a possibilidade de ascensão aos postos mais elevados e, neste momento, foi autorizada a promoção até capitão. Os sacerdotes, até então, tinham os proventos muito baixos. Ao reorganizar a Repartição Eclesiástica do Exército¹⁸⁶, os capelães do exército foram divididos em quatro classes. Na

¹⁸³ TREVISAN, Obsessões patrióticas... p. 65.

¹⁸⁴ PIOVEZAN, Adriane. A Assistência Religiosa na Guerra: o service de capelania military no Brasil. Anais do IV Simpósio do GT História das Religiões e das Religiosidades da Associação Nacional de História Regional Sul, p. 3-13, p. 4.

¹⁸⁵ Annaes do Parlamento Brasileiro(RJ), 1826 a 1873, p. 518 a 524. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1849_00001.pdf Acesso em: 17 de outubro de 2020.

¹⁸⁶ DECRETO nº 747, de 24 de dezembro de 1850. Rio de Janeiro. II Império. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-747-24-dezembro-1850-560178-publicacaooriginal-82804-pe.html> Acesso em 12 de outubro de 2020.

primeira classe estariam os capelães que cumpriam todo o serviço em tempo de paz ou de guerra. Os de segunda classe seriam aqueles que eram empregados por mais de um ano em serviço alheio ao de Capelão militar: que, por moléstia continuada por mais de um ano, se achassem impossibilitados de prestar serviço ativo; que, por se acharem prisioneiros de guerra, estivessem ausentes do Exército por mais de um ano. Os de terceira classe serão os que, achando-se incapazes de serviço ativo de paz e de guerra, puderem ainda prestar serviço moderado. Os de quarta classe seriam os capelães reformados. A primeira vez em que apareceu no Almanaque do Exército o nome dos capelães foi em 1852¹⁸⁷, com apenas 23 padres.

No decorrer da Guerra da Tríplice Aliança, maior conflito armado na América do Sul, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, os capelães tiveram atuação muito presente e exaltada. O Relatório do Ministério da Guerra do ano de 1872¹⁸⁸ traz a importância dos religiosos na Guerra do Paraguai, enquanto eram solicitadas mais vantagens para que os religiosos ingressassem na Repartição Eclesiástica do Exército.

O que já era discutido desde a criação da Repartição Eclesiástica – a possibilidade dos capelães serem promovidos até ao posto de coronel – foi retomado com a justificativa de que a carreira dos capelães necessitava ser equiparada a dos cirurgiões. Em 14 de junho de 1858¹⁸⁹ os capelães do exército enviaram à Câmara dos Deputados um requerimento fazendo as solicitações citadas acima, momento em que muitos integrantes da Câmara se expressaram favoráveis à reforma na Repartição Eclesiástica. O assunto retornou à pauta na sessão em 23 de maio de 1859¹⁹⁰, quando o ministro da guerra, Manoel Felizardo, estava presente e expôs sua argumentação. O ministro não foi favorável a ascensão hierárquica dos capelães, além de desfavorável também a equiparação entre os cirurgiões e capelães. Após o posicionamento do ministro da guerra, o requerimento foi rejeitado.

Em 1874, João José de Oliveira Junqueira, então Ministro da Guerra, reestruturou a Repartição Eclesiástica do Exército. Criou “o lugar do Capelão-Mor”¹⁹¹, estabelecendo-se deste modo, a precisa centralização; um lugar de Capelão Tenente-Coronel, e outro de Capelão Major; e como se suprimiram os de Capelão Alferes, foi elevado a 16 o número dos Capelães Capitães e a 60 o dos Capelães Tenentes. Assim, passando de 40 a 79 o número dos

¹⁸⁷ Almanaque dos Oficiais do Exército de 1852, Arquivo Histórico do Exército, p. 26.

¹⁸⁸ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1872, p. 40.

¹⁸⁹ Annaes do Parlamento Brasileiro(RJ), 1826 a 1873, p. 144. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1858_00002.pdf Acesso em: 22 de outubro de 2020.

¹⁹⁰ Annaes do Parlamento Brasileiro(RJ), 1826 a 1873, p. 64. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1859_00001.pdf Acesso em: 22 de outubro de 2020.

¹⁹¹ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1874, p. 10 e 11.

Capelães, era de esperar que o serviço religioso fosse desempenhado com mais regularidade nos estabelecimentos militares, bem como nos corpos e companhias do Exército.

A Repartição Eclesiástica do Exército, talvez devido a toda a reestruturação que o Exército passava após a Guerra do Paraguai, foi pouco observada, sendo até mesmo nominada de Corpo Eclesiástico do Exército em vários documentos, como nos relatórios anuais da Repartição dos Negócios da Guerra e nos Almanques dos Oficiais do Exército.

A análise dos Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra demonstra como a Repartição ou Corpo Eclesiástico do Exército foi tratado pelos Ministros da Guerra. No relatório apresentado no ano de 1875¹⁹² foi informada a reestruturação onde foi chamada, hora de Repartição, hora de Corpo. O Relatório apresentado em 1877¹⁹³ faz menção à dificuldade encontrada em completar o quadro de capelães previstos para o exército, informando que havia 46 capelães e faltavam 33, comunicando ainda que, devido a esta falta, o exército tinha 20 sacerdotes contratados para o serviço de várias capelarias.

O do ano de 1885¹⁹⁴ cita, devido ao falecimento do Capelão-mor do Exército, Monsenhor Serafim Gonçalves dos Passos Miranda, que o Imperador fez consulta ao Conselho Supremo Militar sobre a possibilidade de não ser cumprido o interstício para as promoções no exército. A decisão foi não autorizar a quebra do interstício, pois os capelães seriam beneficiados com promoções mais rápidas do que oficiais de outros quadros. Vale salientar a preocupação no argumento de igualdade entre os oficiais de saúde e os capelães. A argumentação utilizada foi a mesma que os capelães utilizaram quando solicitaram a promoção a postos hierárquicos mais elevados.

O relatório do ano de 1886¹⁹⁵ informa que o Capelão Major Conego Antônio Augusto de Andrade e Silva, que já exercia interinamente o cargo de capelão-mor, desde a morte do Monsenhor Serafim Gonçalves dos Passos Miranda, deveria continuar com este cargo até que o tempo de interstício o permitisse ser promovido. Em 1889¹⁹⁶, último ano em que aparece alguma citação à Repartição Eclesiástica do Exército, é relatado que o quadro permanecia com 44 capelães e que havia dificuldade para o preenchimento dos claros no quadro de efetivo.

Não foi encontrada nenhuma menção oficial extinguindo a Repartição ou Corpo Eclesiástico do Exército após da Proclamação da República. Simplesmente não foi feita

¹⁹² _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1875, p. 10.

¹⁹³ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1877, p. 16.

¹⁹⁴ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1885, p. 2 e 3.

¹⁹⁵ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1886, p. 6.

¹⁹⁶ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1889, p. 10 e 11.

menção quanto ao que ocorreu com os capelães militares. O que foi encontrado é o Ministério do Exército em Portaria de 06 de fevereiro de 1890¹⁹⁷, rescindindo os contratos firmados entre a Instituição e os capelães civis contratados para o serviço no exército. No Almanaque dos Oficiais do Exército, que é o documento oficial em que lista quem são os oficiais integrantes do exército, em 1891¹⁹⁸, foi o último ano em o nome dos capelães apareceu. Neste documento constava o nome de 1 major, 16 capitães e 25 tenentes, todos capelães.

Algumas Escolas Militares até a Proclamação da República contavam com Capelães em seus quadros de oficiais e tinham tempo reservado para aulas religiosas. Demonstramos estes fatos com o que era previsto para as Escolas do Exército. Nas Escolas Regimentais e nos Depósitos de Instrução, que eram os Corpos de Tropa que se encarregavam de formar militares para a carreira militar, era previsto instrução religiosa uma vez por semana para todos os militares. Nas Escolas Militares, que se situavam na Corte, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e, uma em Fortaleza, no Ceará, havia um capelão que era responsável pelo ensino religioso e pelas celebrações religiosas nestas escolas.

A Escola Superior de Guerra que era composta de dois cursos – o de Artilharia e o curso de Estado-Maior e Engenharia Militar – se destinava aos oficiais que, distinguindo-se na Escola Militar, fossem propostos a frequentá-la, não sendo previsto o auxílio e a instrução religiosa.

Faz-se importante observar que, em um período muito curto de tempo – entre o Decreto de 9 de março de 1889, que estabeleceu o funcionamento das Escolas Militares do Exército, e o Decreto 330 de 12 de abril de 1890, após a Proclamação da República – em que foram reestruturadas as Escolas Militares do Exército, houve uma mudança brusca quanto ao ensino religioso nas escolas e não apenas isto: parece ter havido uma mudança doutrinária gigantesca. Apesar de o Brasil Império ser oficialmente católico e, após a Proclamação da República, tentar fazer-se como Estado Laico, ou seja, onde o poder estatal era neutro quanto à posição religiosa dos seus cidadãos, o Decreto que reestruturou as Escolas Militares oficialmente professou a fé da Religião da Humanidade, não se configurando, assim posto, como Estado Laico, pois apenas não professou a fé católica.

Teixeira Mendes, no livro *O Ano Sem Par*¹⁹⁹, expõe os fundamentos da Religião da Humanidade. O criador da Religião da Humanidade foi o francês Augusto Comte, que nasceu

¹⁹⁷ OD 35, de 15 de fevereiro de 1890, p. 128. Arquivo Histórico do Exército.

¹⁹⁸ Almanaque dos Oficiais do Exército de 1891, Arquivo Histórico do Exército, p. 43 a 46.

¹⁹⁹ MENDES, R. T. (1900). O ano sem par: abril de 1845 a abril de 1846, ou, Meditação religiosa da incomparável união à qual os fundadores do positivismo, Augusto Comte e Clotilde de Vaux (n. Marie), deverão o preenchimento da sua missão: esboço. na Sede Central da Igreja Positivista do Brasil.

em Montpellier, em 19 de janeiro de 1798 e elaborou uma hierarquia para as ciências, onde a mais simples seria a matemática e a mais complicada a sociologia, de acordo com a perspectiva histórica. O astrônomo Pierre Simon de Laplace foi quem mais influenciou Comte em seu esboço de um Quadro dos Progressos do Espírito Humano e em sua teoria do três estados.

A teoria dos três estados diz que “todas as ciências e o espírito humano como um todo se desenvolvem através de três fases distintas: a teológica, a metafísica e a positiva.”²⁰⁰ No primeiro estado o indivíduo consegue aprofundar pouco a observação dos fenômenos, o que faz com que a imaginação tenha papel dominante e as explicações dos fenômenos repousam na intervenção de seres sobrenaturais, deuses e espíritos. A coesão social era muito afetada pela mentalidade teológica, pois a vida moral seria regida por poderes imutáveis, fundamentando a autoridade da monarquia e militar. No estado metafísico a intervenção dos seres sobrenaturais é substituída pela “natureza”, porém, como no estado teológico, continua pensando em soluções absolutas para os problemas do homem. A metafísica coloca o abstrato no lugar do concreto e a argumentação no lugar da imaginação. Substitui a vontade divina pela argumentação e os reis pelos juristas, e assim, “supondo-se a sociedade como originária de um contrato, tende-se a basear o Estado na soberania do povo”. No terceiro estado, o positivo, substitui-se a subordinação da imaginação e da argumentação pela observação. A visão positiva pesquisa as leis que originam os fatos. A previsibilidade é o que caracteriza o conhecimento positivo, por isto seu lema é “ver para prever”. Num período em que havia um poder social e político justificado pelo sobrenatural e aumentava o poder material advindo das indústrias. Para Comte, quem dominaria estes poderes seriam os sábios e cientistas no poder social, enquanto os políticos e os industriais dominariam o poder material.

Para a Religião da Humanidade, que tinha templos no Rio de Janeiro e Porto Alegre, Comte deu o nome de Positivismo à primeira parte de sua doutrina. O positivismo era a expressão característica da verdade e da bondade. Augusto Comte era um defensor assumido da república, não a república parlamentar, pois esta, para ele, era tendenciosa a corrupção. Para ele a ideia de igualdade deveria ser extinta da máxima "igualdade, liberdade e fraternidade", por pensar que liberdade e fraternidade, uma vez empregadas, já serviriam para cumprir seu papel na sociedade.

²⁰⁰ COMTE, A., & Giannotti, J. A. (1991). Os pensadores. Brasil, p. 8

Castro nos mostra um poema de José Bevilacqua a respeito de como uma pessoa que tinha o pensamento positivista enxergava a religião tradicional no Brasil, principalmente a católica:

O homem é um grande luzeiro
 Ante o qual Deus se prostrou,
 É um oceano mui vasto
 Onde a ciência ancorou (...)
 É preciso que ele acabe
 Co' o abutre – Religião,
 Co' esse veneno que cega
 - A louca superstição (...)
 Que em lugar de Crucifixos,
 Rosários e Comunhão
 Semeie-se pr'aos povos livros
 Onde bebam instrução. (...)
 E pr'aos homens da ciência
 Não há religião, nem Deus:
 Só eles reinam na terra,
 Só eles reinam nos céus!²⁰¹

Apesar de Benjamim Constant ter rompido oficialmente com a Religião da Humanidade, seu intuito era de implementar no Brasil uma República com os ideais da Religião da Humanidade. Teixeira Mendes, no livro *Benjamin Constant – Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*, escrito em 1892, descreve como, de forma emocionada, Constant em reunião com o Apostolado Positivista dias após a Proclamação da República, pede desculpas e relata quais foram os objetivos que ele procurava. Agradeceu pelo devotamento dos seus discípulos e camaradas, pediu para que não julgassem seus atos e informou que as divergências que existiram entre Constant e o Ministro do Apostolado, quanto às posições políticas, não privaram a colaboração mútua, tudo isto com lágrimas nos olhos de Benjamim. No término de seu discurso declarou: “a República não podia encontrar melhores luzes do que na Religião que se resume na fórmula: o amor por princípio, e a ordem por base; progresso por fim.”²⁰²

No Decreto 330, de 12 de abril de 1890, quando foi promulgado o Regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército, o Marechal Deodoro da Fonseca, na parte inicial relata a necessidade de militares bem formados e faz a profissão de fé:

Considerando que, para perfeita compreensão deste elevado destino no seio da sociedade, como o mais sólido apoio do bem, da moralidade e da felicidade da pátria, o militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica, que, o preparando para com proveito tirar toda vantagem e utilidades dos estudos especiais de sua profissão, o habilite, pela

²⁰¹ CASTRO, Os militares e a República... p. 74.

²⁰² MENDES, R. T. Benjamin Constant – Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira, 1892, p. 372 e 373.

formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela racional expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres, não só os militares como, principalmente sociais. Considerando que isso só pode ser obtido por meio de um ensino integral onde, sejam respeitadas as relações de dependência das diferentes ciências gerais, de modo que o estudo possa ser feito de acordo com as leis que tem seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando na matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades, de todos os princípios até então adquiridos e foco único da luz capaz de alumiar e esclarecer o destino racional de todas as concepções humanas.²⁰³

Como demonstramos nos tópicos anteriores, a Proclamação da República causou uma ruptura entre o Estado e a Igreja Católica Romana. Dentro do Exército Brasileiro, que tinha em seus quadros militares responsáveis pela pregação e manutenção da doutrina supracitada, esta separação não foi feita de forma que ficasse totalmente esclarecido como ocorreu. A Repartição Eclesiástica do Exército ou Corpo Eclesiástico do Exército foi extinto sem ser escriturado em documentos oficiais que pudessem ser encontrados até a presente data. Os nomes dos capelães, que antes de 1889 apareciam no Almanaque do Exército como integrantes da Força, não apareceram mais nos Almanques do Exército após o ano de 1891.

Antes da Proclamação da República as Escolas Militares se encarregavam, através dos capelães, do ensino e manutenção da doutrina católica de seus alunos. Após 1891 foram suprimidos os tempos destinados ao ensino religioso e os capelães foram excluídos destas Escolas. A intenção dos governantes, como explicitado no artigo, foi inculcar a doutrina Positivista nas mentes dos alunos das Escolas Militares.

O Exército dependia da aprovação da Assembleia Geral para implementar as mudanças planejadas. Os oficiais mais intelectualizados foram os responsáveis por formularem estas alterações. O ensino não foi o único ponto onde o Exército procurava a profissionalização, pois esta era necessária para que fossem cumpridas todas as funções destinadas à corporação. Os militares eram uma espécie de “braço construtor”²⁰⁴ erguendo o Estado, ao mesmo tempo que formava quadros internos para satisfazer as suas necessidades e, com o crescimento da intelectualidade, surgiam frentes de direção em todos os campos.

A Proclamação da República concretizou a vitória de um grupo ideológico que havia se juntado por interesses comuns, mas no qual não havia concordância em pontos fundamentais. Com a chegada ao poder, será que foi conseguido convergência nos pontos de discordância? Ou houve a ruptura da coalizão destes grupos? No próximo capítulo

²⁰³ Decreto nº 330, de 12 de abril de 1890.

²⁰⁴ ALVES, Cultura e Política no Século XIX... p. 316.

responderemos a estas perguntas e analisaremos quais foram as consequências no processo de profissionalização buscado pelas Escolas do Exército.

Capítulo III – O Processo de Profissionalização do Exército Após a Proclamação da República até o Término da Guerra de Canudos

Após a Proclamação da República a questão do ensino nas escolas militares ficou em segundo plano por decorrência das disputas políticas que se afluíram na infante República²⁰⁵. A disputa interna no Exército, entre os que esperavam militares mais bem preparados para a guerra – o que estamos chamando de profissionais – e os que desejavam militares formados em vários campos da ciência e com isto, a capacidade de dirigir a República através da evolução da consciência da sociedade – o que temos tratado como cientificistas ou positivistas – tomou duro golpe com a morte repentina do maior influenciador dentro do Exército, Benjamin Constant.

A última reforma no ensino militar do Império foi feita em 1889, quando foi previsto a instrução prática, muito parecida com a reforma de 1874. O Decreto 10.203, de 9 de março de 1889, que foi transcrito no Relatório do Ministério dos Negócios da guerra de 1900, traz:

Art 32. O ensino prático das escolas militares compreende: 1º Conhecimento, manejo e emprego dos instrumentos da topografia; reconhecimentos militares, trabalhos de guerra e pontoneiros; conhecimento tecnológico das principais ferramentas, maquinismos e instrumentos em uso na arte militar; telegrafia; telefonia e aerostação militar. 2º Noções gerais sobre manipulações pirotécnicas; diversos sistemas de armas portáteis; instrução de infantaria até a escola de batalhão, de cavalaria até a de regimento e de artilharia até a de bateria; exercícios e pequenas ações de guerra, segundo temas dados e tendo em vista os acidentes do terreno; 3º Ginástica, equitação, natação, esgrima de espada e de baioneta; 4º Marchas, acampamentos, passagens de rios, embarques e desembarques, quer em navios, quer em trens de via-férrea; 5º Construção das obras de campanha com todos seus detalhes e acessórios; 6º Limpeza das armas portáteis; maneira de as montar e desmontar; noções gerais sobre a fabricação de seu cartuchame e das balas nele empregadas; 7º Apreciado das distâncias por diferentes métodos práticos, com instrumentos; 8º Nomenclatura do tiro e prática deste com as armas portáteis, inclusive o revólver; 9º Nomenclatura e uso dos objetos de arreamento e peso dos animais; 10º Preceitos de subordinação, regime e polícia dos corpos, quartéis, acampamentos e acantonamentos; serviço de guarnição das praças e povoações; honras e precedências militares, detalhe do serviço diário e extraordinário, tudo de conformidade com a prática, instruções e ordens estabelecidas; 11º Administração e contabilidade das companhias e do rancho em todos os seus detalhes; 12º Composição, atribuições e forma de processo dos diversos conselhos. [...]

Art. 34. Terminados os exames teóricos, terão lugar por tempo nunca menor do que um mês, exercícios práticos gerais, que poderão ser executados fora do local das escolas, e deverão findar no ultimo dia do mês de Dezembro.²⁰⁶

²⁰⁵ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...* p. 44.

²⁰⁶ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1889, Anexo F, p. 5 e 6.

Como não poderia deixar de ser, logo após a Proclamação da República foi expedido novo regulamento para as Escolas Militares, assinado por Benjamin Constant e orientado para a formação do “cidadão armado”, aquele com uma formação científica voltada não apenas para a vida militar, mas também social. A formação completa seria concluída em sete anos, sendo quatro anos apenas para as ciências gerais conforme classificadas por August Comte; um ano para a formação dos oficiais das Armas de Infantaria, Cavalaria; e os de Artilharia cursariam mais dois anos. Haveria também, após a formação das Armas, a possibilidade de cursarem mais dois anos a fim de serem formados em Engenharia e em Estado-Maior. Resumindo, os oficiais de Infantaria e Cavalaria seriam formados em cinco anos, os de Artilharia em seis anos e os de Engenharia e Estado-Maior, em sete anos²⁰⁷. O contraste com a reestruturação proposta em 1889, e não implementada, foi exatamente a redução da importância do ensino voltado prioritariamente para a guerra. No momento em que são utilizados quatro anos para a instrução nas ciências gerais, entendidas por Comte e Benjamin como essenciais para pessoas que conduziriam a sociedade, e apenas um ano na formação voltada para a instrução teórica e prática das técnicas e táticas militares, fica claro o não interesse na formação voltada para uma profissionalização, conforme entendida nesta dissertação.

O que já foi chamado por nós de idas e vindas da profissionalização dentro do Exército se mostra novamente no evento em que a Escola na Praia Vermelha foi fechada, em 1895, pelo Presidente Prudente de Moraes, após a Revolta da Armada (1891-1894), quando o “Batalhão” da Praia Vermelha foi decisivo. Com a proeminência desta Escola como bastião militar no regime recém imposto, ao assumir a Presidência da República, Prudente de Moraes, o primeiro civil a assumir a República, tratou de retirar da escola os meios de instrução e o armamento, por medo de estar preparando aqueles que poderiam ser caracterizados como seus inimigos.²⁰⁸

A politização dos meios de ensino militar e a turbulência entre o marechal Deodoro e o Presidente Prudente de Moraes fizeram com que fosse repensado o proposto na reforma do ensino, conforme pensada e escrita por Constant. A discussão chegou até ao parlamento. A educação militar não produzia resultados satisfatórios e resultou no envio do general João Vicente Leite de Castro à Europa para averiguar materiais, instalações e instruções militares, de forma a repensar a estrutura da formação militar no Brasil²⁰⁹. O assunto foi tirado de foco

²⁰⁷ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...* p. 43.

²⁰⁸ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...* p. 45.

²⁰⁹ MCCANN, *Soldados da pátria...* p. 63.

quando o Exército se viu envolvido na Campanha de Canudos, o que fez com que uma nova reforma fosse concluída somente após a debelação do incidente²¹⁰ - abordaremos estes dois pontos, Canudos e o novo regulamento das Escolas Militares, em pontos futuros nesta dissertação.

Ateremos-nos agora ao significado da morte de Benjamin Constant para o arrefecimento do avanço das ideias positivistas no Exército. Mesmo com os estudos matemáticos permanecendo com uma forte representação na formação militar, na reforma de 1898 há tendência dos escritores pesquisados pensarem que o positivismo foi superado por uma corrente, dentro do Exército, que desejava a profissionalização no sentido de menos teoria e mais prática no ensino militar.²¹¹

3.1 Ideias positivistas que perderam forças no meio militar com a morte de Benjamin Constant

Fernando de Azevedo, no livro *A Cultura Brasileira*²¹², de 1971, relata o positivismo como um elemento “consolidador ou conservador”²¹³ para o Exército, pois pregava o culto a ordem, a hierarquia e a disciplina, muito condizente com o discurso necessário para as instituições militares. Sua crítica é pela percepção de que o autor não enxergava a contribuição ao progresso das ciências, devido ao positivismo não ter sido inserido no Brasil como um método de investigação, mas sim como uma forma de pensar empírica ou, sobretudo, política, religiosa ou filosófica social.²¹⁴

Para August Comte, como já mostrado no capítulo 2 desta dissertação, havia uma hierarquia nas ciências, onde a matemática era vista como um modelo de análise; a astronomia, um caminho de observação sistemática; a física, função experimental; a química, arte das nomenclaturas; a biologia, como aperfeiçoamento da teoria da classificação; e a sociologia, como dependência do método histórico. Comte acreditava que a humanidade chegaria a um estágio em que o homem pensaria cientificamente, deixando de fazer guerras entre pessoas e povos, ocupando-se da exploração dos meios naturais com o propósito de obter os produtos industrializados. Para se chegar a este estágio seria necessária uma reforma social e outra de caráter intelectual, valorizada pelo estudo da Matemática, Astronomia,

²¹⁰ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...* p. 45 e 46.

²¹¹ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...* p. 56.

²¹² AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil, v. 5, 1971.

²¹³ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 621.

²¹⁴ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 631.

Física, Química e Biologia. Os cientistas substituiriam os sacerdotes, as indústrias e os militares.²¹⁵

Constant era sem dúvida o positivista mais proeminente entre os atores da Proclamação da República e estes tinham nele a esperança da imposição de uma ditadura republicana. Alguns integrantes das escolas militares relataram a Raimundo Teixeira Mendes, outro positivista, o apreço ao intento de não permitir que o Brasil se tornasse uma democracia.²¹⁶

É verdade que nos alarmava a presença dos democratas na constituição do Governo Provisório. Procurávamos, porém, tranquilizar-nos fazendo a hipótese mais simpática a respeito de sua subordinação ao ascendente de Benjamin Constant. O seu prestígio moral e mental era tão grande; os seus sentimentos cívicos tão manifestos, que os militares se ufanavam de tê-lo na sua classe e os paisanos apenas viam nele um cidadão fardado.²¹⁷

Alguns pontos da vida militar progressista de Constant explicitam quais eram as expectativas dele para o Exército. Sua entrada na vida militar deu-se devido à falta de condições financeiras da família e a possibilidade do jovem conseguir avanço nos estudos com a aceitação de sua matrícula na Escola Militar, e não por desejo em dedicar-se a uma profissão para ele prazerosa, como já visto no Capítulo I desta dissertação. Um fato ocorrido durante o período de formação, e que mostra a personalidade do jovem militar, é narrado por Celso Castro, quando relata a punição sofrida por Constant ao tomar das mãos do ajudante do comandante uma Ordem do Dia, após ser lida, que levantava acusações aos seus pares em roubo ocorrido entre os alunos. Benjamin, ao tomar a Ordem do Dia, rasgou, jogou ao chão e bradou que aquele documento não deveria ser lido, pois afrontava os alunos. Por este fato ficou preso na Fortaleza de Santa Cruz por alguns dias.²¹⁸

Até ao posto de capitão não há relatos de atos que destoem da vida rotineira de um militar da época. Com a convocação do então capitão Benjamin para compor o Primeiro Corpo do Exército em Operações, em 25 de agosto de 1866, Constant obedeceu sem concordar com “os erros dos diretores de nossa política”²¹⁹ ao precipitar quatro nações Americanas à um conflito. Doente, retornou para o Brasil no meio da guerra e solicitou demissão do Exército, não sendo atendido. Foi nomeado para continuar no Observatório como ajudante auxiliar²²⁰. Recebeu duas medalhas: Oficial Rosa, em fevereiro de 1872; e Cavaleiro

²¹⁵ PETIT, Annie. *História de um sistema: o positivismo comtiano*. In: TRINDADE, Helgio. *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p.23.

²¹⁶ MENDES, *Esboço de uma apreciação sintética...*, p. 227-229.

²¹⁷ MENDES, *Esboço de uma apreciação sintética...*, p. 228-229.

²¹⁸ CASTRO, *Os militares e a República...* p. 107.

²¹⁹ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 88.

²²⁰ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 96-98.

de Avis, em 30 de dezembro de 1872. A primeira medalha foi recebida apenas por condescendência ao senador João Alfredo, que não achava outra forma de agraciar os professores do Instituto dos Meninos Cegos. A segunda medalha foi aceita de bom grado, pois representava sua digna carreira militar. Para os positivistas as condecorações serviam apenas de instrumento de corrupção da moral, pois elevavam o ego. O que deveria ser feito era condecorar pessoas apenas por símbolos de mérito especial, sendo exemplo as medalhas humanitárias.²²¹

Em novembro de 1873, durante o concurso para repetidor do curso Superior da Escola Militar, Constant explicitou sua adesão ao positivismo e que pretendia pautar suas aulas por esta doutrina. D. Pedro II estava presente e foi consultado para ver se o candidato poderia continuar no processo, o que foi aceito²²². Como repetidor, Constant não recebia os proventos condizentes com sua patente, apenas se tivesse outra função dentro do Exército. O valor recebido como repetidor, que passava a ser do magistério do Exército, era equivalente apenas ao soldo, sem nenhum acréscimo, e ele também perderia o quadro de promoções. Teixeira Mendes relata vários pedidos feito por Benjamin para que conseguisse deixar de ser repetidor e fosse aceito como “lente catedrático”, quando percebia os proventos totais referentes à sua patente. Descreve várias conversas entre Constant e o Imperador, sempre mostrando o descontentamento e decepção do professor, e certo desprezo por parte do Imperador. Em um destes diálogos, quando foi pedido a Dom Pedro II que não abrisse concurso para cadeira que era lecionada por Benjamin, para que não houvesse outro em seu lugar, e assim ascender a professor catedrático, a resposta foi: “Isto é um capricho seu, e a cadeira há de ir para concurso.”²²³

Quando o problema abolicionista tomou conta do debate público no país, Constant tomou partido pela defesa da abolição da escravatura por parte do Exército. Em reunião no Clube Militar, interpelou o marechal Deodoro sobre o assunto e pediu-lhe que tomasse partido a favor da liberdade dos escravos. Depois desta conversa, Deodoro solicitou à Princesa Isabel que o Exército não fosse mais empregado na captura daqueles que fugiram da escravidão. Mesmo com a devolução da representação a Deodoro, este fato foi noticiado nos jornais, o que encorajou o movimento.²²⁴ Castro, ao relatar a participação de Constant na abolição da escravatura, mostra como a juventude militar tinha pensamentos parecidos aos de Benjamin,

²²¹ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 118.

²²² AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 128.

²²³ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 136.

²²⁴ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 180.

não apenas por este ser professor de matemática desses, mas também devido aos ideais que eram parecidos. Ambos não viam a vida militar como sacerdócio, tinham desinteresse pela parte bélica da profissão e fervor para com a vida academicista, além de serem a favor da abolição da escravatura. Crescia a junção de pensamentos entre os atores citados.²²⁵

Em abril de 1889 Benjamin foi nomeado lente catedrático, quando anotou: “Recebi hoje (27 de abril de 1889) a minha nomeação de lente catedrático da Escola Superior de Guerra, nomeação que me foi dada por decreto de 23 de março do corrente. Há quinze anos devia ter sido feita esta nomeação adiada até esta data.”²²⁶ Foi promovido a tenente coronel e, após a Proclamação, recebeu a notícia que seria promovido a general, momento em que rejeitou a promoção dizendo que não era condizente que ele fosse promovido; porém não foi-lhe atendida a petição. Em 8 de janeiro de 1890 desistiu de sua cadeira de lente da Escola Superior de Guerra, por pensar ser incoerente ter vantagens e não estar lecionando.²²⁷

Próxima a Proclamação da República, no dia 23 de outubro de 1889, durante uma festa dada a uma comitiva de militares chilenos no Brasil, Constant foi convidado a discursar. Segundo relato de Teixeira Mendes houve duradouro e caloroso momento de aplausos ao discurso feito, quando deixou claro quais eram seus intentos para o ensino da Instituição Exército, verbalizou a necessidade do estudo das ciências para a formação de um soldado com alma de cidadão e relatou o papel dos exércitos da época, que para ele deveriam ocupar-se com um largo ensino científico, moral e cívico, muito além dos planos de ensino e mais necessários que as instruções militares. Citou que os exércitos necessitavam de uma “ciência incomparavelmente mais nobre e mais fecunda em benefícios para a Humanidade do que para a ciência da guerra: é a ciência da paz.”²²⁸ Cabe analisarmos o que era entendido como sendo as condições morais da disciplina humana para Augusto Comte e aceito por Constant: “dedicação dos fortes para com os fracos, e veneração dos fracos para com os fortes. A submissão é a base do aperfeiçoamento.”²²⁹

Após a Proclamação da República, Constant assumiu o Ministério da Guerra e permaneceu por pouco tempo a frente da pasta, pois suas desavenças com Deodoro se afluíram após terem ganho a batalha contra a Monarquia. Deodoro acusava Constant de favorecer jovens militares que eram a favor das ideias positivistas como a imposição de uma

²²⁵ CASTRO, *Os militares e a República...* p. 121.

²²⁶ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 205.

²²⁷ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 249.

²²⁸ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 210.

²²⁹ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 257.

República ditatorial. A luta entre bacharéis e tarimbeiros volta, agora em um campo mais amplo, não apenas no âmbito do Exército, mas sim da Nação. Neste cenário, quem poderia decidir era Deodoro, representante dos que eram contra os denominados bacharéis. Por isto, Constant foi remanejado do Ministério da Guerra para o recém criado Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, quando, no dia 17 de janeiro de 1891, em face da gravidade da situação de sua saúde, Benjamin Constant pediu demissão e, na madrugada do dia 22, morreu.²³⁰

Deodoro conhecia os pensamentos positivistas de não necessidade de uma Instituição Nacional como o Exército, pois, pela ciência, a sociedade chegaria a um estágio de pleno funcionamento sem atritos entre os cidadãos. Juntamente com esta ideia, que vinha de dentro da Instituição, pairava em algumas mentes das oligarquias agrárias, que se sentiam subjugadas pela classe militar, o desejo da supressão do Exército. Moraes, quando retrata sobre a primeira Constituição traz: “Os juristas encarregados por Deodoro da redação do projeto constitucional partilhavam da moda do otimismo... de diminuir os quadros do Exército à proporção que tratados de paz estabeleçam o arbitramento como recurso obrigatório com sanção internacional. Os militares não podiam deixar de se inquietar diante de um dispositivo estipulando a supressão programada de sua profissão.”²³¹

Depois de derrubado o Império, a consolidação do novo regime e a disputa política tomaram conta do cenário Nacional. Dentro do Exército, a questão do ensino nas escolas militares ficou em segundo plano²³². A disputa interna no Exército, entre os que esperavam militares mais bem preparados para a guerra – o que estamos chamando de profissionais – e os que desejavam militares formados em vários campos da ciência e com isto, a capacidade de dirigir a República através da evolução da consciência da sociedade – o que temos tratado como cientificistas ou positivistas – tomou duro golpe com a morte repentina do maior influenciador dentro do Exército, Benjamin Constant.

Após a morte de Constant, a politização dos meios de ensino militar e a turbulência entre o marechal Deodoro e o Presidente Prudente de Moraes fizeram com que fosse repensado o proposto na reforma do ensino, conforme escrita por Benjamin. A problemática chegou até ao parlamento e foi discutido. A educação militar não produzia resultados satisfatórios, o que fez com que o general João Vicente Leite de Castro fosse enviado à

²³⁰ CASTRO, *Os militares e a República...* p. 195-200.

²³¹ MORAES, *A esquerda militar no Brasil...*, p. 53-55.

²³² TREVISAN, Leonardo. *Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro*. Biblioteca do Exército, 2011, p. 44.

Europa para averiguar materiais, instalações e instruções militares, de forma a repensar a estrutura da formação militar no Brasil²³³. O assunto foi tirado de foco quando o Exército se viu envolvido na Campanha de Canudos, o que fez com que uma nova reforma fosse concluída após a debelação do incidente.²³⁴

No Congresso Nacional eram discutidos assuntos atinentes ao meio militar como: a presença de Organizações Militares em todo o território; o efetivo do Exército; o ensino militar; e, o quanto era gasto com os militares em comparação com outras atividades do País, como a indústria e agricultura. Em 1891, um dos assuntos foi a reforma no ensino militar. Em comparação com a forma como era o ensino militar na Alemanha, Áustria, Rússia e França, o Deputado Marciano de Magalhães, coronel e irmão de Benjamin Constant, dizia que o ensino militar praticado no Brasil não deixava nada a desejar em relação aos países citados acima. O término de sua fala no dia primeiro de setembro de 1891 foi: “A educação moral e científica dos militares só produzirá cidadãos amigos da pátria e da sociedade.”²³⁵

O ensino militar voltou à discussão no dia 25 de agosto de 1891, quando dois deputados discursaram sobre a promoção dos lentes das Escolas Militares apenas por antiguidade, não devendo ser por merecimento²³⁶. Foram os deputados Custódio de Mello, contra-almirante e posteriormente Ministro da Marinha, nomeado pelo marechal Floriano Peixoto no dia 23 de novembro de 1891 após a renúncia de Deodoro da presidência do Brasil; e Serzedelo, outro deputado militar, professor da Escola Militar na qual havia se formado e se destacado não apenas como aluno, mas também como instrutor, além de ter sido um dos principais atores dos movimentos abolicionista e republicano. Nesta ocasião os dois defenderam a longa duração do curso nas escolas militares, isto em decorrência, como eles pensavam, da necessidade dos militares em adquirir um vasto leque de conhecimentos em todas as ciências.²³⁷

²³³ MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria*. São Paulo: BIBLIEX. 2009, p. 63.

²³⁴ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...*, p. 45 e 46.

²³⁵ Annaes da Câmara dos Deputados(RJ), 1891, Edição 03, p. 19. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22ensino%20militar%22&pagfis=989 Acesso em: 05 de outubro de 2021.

²³⁶ As promoções eram administradas pela 3ª Seção do Ministério da Guerra, que estabelecia as regras sobre as promoções dentro do Exército. Instituiu-se a forma de promoção para os postos de tenente e capitão, que seriam somente pelo critério de antiguidade. Nos postos de major, até coronel, os critérios de antiguidade e merecimento com as devidas proporções. A antiguidade era a data de entrada no Exército ou de promoção ao posto anterior. A lista de merecimento era organizada por uma comissão que avaliava as ações de bravura, serviços relevantes e inteligência justificada, com os militares aptos a serem promovidos.

²³⁷ Annaes da Câmara dos Deputados(RJ), 1891, Edição 02, p. 484 - 487. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22ensino%20militar%22&pagfis=949 Acesso em 05 de outubro de 2021.

As discussões sobre o ensino militar em 1891 não foram muito acaloradas, nem havia muitas discordâncias a respeito da importância da educação no meio militar e sobre a importância com os gastos gerados por parte deste ensino. Isto, talvez, pela proximidade do golpe da República, que necessitou da aprovação e orquestração do meio militar. Com a renúncia de Deodoro em 23 de novembro de 1891, e a assunção de Floriano Peixoto à Presidência da República aprovada por boa parte dos militares do Exército e das oligarquias, a composição do Congresso nacional ficou mais diversificada. Os ânimos ficaram mais exaltados quando o assunto era o gasto com o ensino, preparo e aparelhamento do Exército.

Em 1893 foram rediscutidas a necessidade de orçamento para a manutenção e até aumento do efetivo das Unidades Militares. O Sr. Valladares, deputado por Minas Gerais, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1873, oriundo de família latifundiária, foi um dos deputados que mais se destacou com suas falas no Congresso quando o assunto era os militares. Para ele, não havia a necessidade de batalhões no interior do País, pois não tinha perturbações que necessitassem da presença militar federal nos Estados, visto que, segundo este senhor, esta os incomodava. Assim disse: “Para a sustentação da nova ordem constitucional não há necessidade de Batalhões federais nos Estados, que hoje só desejam do Governo da União uma coisa: - é que os deixe viver em paz – isto que pede Minas e outra coisa não podem querer os outros Estados.”²³⁸

O ensino militar também foi colocado em discussão, não mais com aprovação como quando era debatido por muitos discípulos de Benjamin Constant, mas agora pensado por deputados que tinham visão diferente para utilização do Exército. O Deputado Valladares discordava veementemente do pedido de aprovação de verba para a matrícula de 1.000 alunos nas escolas militares. Para ele, era incompatível o Exército ter 20.000 militares e 1.000 alunos. Fez comparação com o Exército Francês que tinha 600.000 homens e 600 alunos em 4 escolas.²³⁹

O fechamento da Escola na Praia Vermelha em 1895, pelo Presidente Prudente de Moraes, após a Revolta da Armada (1891-1894), quando o “Batalhão” da Praia Vermelha foi decisivo, deu um duro golpe nos militares que defendiam o ensino sem a prática profissional. Com a proeminência desta Escola como bastião militar no regime recém imposto, ao assumir a Presidência da República, Prudente de Moraes, o primeiro civil a assumir a República, tratou

²³⁸ Annaes da Câmara dos Deputados(RJ), 1893, Edição 03, p. 29. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22ensino%20no%20exercito%22&pagfis=9901 Acesso em 05 de outubro de 2021.

²³⁹ Annaes da Câmara dos Deputados(RJ), 1893, Edição 03, p. 30. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22ensino%20no%20exercito%22&pagfis=9901 Acesso em 05 de outubro de 2021.

de retirar da escola os meios de instrução e o armamento, por medo de estar preparando aqueles que poderiam ser caracterizados como seus inimigos²⁴⁰.

Os ideais positivistas que foram perdidos dentro do Exército com a morte de Benjamin Constant, parecem ser bem explicitados na profecia não realizada de Teixeira Mendes, quando ele relata a trajetória da humanidade e diz sobre a importância do catolicismo na história, descrevendo que percebia a necessidade de uma nova doutrina:

Olhem todos em torno de si e para si, examinem conscienciosamente a sua alma e responderão se exageramos a tremenda quadra em que nos achamos. Tentem escrupulosamente semelhante inquérito e não convencer-se de que todos os males da sociedade moderna resultam da falta de uma doutrina comum que venha assegurar a concórdia dos sentimentos, a harmonia das opiniões e a convergência dos atos. Enquanto tal doutrina não triunfar só resta a triste profecia do poeta latino que em uma situação análoga dizia: nossos pais foram piores que nossos avós, nós somos piores que nossos pais, e havemos de dar a nosso turno uma progênie pior que nós. Só o catolicismo veio pôr termo à decomposição do mundo romano, como só o positivismo poderá agora sustar a degradação contínua da espécie humana. Em uma palavra, o problema moderno exige o advento de uma nova religião que venha sistematizar a ciência e a indústria, baseando-se no amor universal.²⁴¹

Doutrina, como lido na afirmação acima, pode ser entendido como “receita para ação”²⁴², conforme conceitua o economista Ludwig Von Mises. O escritor não faz julgamento de valor sobre as doutrinas, afirmando antes que, independente se são adequadas ou prejudiciais à sobrevivência, orientam a conduta humana e auxiliam a perceber o funcionamento desta conduta na história. As doutrinas surgem do uso das faculdades mentais do homem, que criou a tecnologia e a sociedade. Um exemplo dado de como as doutrinas são empregadas está entre os nazistas e os Estados Unidos da América: os nazistas seguiram as conquistas porque suas doutrinas ensinavam que a vitória em guerras seria primordial para a felicidade; já “a população dos cinquenta estados norte-americanos vive pacificamente em grupo porque suas doutrinas lhes ensinaram que a cooperação pacífica atende melhor aos objetivos do que o conflito.”²⁴³ Um dos momentos em que outras doutrinas foram seguidas pelos Norte Americanos, resultou na Guerra da Secessão (1861-1865).

Quando há a comparação entre a Escola Militar e a Escola Naval, nota-se que os alunos da segunda não se envolviam na política como os da primeira. Este envolvimento, segundo José Murilo de Carvalho²⁴⁴, pode ser resultante do positivismo latente na Escola

²⁴⁰ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...*, p. 45.

²⁴¹ AZEVEDO, *A cultura brasileira...* p. 173-174.

²⁴² VON MISES, Ludwig. *Liberdade e propriedade: ensaios sobre o poder das ideias*. LVM Editora, 2017, p. 142.

²⁴³ VON MISES, *Liberdade e propriedade...*, p. 139.

²⁴⁴ CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil...* p. 24-39.

Militar. Nas duas Instituições de ensino havia muitas matérias teóricas e matemáticas, mas com a presença do positivismo, personificado na figura de Benjamin Constant, o ensino era destinado a formar “soldados-cidadãos”, pessoas bem instruídas e cientes de que deveriam fazer a diferença na sociedade para que esta chegasse ao seu estado mais evoluído. Para Constant, “o Exército era antes um instrumento do que o fim da ação”²⁴⁵. A morte de Constant fez com que este ideal positivista perdesse espaço no Exército, e sofreu mais um golpe com o fechamento da Escola da Praia Vermelha, em 1904. Para Motta, este foi o golpe final aos ideais positivistas no meio militar. A lei da vacinação geral da população contra a peste-bubônica foi o pretexto para que os alunos da Escola da Praia Vermelha, chefiados pelo general Silvestre Travassos, se lançassem à “revolta da vacina obrigatória”, que desejava não apenas o fim da vacinação obrigatória, mas também a derrubada do governo Rodrigues Alves. O final foi melancólico, assim muito bem descrito:

Mas tudo acabaria rápida e tristemente. Naquela mesma noite (14 de novembro de 1904), a Escola marcha rumo ao Catete e defronta-se numa rua de Botafogo, com forças obedientes ao Governo. Seguem-se curto tiroteio, o ferimento do General Travassos, a retirada dos alunos. Na manhã seguinte tropas do Exército e da Marinha ocupam o edificio da Escola. Era o desfecho. Horas após os alunos seguiam em longas filas de prisão. Acabava, naquele momento, a gloriosa Escola de Polidoro, de Benjamin Constant, de Trompowsky, de tantos mestres ilustres, de tantos estudantes de alto valor intelectual e moral.²⁴⁶

3.2 Canudos

Iniciaremos agora um estudo sobre a Guerra de Canudos (1896-1897). Não é nosso objeto, por hora, analisarmos pontos polêmicos acerca de fatos ocorridos e que levantam acaloradas discussões. Estudaremos documentos oficiais do Exército, livros que discorrem sobre o assunto, tanto daqueles que tem olhares mais voltados para a necessidade que tinha o povo sofrido do interior nordestino, como daqueles que entendem que uma ordem subversiva se insurgiu nos sertões da Bahia. Com a visão geral do que ocorreu, procuraremos concluir se o Exército, face aos fatos ocorridos, foi motivado a concluir os estudos da reforma no ensino e colocá-la em prática. Como diz Coelho: “o Exército mostrara-se, durante as campanhas de Canudos, incapaz de desempenhar com eficiência até mesmo a sua função constitucional menos questionável, a defesa da ordem interna. Os sucessivos fracassos na luta contra os

²⁴⁵ CARVALHO, *A Formação das Almas...*, p. 43.

²⁴⁶ MOTTA, *A formação do Oficial do Exército...*, p. 209.

sertanejos de Antônio Conselheiro atingiram fundo já a abalada credibilidade na competência profissional do Exército.”²⁴⁷

A Guerra de Canudos teve início em um problema que envolveu governantes e uma comunidade sertaneja que era comandada pelo líder messiânico Antônio Vicente Mendes Maciel (1828-1897), o chamado “Antônio Conselheiro”. Foram necessárias quatro investidas das Forças Militares governamentais para que fosse ganha a guerra. Frank McCann diz que a derrota das três primeiras expedições militares foi “inexplicável”²⁴⁸, o que analisaremos.

A comunidade que se reuniu em Canudos nasceu, segundo Jota Ribeiro²⁴⁹, depois que Antonio Conselheiro cansou de andar pelo sertão nordestino e ver a miséria das pessoas. Já havia sido preso na Bahia, acusado de matar sua mãe e sua esposa, e foi solto, pois concluíram que não havia prova de que haviam sido cometidos estes crimes. Sua mãe faleceu quando Antonio tinha 6 anos e sua esposa o abandonou ao ser flagrada em adultério. Este último fato foi o que o motivou a peregrinar nos sertões do Cariri. A impossibilidade das autoridades governamentais e religiosas em ajudar a população, que era atingida por uma seca severa, fez com que fossem formados “bandos de criminosos armado e flagelado para promover justiça social com as próprias mãos, assaltando fazendas e pequenos lugarejos, pois pela ética dos desesperados roubar para matar a fome não é crime.”²⁵⁰ A figura de um “santo” enviado por Deus para socorrer a população em “uma comunidade onde todos tinham acesso à terra e ao trabalho sem sofrer as agruras dos capatazes das fazendas tradicionais”²⁵¹, alvoroçou os moradores da região.

Houve medo por parte do clero da Igreja Católica e dos fazendeiros da região. Para os religiosos, o pronto socorro aos andarilhos e o alimento espiritual dado por Antônio Conselheiro poderiam desviar os fiéis e tirar o poderio religioso da Igreja Católica. Para os fazendeiros, a ideia dos sertanejos não se disporem a trabalhar, por já estarem supridos em suas necessidades, sinalizava que faltaria mão de obra em suas fazendas. Nasce daí uma narrativa de que Conselheiro estava “insuflando um séquito para criar uma nova monarquia no Brasil”²⁵². Este era o pensamento oficializado junto aos governantes e militares que se dispuseram contra Canudos. Para McCann, o problema de Conselheiro não era com todos os

²⁴⁷ COELHO, *Em busca da identidade: o Exército...*, p.87 e 88.

²⁴⁸ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 64.

²⁴⁹ RIBEIRO, Jota. *O Genocídio de Canudos: por que o Exército evita comentar?* – 1ª Ed. – São Paulo: Baraúna, 2017, p. 39 – 44.

²⁵⁰ RIBEIRO, *O Genocídio de Canudos...*, p. 42.

²⁵¹ RIBEIRO, *O Genocídio de Canudos...*, p. 43.

²⁵² RIBEIRO, *O Genocídio de Canudos...*, p. 45.

integrantes da Igreja Católica, chegando a citar que os párocos gostavam do seu trabalho, pois desejavam “reviver a religiosidade do povo”²⁵³, o que era feito de forma vigorosa. Antonio era um beato que usava sua pregação leiga para evangelizar e, com seus seguidores, ajudar na reconstrução de igrejas e cemitérios. Quem não gostava da ideia de um pregador leigo era o arcebispo da Bahia, que conseguiu a expulsão de Conselheiro da Província em 1887 por pregar a subversão contra a Igreja e o Estado.

Conselheiro já havia sido aliado do Governador da Bahia em 1893, Luiz Vianna, quando este ainda era apenas um aspirante ao cargo de governador. Em 1896, quando Vianna chega ao governo, iniciam-se as pressões o acusando de proteger Conselheiro e o movimento de Canudos, atrapalhando os negócios dos grandes proprietários de terras locais. O governador cedeu às pressões e, após boatos de que os homens de Conselheiro saqueariam cidades próximas a Canudos, mobilizou forças militares para se dirigirem a Canudos e protegerem as cidades vizinhas. O responsável por esta incursão militar foi o tenente Manoel da Silva Pires Ferreira.²⁵⁴

Em *Os Sertões*²⁵⁵, Euclides da Cunha fala sobre a dificuldade encontrada pelo comandante da tropa na preparação dos seus subordinados e na dificuldade de progressão no sertão. Explica que os integrantes da Força Governista partiram sem os recursos necessários, por um terreno árido e despovoado, orientados por dois guias contratados para percorrerem 200 quilômetros. Logo no início da marcha, o tenente Manoel já percebeu que “no sertão, mesmo antes do pleno estio, é impossível o caminhar de homens equipados, ajoujados de mochilas e cantis, depois das dez horas da manhã.”²⁵⁶

Nesta primeira tentativa de chegar até Canudos, os integrantes da Força Federal chegaram até Uauá, vilarejo próximo ao destino final, onde pararam por dois dias a fim de esperarem os integrantes de Canudos que, segundo informes, estavam se dirigindo para Juazeiro para cobrarem por madeiras que foram compradas e não entregues, ou descansarem e deslocarem-se até Canudos. A tropa foi recebida por olhares atentos e curiosos dos moradores do vilarejo. Ali as informações eram desencontradas e “ao cair da noite operou-se um incidente só explicado na manhã seguinte: a população, quase na sua totalidade fugira. Deixava as vivendas, sem ser percebida, em pequenos grupos”.²⁵⁷ A tropa foi surpreendida

²⁵³ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 66.

²⁵⁴ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 68.

²⁵⁵ CUNHA, Euclides da, 1866-1909, *Os Sertões*. São Paulo, Editora Cultrix.

²⁵⁶ CUNHA, *Os Sertões...* p.169.

²⁵⁷ CUNHA, *Os Sertões...* p.171.

por cerca de 500 homens seguidores de Conselheiro, ao amanhecer do dia 21 de novembro de 1896. Estes chegam à Uauá armados com ferramentas de campo e armas de fogo velhas, atacando homens do tenente Manoel. A luta dura cerca de quatro horas e há a debandada dos homens de Conselheiro para Canudos. Os oficiais e praças que restaram, saquearam o vilarejo e o queimaram. Foram dez mortos por parte da Força Federal e mais de cem dos integrantes de Canudos. McCann levanta dúvida de como este combate iniciou²⁵⁸, se os homens de Canudos atacaram primeiro, ou se os soldados surpreendidos é que começaram a atacar. Não há como saber ao certo e este ponto não pode ser totalmente elucidado. Qualquer que seja a versão tem-se como certo que se a tropa fosse bem preparada, ou se o comandante levantasse linhas de ação a serem seguidas para as diferentes situações que se apresentassem, o desfecho seria diferente. McCann relata este despreparo e problemas no material da seguinte forma:

Se os oficiais superiores se dessem ao trabalho de ler a parte de combate do tenente Pires Ferreira e houvessem tomado providências para estar preparados para os problemas ali citados, muito sofrimento poderia ter sido evitado. A poeira, os acidentes do caminho e o sol causticante dificultaram ao extremo controlar o avanço da tropa. Os homens marchavam e dormiam de farda, que logo se transformou em farrapos pela ação do calor, chuva, espinhos e combates. Os sapatos gastaram-se no terreno rude, deixando a maioria deles descalça.²⁵⁹

Mesmo com condições de prosseguir, o tenente Manoel preferiu retrair com seus subordinados para Juazeiro. Ficou receoso de permanecer em Uauá por mais uma noite e sofrer outro ataque. O arrojo dos sertanejos e visível despreparo da tropa fez com que a ordem fosse retrair em marcha forçada, deixando os companheiros mortos sob o sol ardente.²⁶⁰

Depois desta primeira tentativa frustrada de chegar até Canudos, o general Sólón, comandante do 3º Distrito Militar, desejou que uma nova operação fosse feita com forças do Exército e sem a participação de tropas estaduais. O general era a favor de que fossem enviadas várias colunas por rotas diferentes, a fim de fazerem um cerco a Canudos, e, após as tropas estarem provisionadas e em sincronia, fosse feito um ataque coordenado ao Vilarejo, ou seja, preferia que fosse montada uma operação de guerra. O governador pensava que uma simples operação policial resolveria o problema. Na disputa política entre o general Sólón e o governador Viana, Sólón foi removido do cargo e o Ministro da Guerra incumbiu o major Febrônio de Brito para comandar uma nova expedição, agora com 560 comandados, para fazer frente à Canudos.²⁶¹

²⁵⁸ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 64.

²⁵⁹ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 68.

²⁶⁰ CUNHA, *Os Sertões...* p.174.

²⁶¹ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 68 – 69.

Para Euclides da Cunha a disputa política, sobre quem estaria no comando da segunda expedição contra Canudos, fez com que houvesse uma organização “sem um plano firme, sem responsabilidades definidas, através de explicações recíprocas entre as duas autoridades independentes e iguais”²⁶². Em sua conclusão sobre esta segunda investida é demonstrada a atitude inconsequente do governo da Bahia ao dizer que eram “suficientes as medidas tomadas para debelar e extinguir o grupo de fanáticos e não haver necessidade de reforçar a força federal para tal diligência, pois as medidas tomadas significavam mais prevenção do que receio.”²⁶³

A falta de treinamento para o deslocamento em terreno não habitual, o não planejamento pormenorizado de linhas de ação, o desconhecimento do oponente, anunciavam uma nova missão desastrosa. O major e seus homens iniciaram o deslocamento rumo ao Vilarejo de Conselheiro sem animais para transportar suprimentos, e a decisão foi deixar pelo caminho o que atrapalhava a marcha. O comandante da tropa aceitou trocar a segurança de seus subordinados pela rapidez para alcançar o inimigo e combatê-lo. “Os inconvenientes de uma longa pausa, justificá-los-iam as vantagens adquiridas. Ganharia em força o que perdesse em celeridade”²⁶⁴. O ataque açodado foi a escolha, quando deveria preparar-se para uma operação mais lenta e segura. “Não fez isto, fez o inverso: depois de uma longa inatividade em Monte Santo, a expedição partiu ainda menos aparelhada do que quando ali chegara quinze dias antes, abandonando, ainda uma vez, parte dos restos de um trem de guerra já muitíssimo reduzido”²⁶⁵.

Várias emboscadas foram feitas pelos sertanejos, o que fazia o moral da tropa diminuir. Mesmo com todos estes percalços, Febrônio e seus comandados chegaram a uma distância de dois quilômetros de Canudos, mas, para conquistarem esta posição, houve uma batalha de quase cinco horas no dia 18 de janeiro de 1897. Nos primeiros raios solares do dia 19 de janeiro, o comandante mandou iniciar o ataque contra o Vilarejo, mas não contava que os sertanejos haviam cercado a tropa e estavam de tocaia aguardando o momento correto para atacar. Ao primeiro tiro de canhão, os sertanejos atacaram os soldados de várias direções, e ocorreu mais um confronto corpo a corpo. Os soldados mantiveram a posição conquistada, mas o moral da tropa estava baixo e o comandante não tinha certeza se a munição seria suficiente para investir contra o Vilarejo; seus soldados cansados e sem terem comido havia

²⁶² CUNHA, *Os Sertões...* p.174.

²⁶³ CUNHA, *Os Sertões...* p.180.

²⁶⁴ CUNHA, *Os Sertões...* p.190.

²⁶⁵ CUNHA, *Os Sertões...* p.190.

dois dias, não conseguiriam conquistar o objetivo principal. O major Febrônio de Brito achou prudente retornar para Monte Santo e abandonar o Teatro de Operações.²⁶⁶

Assim é descrita a derrota das tropas governistas por Euclides da Cunha:

Estas seguem desfluídas de todo. Daí por diante velhos lutadores tem pavores de criança. Há estremecimentos em cada volta do caminho, a cada estalido seco nas macegas. O Exército sente na própria força a própria fraqueza. Sem plasticidade segue numa exaustão contínua pelos ermos, atormentado no golpear das ciladas, lentamente sangrado pelo inimigo, que o assombra e que foge. A luta é desigual. A força militar decaí a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra. E quando o sertão estua nos bochornos dos estios longos não é difícil prever a quem cabe a vitória. Enquanto o minotauro, impotente e possante, inerte com sua envergadura de aço e grifos de baionetas, sente a garganta secar de sede e, aos primeiros sintomas da fome, refluí à retaguarda, fugindo ante o deserto ameaçador e estéril, aquela flora agressiva abre ao sertanejo um seio carinhoso e amigo.²⁶⁷

Depois de duas derrotas, as Forças militares estaduais e federais não poderiam ser mais derrotadas e o Ministro interino da Guerra, Dionísio Cerqueira, escalou o coronel Antônio Moreira César, experiente em operações militares reais, pois atuou contra os federalistas em Santa Catarina e na Bahia e, em 1891, ajudou a depor o Governador José Gonçalves. Sua reputação era de ser violento e intransigente, “os sertanejos chamaram-no de corta-cabeças.”²⁶⁸

Moreira César chegou ao Morro da Favela junto de seus 1.281 comandados, “fartamente municiado com quinze milhões de cartuchos e setenta tiros de artilharia”²⁶⁹. Antes de se deslocar para lá, o coronel não aceitou ouvir as informações de Febrônio de Brito, preferiu saber do Teatro de Operações das bocas de figurões do Estado, que não tinham estado na região do conflito. A tropa estava com sede, pois a bomba de poço artesiano que havia sido levada não conseguiu extrair água por não levarem o bate-estacas, fundamental para o funcionamento da bomba. Este fato fez com que a tropa fosse obrigada a marchar por mais 24 quilômetros para poderem chegar a um local com água. Os homens de Canudos haviam preparado o terreno para que o deslocamento das Forças Federais fosse prejudicado. Foram feitas trincheiras, pólvora, afiaram facas e prepararam locais para fazerem emboscadas, mas tiveram que sair as pressas dos locais que estavam preparando por não esperarem que os governistas teriam problema com o equipamento. Euclides assim descreve o estado da tropa após o incidente com a bomba de poço:

²⁶⁶ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 71 – 72.

²⁶⁷ CUNHA, *Os Sertões...* p.178-179.

²⁶⁸ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 73.

²⁶⁹ CUNHA, *Os Sertões...* p.213.

Ninguém cuidava neles. Abatidos de um dia inteiro de viagem os expedicionários, deslembados da luta, iam sob o anelo exclusivo do pouso apeticido. Seguiam imprudentemente, de todo entregues ao tino e lealdade dos guias. Mas afinal pararam, em plena estrada: alguns estropiados perdiam-se distanciados à retaguarda e os mais robustos mesmo a custo caminhavam. Foi uma alta breve, ilusório descanso: praças caídas ao longo dos caminhos, oficiais dormindo, os que dormiam, com as rédeas dos cavalos enleadas aos punhos. E reatada a marcha, na antemanhã seguinte, reconheceram que estavam na zona perigosa. Cinzas de fogueiras a cada passo encontradas e algumas ainda mornas; restos de repastos em que eram assados jabutis e quartos de cabritos; rastros frescos na areia, estranhando-se tortuosamente nas caatingas, diziam que os sertanejos ali tinham estado, e passado também à noite, rodeando-os, invisíveis, nas rondas cautelosas. Na “Porteira Velha” a vanguarda parece mesmo havê-los surpreendido, ocasionando precipite debandada. Ficaram junto a fogueira uma pistola de dois canos e um ferrão de vaqueiro.²⁷⁰

No dia dois de Março a tropa estava distante 10 quilômetros do arraial e o planejamento era percorrer esta distância no dia três e atacar Canudos no dia quatro. Iniciaram o deslocamento ao alvorecer do dia três e às dez horas da manhã já estavam a cerca de 400 metros do destino. O coronel Moreira César, não há certeza da razão, se por pensar que o inimigo não apresentaria resistência, ou se por estar sofrendo de epilepsia e ter receio de não conseguir chegar ao final da operação, mandou a artilharia abrir fogo contra o vilarejo de imediato. O entusiasmo do comandante da tropa era tanto, que ao avistar o objetivo principal bradou: “Meus camaradas! Como sabem estou visivelmente enfermo. Há muitos dias não me alimento; mas Canudos está muito perto... vamos tomá-lo! Vamos almoçar em Canudos!”²⁷¹ Logo após os tiros de canhão, mandou que seus subordinados assaltassem e combatessem com suas baionetas. O ataque era muito mal coordenado, pois os canhões estavam muito próximos do Vilarejo e não podiam ser utilizados para não atingirem a tropa governista. No final da tarde, Moreira César, ao ir a cavalo até a posição da artilharia, foi atingido por um tiro em seu abdômen. Foi levado para a retaguarda e foi baleado uma segunda vez. O coronel Pedro Nunes Batista Ferreira Tamarindo assumiu o comando e tentou não alardear a notícia que o coronel Moreira César estava ferido.

Ao final da tarde houve a ordem, a corneta, para que a tropa retornasse ao local onde estavam antes do ataque principal. Este era o procedimento previsto, não se combatia a noite; quando o dia acabava, a tropa retraía e recomeçaria o combate ao amanhecer do dia seguinte. Com a tropa reunida, não houve como esconder a notícia que o comandante estava ferido. Por volta das quatro horas da manhã do dia 04 de março, o coronel Moreira César morreu. Não

²⁷⁰ CUNHA, *Os Sertões...* p.222.

²⁷¹ CUNHA, *Os Sertões...* p.227.

havia controle de mortos e feridos e a tropa, com sede, fome, exausta e sem seu comandante, resolveu bater em retirada, sem haver ordem para isto. A retirada foi desastrosa, os homens de Canudos aproveitaram e emboscaram parte dos soldados, roubando roupas, armamento e munição. Os feridos não tiveram a menor chance de sobreviverem, pois os que estavam em condições de transportá-los preferiram gastar suas forças para tentarem se salvar. Para completar o sofrimento, ao chegarem a Monte Santo, onde haviam deixado parte de seus materiais, os sobreviventes descobriram que os que ali ficaram para guardar o material foram mortos e tudo tinha sido saqueado. O coronel Tamarindo foi morto e as cabeças dos militares mortos foram enfileiradas no caminho para servir de alerta.²⁷² Segundo Euclides da Cunha: “A expedição Moreira César parecia ter tido um objetivo único: entregar-lhes tudo aquilo, dar-lhes de graça todo aquele armamento moderno e municia-los largamente.”²⁷³

No mesmo dia em que ocorria a derrota da tropa governista, comandada pelo coronel Moreira Cesar em Canudos, o Presidente Prudente de Moraes reassumia a presidência depois de passar quatro meses afastado por problema de saúde. No dia 07 de março a notícia do que havia acontecido em Canudos chegou às maiores cidades, e, no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gérias e Rio Grande do Sul, jornais foram destruídos. Os republicanos começaram uma caça aos considerados monarquistas. Tudo isto devido às notícias que diziam, sem provas, que o movimento de Canudos era monarquista. O presidente Prudente de Moraes usou a narrativa de que estava fora do Governo e por isto não havia tomado atitudes para acabar com o problema na Bahia. Resolveu então nomear o marechal Carlos Machado de Bittencourt como Ministro da Guerra. Receoso do que a Escola Militar pudesse fazer com as notícias de Canudos, Bittencourt manda recolher a munição lotada naquela Escola, dizendo que seria enviada para o Rio Grande do Sul, com o intuito de abastecer as tropas de lá.²⁷⁴

As narrativas que foram utilizadas pelo governo para legitimar a mobilização e utilização do Exército em uma nova investida contra Canudos foram provenientes de discursos que não levaram em conta os erros cometidos pelas tropas governistas. Não foi levada em conta, pelo menos neste primeiro momento, no “calor da batalha”, a oportunidade de ser observado o “traço superior do acontecimento. Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmolas, corrigirmolas ou anularmolas. Não entendemos a lição eloquente.”²⁷⁵ Preferiu-se

²⁷² MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 73 - 76.

²⁷³ CUNHA, *Os Sertões...* p. 243.

²⁷⁴ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 77 - 80.

²⁷⁵ CUNHA, *Os Sertões...* p. 250.

acreditar nos boatos de que “os sertanejos não eram um bando de carolas fanáticos, eram um exército instruído, disciplinado, admiravelmente armados com carabinas máuser, tendo ademais artilharia, que manejavam com firmeza.”²⁷⁶

O Exército começa a se preparar para voltar a Canudos e terminar aquilo que Moreira César não conseguiu, conquistar o vilarejo. Unidades do todo o país foram mobilizadas e deslocadas para a Bahia. O general Arthur Oscar era o comandante de toda a operação e os generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget seus subordinados, comandantes das tropas que avançariam em direção a Canudos por duas colunas diferentes. A intenção era cercar o Vilarejo e fazer um ataque coordenado. Dentre as Unidades mobilizadas, dez eram provenientes do nordeste brasileiro e “o episódio assumiu cores de uma guerra civil: nordestinos de farda militar azul contra nordestinos de traje de couro de vaqueiro.”²⁷⁷

O fato de ter militares antigos e experientes no comando não significou que muitos problemas deixassem de ficar evidentes. Muito pelo contrário. O sistema de transporte de pessoal e material era muito prejudicado, pois o exército não possuía um setor responsável e os fornecedores locais não tinham capacidade de suprir a grande necessidade. Não havia instalações adequadas para a permanência de toda a tropa que se deslocou para a região. Os sertanejos mantinham distância dos mercados, pois tinham receio de que os militares requisitassem suas mulas e bois para a guerra. Além dessas dificuldades encontradas, havia o apoio que os integrantes locais davam aos seguidores de Conselheiro, fazendo de tudo para atrapalhar as tropas governistas. Outro problema era o imenso número de soldados inexperientes que compunham a tropa, que receberam treinamento durante o deslocamento para Canudos, sofrendo pelas marchas forçadas com falta de calçado e fardamento.²⁷⁸

O objetivo era atacar o vilarejo no dia 28 de junho, mas no dia 25 de junho a coluna de marcha do general Savaget avistou e atacou os sertanejos cerca de uns 8 quilômetros antes de Canudos. O fato de uma coluna governista conseguir surpreender seus oponentes foi, em grande parte, devido ao planejamento e reconhecimento do itinerário, feito antes da Coluna de Savaget partir para Canudos. Euclides da Cunha relata este incidente da seguinte forma: “Dias antes vinte soldados daquele esquadrão haviam batido a estrada até as cercanias do povoado, e do reconhecimento resultava estar, aquela, franca até a Serra Vermelha onde o terreno se acidenta nos primeiros cerros de Cocorobó... Pela primeira vez uma tropa expedicionária dos

²⁷⁶ CUNHA, *Os Sertões...* p. 251.

²⁷⁷ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 83.

²⁷⁸ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 83 - 84.

sertões não se deixava surpreender.”²⁷⁹ Mesmo não sendo surpreendido, 1 Oficial e 26 soldados morreram; foram feridos 10 oficiais e 141 praças e, entre os oficiais, estava o general Savaget, que não abandonou o campo de batalha. Sem material apropriado para remoção dos feridos a tropa teve que improvisar redes para o transporte e descobrir rotas de evacuação, pois não fora feito planejamento e reconhecimento para este fim. Os sertanejos, sabedores da inexperiência da tropa e da necessidade dos soldados de oficiais para espelhamento, procuraram incapacitar os oficiais. Ocorreu o encontro com os sertanejos primeiro pelo flanco onde Savaget abordou Canudos – antes do que o do general Barbosa – devido ao fato do suprimento para o vilarejo de Canudos chegar, principalmente, por esta rota. Mesmo com baixas, a tropa conseguiu chegar muito próximo a Canudos e, no dia 27, já era possível ouvir o confronto entre a tropa do General Barbosa com os sertanejos no outro flanco do arraial.

O comandante geral da operação, general Arthur Oscar, estava junto da tropa do general Barbosa e ambos, após conquistarem o Morro da Favela, de onde tinham comandamento sobre Canudos, decidiram ficar estacionados ali e pedir apoio da tropa do general Savaget. O volume de munição gasta foi muito grande para a conquista do Morro da Favela, fato devido à falta de experiência dos soldados e ao arrojo dos integrantes do vilarejo.²⁸⁰

As Forças Federais ficaram estacionadas às portas de Canudos e iniciava um período de muitas dificuldades: a alimentação da tropa era escassa; o fardamento estava em farrapos; não haviam condições de realização de higiene pessoal adequada pela falta de água; e, com a demora do desenrolar do combate e o sofrimento com pequenas incursões quase que diariamente dos sertanejos ao acampamento, deserções eram freqüentes. Os militares passavam dias com cadáveres expostos pela demora no enterro dos corpos. Do dia 27 de junho até 12 de julho a situação foi a descrita acima. Em 13 de julho, dois coronéis conseguiram chegar até a tropa com ressurgimento. É planejado um ataque para o dia 18 de julho, quando os integrantes do exército conseguem adentrar as primeiras casas de Canudos, mas com perda de quase 1/3 da tropa – o ataque contava com 3.349 homens e teve 1.014 baixas. Novamente a tropa ficou estacionada, sofrendo com a falta de suprimento e com os ataques dos sertanejos.²⁸¹

²⁷⁹ CUNHA, *Os Sertões...* p. 275-276.

²⁸⁰ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 85 - 88.

²⁸¹ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 88 - 94.

Começa uma nova mobilização em todo o país para formar mais Unidades, a fim de se juntarem as tropas já existentes em Canudos. O Governo resolve enviar para a Base de Operações um de seus membros, o Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt, homem de “bom senso sólido, blindado de frieza que o libertava de quaisquer perturbações”²⁸². Este analisou o conflito e chegou à conclusão de que deveria dispensar os principais esforços não em mobilização de soldados, mas sim na mobilização de meios para dar aporte aos que estavam no combate.

O Marechal Bittencourt fez, pelo menos, isto: transmudou um conflito enorme em campanha regular. A que até então se fizera traduzira-se num prodigalizar inútil da bravura, mas o heroísmo e abnegação mais rara não a impulsionaram. Cristalizara um assédio platônico e dúbio, recortado de fuzilarias inúteis, em que se jogava nobremente e estupidamente a vida. E este prolongar-se-ia, indeterminado, até que o arraial sinistro absorvesse, um a um, os que o acometiam. Em tal caso a simples substituição dos que ali tombavam – oito a dez por dia – por outros, tornava-se um círculo vicioso cruelíssimo... Um estrategista superior, atraído pela forma técnica e alta da questão, geraria rasgos estupendos de tática e não a resolveria. Um lidador brilhante idearia novas arrancadas impetuosas, que esmagassem de vez a rebeldia, e extenuar-se-ia, inútil, a marche-marche pelas caatingas. O marechal Bittencourt, indiferente a tudo isto – impassível dentro da impaciência geral – organizava comboios e comprava muares... de feito, aquela campanha cruenta e na verdade dramática, só tinha uma solução, e esta singularmente humorística.²⁸³

Em 11 de setembro o arraial estava quase todo cercado, com exceção de 800 metros de seu perímetro. No dia 22 de setembro, após um comboio de mulas adentrar ao arraial com suprimentos, morre Antônio Conselheiro de forma natural. Os soldados conseguiram cercar totalmente o arraial em 24 de setembro. Estima-se que havia 8.000 sertanejos, entre homens, mulheres e crianças, dentro de Canudos. No dia 27 de setembro, após mais uma brigada se apresentar no campo de batalha, outro ataque é desferido contra o vilarejo. Em 1º de outubro a artilharia bombardeou todo o arraial e, finalmente, no dia 2 de outubro uma negociação levou a rendição de várias centenas de sertanejos. Os que não se renderam foram eliminados por tiros, dinamites e por bolas fumegantes de pano embebidas em querosene. Dia 5 de outubro de 1897 foi tocado o Hino Nacional e a Bandeira do Brasil foi hasteada, houve a revista da tropa pelos generais e a guerra foi terminada.²⁸⁴

²⁸² CUNHA, *Os Sertões...* p. 333.

²⁸³ CUNHA, *Os Sertões...* p. 334.

²⁸⁴ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 94 - 99.

3.2.1 Reflexos de Canudos para a Instituição Exército

A Guerra de Canudos foi um episódio triste, especialmente pelo fato de ter ocorrido entre brasileiros. O general João Thomas Cantuária, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1898, dá graças por, “embora com dolorosos e irreparáveis perdas de preciosas vidas e imenso sacrifício pecuniário, terminou-se essa fratricida luta”²⁸⁵. McCann, ao final do relato do ocorrido, explicita da seguinte forma a triste realidade, e como este fato corroborou para a percepção da necessidade de melhor preparação dos oficiais do Exército nas escolas:

O Império pode ter sido derrubado em um golpe sem sangue, mas a carnificina da década seguinte mais do que compensou isso. Se alguns esperavam que Canudos ensejasse uma República dominada pelos militares, o resultado foi o oposto. O desastre reforçou o controle dos oficiais que almejavam reformar e profissionalizar o corpo de oficiais e dos políticos civis que desejavam reduzir a influência militar sobre o governo. O exército encerrou a década quase em colapso. Os anos seguintes seriam devotados à sua reconstrução e ao estabelecimento do papel apropriado do Exército na sociedade e na política do Brasil.²⁸⁶

Canudos demonstrou que o problema na formação dos oficiais do Exército não se resumia ao dilema “oficiais científicos versus oficiais combatentes”²⁸⁷. As sucessivas derrotas das tropas governistas frente aos jagunços evidenciaram problemas como a falta de habilidade e planejamento quanto à preparação e montagem de materiais – como a imprudência ao não levar todos os itens para a instalação da bomba de poço artesiano, na expedição de Moreira César. Outro exemplo da falta de conhecimento técnico foi a utilização errônea dos canhões ao posicioná-los muito próximos de Canudos, impedindo que fossem utilizados, também na expedição de Moreira César. Estes dois exemplos citados deixam claro como apenas o estudo de matérias científicas não forja oficiais com todos os requisitos para combaterem.

Da mesma forma, como demonstrado acima, vários fatos podem ser elencados demonstrando como em Canudos ficou provado que oficiais formados apenas em práticas militares não conseguem ter êxitos em combates quando novas situações exigem análises e procedimentos diferentes dos utilizados em treinamentos ou campanhas passadas. Nas quatro expedições ficou claro o prejuízo pela falta de conhecimento do terreno e das possibilidades do inimigo, o que seria minorado se não fosse a avidez em atacar, e houvesse o envio de destacamentos menores precursores com o intuito de fazer todo o levantamento da região, sobre o terreno, o inimigo, as condições meteorológicas e a população local.²⁸⁸

²⁸⁵ _____, Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1898, p. 6.

²⁸⁶ MCCANN, *Soldados da pátria...*, p. 101.

²⁸⁷ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...*, p. 106.

²⁸⁸ TREVISAN, *Obsessões patrióticas...*, p. 103.

Na primeira expedição, o tenente Manoel foi surpreendido, inocentemente, por 500 homens de Antônio Conselheiro. Na segunda tentativa de conquista, o major Febrônio de Brito, com mais subordinados, foi surpreendido pelo despreparo de sua tropa, por falta de suprimentos e pelas emboscadas dos integrantes de Canudos. Já na terceira expedição, a mais vergonhosa e desastrosa para as tropas governistas, o coronel Moreira César, militar forjado em combate, caçado por embates a inimigos rudes, com total imprudência rejeita as informações do tenente Febrônio de Brito, comandante da segunda expedição, e prefere saber sobre o campo de batalha com políticos. Por falta de reconhecimento sua tropa necessitou caminhar mais de 24 quilômetros para encontrar água, sofrendo uma série de emboscadas neste percurso. Mesmo com estes imprevistos, conseguiram chegar e invadir Canudos, mas a falta de preparo da tropa fez com que, tendo o comandante sido abatido em combate, esta batesse em retirada sem ordem e proporcionasse ao inimigo a oportunidade de perseguir e matar vários militares governistas. A quarta expedição conseguiu dizimar Canudos, não pelo planejamento, preparo e execução, ou pela habilidade de seus comandantes. A vitória foi basicamente pela superioridade numérica e pelo desgaste dos integrantes do Vilarejo.

O general Mallet, Ministro de Estado da Guerra, em seu relatório apresentado ao Presidente da República em 1899, quando dizia da situação do Exército no ano de 1898 e quais eram as expectativas do Ministro da Guerra para o futuro, discorreu acerca de como o Exército deveria se preparar para conflitos. Em nenhum momento, neste relatório, é citado Canudos como oportunidade para que estas conclusões fossem achadas, mas fica claro que decorrido um pouco mais de um ano do término da Guerra, após haver tempo para análise das ações e omissões, é chegado à seguinte conclusão:

Há um novo aperfeiçoamento, a qualquer invento, por insignificante que pareçam, corresponde a utilidade de estudá-los nos efeitos que daí possam decorrer para os conhecimentos já adquiridos, donde resulta a exigência de uma complexa e bem orientada instrução teórica e prática.

A celeridade na mobilização das tropas, resultante do emprego dos aperfeiçoados meios de transporte; a precisão dos fogos, seus efeitos destruidores, restringindo o tempo da luta no campo de ação; a presteza na transmissão de ordens, as combinações e modificações de planos adaptados, quaisquer que sejam as distâncias que separem dos chefes os centros diretores, os elementos das forças combatentes; são tantos outros fatores preponderantes que tornam imprescindível o preparo oportuno e conveniente dos indivíduos que abraçam a carreira das armas.

A instrução ministrada gradual e continuamente, de modo a ser contraído o hábito e gosto pelo estudo dos grandes e variados problemas da arte da guerra; a prática assídua das obrigações e preceitos regulamentares; o exercício constante das unidades de ação, isolados ou combinadas; desenvolvem e firmam os predicados que devem ser inerentes ao soldado, transformando o simples cidadão no tipo perfeito do homem de guerra.

[...]

Convém, entretanto, assinalar que principalmente o lado prático da instrução deve merecer a mais solícita atenção dos poderes públicos, para que os conhecimentos adquiridos possam ser desenvolvidos em grão a tornar fácil e rápida a compreensão de todos os problemas apresentados na guerra, notadamente os que surgem imprevistos na emergência de uma ação, impondo soluções de momento e providências imediatas.

[...] a realização das grandes manobras, irão em seguida os oficiais e praças completar sua instrução. Locais apropriados convém, então, ser escolhidos afim de assemelhar, tanto quanto possível, o que vai praticar ao que realmente se passará em campanha. É esta a oportunidade para estudar-se a mobilização metódica de uma parte do exército, com todo o material que lhe será indispensável na guerra; as seções de administração encarregadas dos diferentes serviços entram em atividade; os corpos, cujas funções são especiais, fornecerão os contingentes necessários; em fim, todos irão aí exercitar-se; observando e colhendo as últimas impressões que completarão sua instrução.²⁸⁹

Para reforçar a percepção de como a Guerra de Canudos gerou ensinamentos práticos, ainda como Ministro de Estado da Guerra, Mallet, no Relatório de 1900, ao comentar sobre as evoluções táticas necessárias para que os objetivos fossem alcançados em um conflito e que deveriam ser objeto de aprendizado teórico e prático nas escolas militares, sintetizou em duas as regras a serem aprendidas: “Ver sem ser visto, para melhor atirar sem se expor, e: empenhar na luta a máxima intensidade de ação, só apresentando ao fogo do inimigo a menor parte possível das forças necessárias a realização do objetivo pretendido.”²⁹⁰

3.3 O Endurecimento dos Líderes Militares com as Reformas que não Reformavam

A Reforma no Ensino do Exército que ocorreu em 1898 deveu-se principalmente a dois fatores negativos aos olhos dos que estavam à frente da Instituição: a indisciplina nas Escolas Militares²⁹¹ e a tentativa de aumento do ensino voltado para combater – o que foi disposto pelo decreto 330 de 12 de abril 1890, quando foram baixadas as diretrizes para o ensino militar após a Proclamação da República e privilegiada a educação moral e cívica do cidadão em detrimento a instrução militar do Soldado. O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra de 1898, assim justificou esta segunda necessidade:

A superabundância de matérias no ensino, ocasionando programas eminentemente teóricos, com prejuízo da instrução propriamente militar, junto a um longo período de frequência nas escolas, retardando o acesso e privando da prestação de serviços nas fileiras aos que se dedicam à carreira das armas, foi, por certo, motivo assas ponderoso para meus antecessores pedirem a reforma daquele regulamento, no sentido de melhorar o ensino

²⁸⁹ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1899, p. 4 e 5.

²⁹⁰ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1900, p. 4 e 5.

²⁹¹ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1898, p. 4 e 5.

profissional das armas. Vindo ao encontro de tão instante necessidade, a lei n. 463 de 25 de novembro do ano findo autorizou o Governo a reorganizar os diversos estabelecimentos militares de ensino, de modo a reduzir os estudos teóricos e ampliar os práticos, conforme o plano do regulamento que baixou com o decreto n. 5529 de 17 de janeiro de 1874.²⁹²

Antes da reforma de 1898 o ensino militar era disposto em Escolas Regimentais, Preparatórios e Escolas Militares. Após, continuaram existindo as escolas regimentais, as preparatórias e de tática e a Escola Militar do Brasil. As Escolas Regimentais ministravam a instrução elementar aos militares de forma a habilitá-los para a profissão das armas e seu curso tinha a duração de um ano. As Preparatórias e de Tática eram destinadas a ministrar o ensino teórico e prático para a matrícula no primeiro ano da Escola Militar do Brasil, e tinha duração de três anos. A Escola Militar do Brasil (EMB), que foi resultante da unificação das escolas militares existentes no Rio de Janeiro, popularmente conhecida como Escola Militar da Praia Vermelha, era “destinada a oferecer o curso das três armas combatentes (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) mais os cursos de Engenharia Militar e de Estado-Maior. Iam para essa escola os alunos concludentes dos cursos nas escolas preparatórias de Realengo e de Rio Pardo.”²⁹³

Com a nova reforma, segundo a Lei 463, de 25 de novembro de 1897²⁹⁴, a Instrução Militar compreendia o ensino elementar ou primário; o ensino secundário ou preparatório; e o ensino superior, técnico e profissional. O terceiro seria exclusivamente na EMB. As escolas militares ofereciam o Curso preparatório que durava três anos. Para matrícula, o candidato tinha como requisitos básicos ter entre 15 e 21 anos e assentar praça voluntariamente no Exército. Além disto, havia os requisitos intelectuais de saber ler e escrever corretamente em português e dominar as quatro operações matemáticas. Quanto à higidez física, o candidato deveria ser aprovado na inspeção de saúde. Havia também uma pesquisa com os professores, que deveriam assinar um atestado comprovando que o candidato tinha bom comportamento e aptidão para vida militar, além de uma autorização do Ministério da Guerra para a matrícula. Com aprovação total neste curso, os alunos poderiam ser matriculados na Escola Militar do Brasil. Outra forma de ingressar na EMB era o candidato apresentar certificado que comprovasse a aprovação para escolas superiores, além de ser aprovado em alguns testes e realizar 1 ano de exercícios práticos na Escola Militar.

²⁹² _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1898, p. 15.

²⁹³ RODRIGUES, Fernando da Silva. *História do ensino militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro* (1889-1944). Navigator (Rio de Janeiro), v. 12, n. 24, pág. 86-98, 2016, p. 88 e 89.

²⁹⁴ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1898, Anexo B, p. 15.

A EMB oferecia curso para as armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, e também os cursos de Engenharia Militar e Estado Maior. Os das armas de Infantaria e Cavalaria tinham a duração de dois anos, e, aprovados, os alunos poderiam ir para a tropa ou ingressar na Escola Superior de Guerra da arma de Artilharia, onde recebiam instruções teóricas e práticas. A formação era gradativa: depois de formados como artilheiros, os alunos poderiam continuar na Escola Superior de Guerra e, com mais dois anos de estudo, estavam formados como oficiais de estado-maior ou engenheiros militares. “Os alunos que concluíssem o curso de Estado-Maior e de Engenharia Militar recebiam o grau de bacharel em matemáticas e ciências física, desde que comprovassem também aprovação em latim, filosofia e retórica.”²⁹⁵

A reforma no ensino de 1898 foi efetivada durante o período em que o general João Thomaz Cantuária era o Ministro de Estado dos Negócios da Guerra. O próximo ministro foi o general João Nepomuceno de Medeiros Mallet, cargo que exerceu de novembro de 1898 a novembro de 1902. Nos Relatórios do Ministério da Guerra é constantemente explicitado o quanto, mesmo imediatamente após a implementação, era notada a necessidade de uma mudança mais profunda para que as escolas do Exército cumprissem efetivamente a missão de formar militares prontos para a guerra. Em seus relatórios, Mallet apresenta como motivos para a dificuldade de adequação das escolas, a falta de recursos e as “raízes dos fundamentos de nosso estado militar”²⁹⁶, que era explicado pela falta de preparo constante para a guerra, e não só nas escolas. Mallet, todos os militares, em todos os níveis hierárquicos, deveriam estar mais envolvidos com estudos e treinamentos para o emprego, ao invés de ficarem submersos principalmente em atos administrativos. Anteriormente citamos dois motivos para a efetivação da Reforma de 1898. Mallet continuou a achar que o ensino não estava adequado, mas o segundo motivo para a reforma, que era a indisciplina, este o Ministro pensava que a Reforma havia solucionado.²⁹⁷

Até o Relatório de 1902, assinado ainda por Mallet, o espírito de insatisfação de como era aplicada a reforma de 1898 foi constante. Neste último relatório de sua gestão como Ministro, ele foi mais além: relatou a falta de atenção do Poder Legislativo, chegando a escrever que, com a falta de orçamento, era a Administração Pública que devia se preocupar e “não gastar demais, mas, ao mesmo tempo, não prejudicar a defesa nacional”²⁹⁸. Critica a magistratura do Exército, dizendo que a permanência por muito tempo como professores,

²⁹⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. *História do ensino militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro* (1889-1944). Navigator (Rio de Janeiro), v. 12, n. 24, pág. 86-98, 2016, p. 88 e 89.

²⁹⁶ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1901, p. 31.

²⁹⁷ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1900, p. 8.

²⁹⁸ _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1902, p. 6.

fazia com que estes militares, ao alcançarem postos elevados, não estivessem preparados para outros serviços além daqueles que ministravam²⁹⁹. O próximo Relatório já foi de autoria do general Francisco de Paula Argollo, que foi ministro entre os anos de 1902 e 1906, e continuou com a visão de que a Reforma de 1898 não havia produzido os frutos esperados.

No início de sua gestão, Argollo, apesar de citar problemas nas Escolas Militares, pensava que a falta de militares era o principal problema do Exército. Estava mais preocupado com o tipo de recrutamento do que com o ensino, o que era justificado por suas conclusões de que era necessário um novo tipo de recrutamento: “Esta medida, sem a qual serão improficuos todos os esforços para reorganizar a força armada, depende de um alistamento regular, que até hoje não se tem conseguido obter”³⁰⁰. Nos relatórios dos anos de 1903 e 1904 a tônica foi a mesma – o principal problema era o recrutamento – mas relatava problemas nas escolas demonstrando uma crescente preocupação com isto. No de 1903 diz ser necessária uma “reforma definitiva”³⁰¹ nas Escolas Militares, e no de 1904: “uma das causas que mais profundamente afetam o organismo do nosso Exército, enfraquecendo-o, é a defeituosa organização dos estabelecimentos de ensino militar.”³⁰² Por este problema ser interno e haver possibilidade de solucioná-lo, o ministro Argollo ordenou a realização de um estudo para levantar as possibilidades de mudanças que melhorassem a formação nas Escolas Militares, tendo por base o seguinte:

Curso geral das três armas e cursos de aplicação de engenharia, estado-maior e artilharia. O curso geral de três anos, sendo os dois primeiros estudados na Escola Militar do Brasil, e o terceiro na escola prática de tiro, organizada tomando-se para base o projeto do diretor geral de artilharia. Os dois primeiros anos compreendendo as seguintes matérias: geografia militar, historia militar, arte militar, administração e legislação militares, táctica das três armas, fortificação de campanha, noções de fortificação permanente, tomografia, estudo das armas de fogo, balística experimental, geometria descritiva, planos cotados, higiene militar, hipologia, generalidades de direito internacional e constitucional, equitação, ginástica e esgrima.³⁰³

Aliado à percepção de que era necessária a mudança nas Escolas Militares, a clara demonstração de indisciplina na EMB no evento da Revolta da Vacina, justificou a nova reforma no Ensino Militar. Esta Reforma, a do ano 1905, para o Professor Fernando da Silva Rodrigues³⁰⁴, teve por objetivo profissionalizar os cursos da EMB, não reduzir suas cargas

²⁹⁹ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1902, p. 25 e 26.

³⁰⁰ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1902, p. 3.

³⁰¹ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1903, p. 3.

³⁰² _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1904, p. 7.

³⁰³ _____ . Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1904, p. 9 e 10.

³⁰⁴ RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: Instituição, pensamento políticos e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905 - 1946)*. Jundiaí. Paco Editorial: 2010, p. 52 e 53.

horárias; buscava maiores mudanças quanto à formação de oficiais mais preparados para o combate e para as inovações tecnológicas, sendo menos voltado para as questões políticas. Com a Reforma de 1905 fica demonstrado como, em um curto período de tempo, o Ensino do Exército mostrou-se em constante evolução; era mais elaborado e uma continuação dos regulamentos de 1890 e 1898, mas não mais intenso do que as mudanças adotadas pelos regulamentos de 1913 e 1918.

Considerações Finais

Como ficou demonstrado nos capítulos anteriores, a profissionalização do Exército foi um processo. Os pensamentos políticos influenciaram na medida em que, conforme o entendimento da destinação da Força Terrestre mudava, era alterado o entendimento da destinação dos oficiais formados e da formação dos soldados. Um exemplo claro foi o positivismo que influenciou os currículos das Escolas Militares, ao ponto de as matérias ministradas estarem voltadas para a formação de oficiais pensados para dirigirem a Instituição e o País. Com a morte de Benjamin Constant, principal positivista no meio militar, estas ideias foram postas de lado e os currículos voltaram-se mais para a formação de oficiais preparados para o combate.

Para este entendimento dividimos a história do Exército em três períodos: até a Guerra do Paraguai; da Guerra do Paraguai até a Proclamação da República; e da Proclamação até a reformulação do Ensino Militar em 1905.

Até a Guerra do Paraguai os integrantes do Exército não eram caracterizados como classe. Este fato era explicado pela desorganização da Instituição, pela visão negativa que a sociedade tinha dos soldados, pelos baixos soldos e, pela falta de fardamento. A criação da Guarda Nacional, em 1831, fez com que os jovens desejassem ingressar nesta, ao invés de entrar para as fileiras do Exército, devido a ascensão na Guarda Nacional ser mais rápida. Percebe-se a existência de duas elites, o monarca e os oligarcas, que eram as responsáveis pela condução da direção do Brasil e que também impediam o surgimento de mais uma classe, a militar. O desejo destas duas elites era ter o braço armado como componente destas, não como mais uma classe concorrente.

A desorganização da Força Militar era refletida no ensino ministrado pelo Exército. A Real Academia Militar, criada em 1808, tinha uma dupla destinação; formar profissionais para a carreira militar e a engenharia. O ensino, copiado da França, privilegiava o aprendizado da matemática na formação, condizendo com o sentimento da sociedade de que faltavam mais engenheiros do que militares, o que fez com que o ensino voltado para os engenheiros tivesse prevalência. Tudo isto corroborou para que a prática voltada para operações militares não tivesse muita importância na formação. Após a Guerra da Cisplatina (1825-1828), houve a primeira percepção de que a prática era importante para o ensino militar e, em 1833, uma reforma do ensino previu que os lentes deveriam ministrar aulas teóricas e, ao fim de cada matéria, levar os alunos aos corpos de tropas para praticarem as teorias apresentadas em sala

de aula. Este método não vigorou, muito por não aprovação dos lentes em fazer o que foi determinado.

Um sistema de ensino que privilegiava a formação intelectual e não gastava muito tempo com a prática, onde jovens eram formados sem uma destinação claramente determinada, foi o ambiente propício para que ideias onde a ciência seria a grande ordenadora para alcançar a ordem e progresso vigorasse, o positivismo.

A Guerra do Paraguai fez com que houvesse uma reorganização das forças dirigentes da sociedade. Além da elite política e da econômica, os militares se enxergaram como um ator que poderia fazer parte das decisões nacionais, e nos grandes problemas aos quais o Brasil passou após a Guerra, o Exército se constituiu em protagonista, tanto na abolição da escravatura e quanto na Proclamação da República. A coesão desta infante classe era superficial, pois internamente havia discórdias, cobranças quanto à posição dos dirigentes e disputas ideológicas. A principal discórdia ainda era se os oficiais deveriam ser formados para a guerra ou para serem uma classe iluminada responsável pela condução do país, ou seja, a disputa dos bacharéis versus os tarimbeiros. A cobrança quanto à posição dos dirigentes ficou evidente na Questão Militar, quando oficiais foram punidos por externarem suas opiniões e o meio militar cobrou uma posição de seus superiores. As disputas ideológicas também aconteciam devido à destinação do Exército, mas ao terem a Questão Militar como problema comum, houve a união dos militares em prol de um mesmo objetivo, o de Proclamar a República.

Em 1874, após a percepção, decorrente da Guerra do Paraguai, de que o ensino no Exército necessitava de mudança, houve a reforma que separou a formação do militar e a do engenheiro, que passam a ser formados na Escola Militar e Escola Central, respectivamente. Com esta mudança, acirra-se a disputa entre os oficiais formados na Escola Militar e aqueles que ascendiam à carreira por outras formas, sendo que uns se achavam mais merecedores do oficialato do que os outros. A problemática de como o oficial deveria ser formado continuou sendo um problema para o ensino militar.

Com a morte de duque de Caxias, houve um vácuo na liderança do Exército. Não havia nomes que unissem os seus integrantes. Marechal Deodoro e Benjamin Constant destacaram-se e ficaram como representantes das vozes destoantes na Instituição. Deodoro pensava na Força Armada para defesa do País e Constant como formadora de líderes para a direção da Nação. Após a união destes dois, com o episódio da Questão Militar, Deodoro proclama a República e, quanto ao ensino no Exército, parecia que Constant havia se saído vitorioso. Em 1890, quando Benjamin era o Ministro da Guerra, na primeira reforma feita

após a Proclamação da República, o pensamento positivista prevaleceu na forma de como as escolas militares deveriam formar. O gosto da vitória não durou muito tempo, pois Benjamin Constant morre em 22 de janeiro de 1891 e outra reforma começou a ser gestada pelo meio militar e pelo Parlamento Brasileiro.

Em meio à politização dos meios de ensino militar e problemas entre o marechal Deodoro e o Presidente Prudente de Moraes, a Nação se viu envolvida na Campanha de Canudos, um dos episódios mais tristes e mais vergonhosos para o Brasil e nosso Exército. Foram necessárias quatro expedições para eliminarem um vilarejo com sertanejos e um líder messiânico. O que ficou claro foi a falta de preparo dos integrantes do Exército para serem empregados em situações reais.

Com a vitória em Canudos, a reforma que começou a ser gestada já em 1891 foi efetivada, mas não modificou muito a formação deficitária em preparar os concludentes para a guerra. No ano de 1897, após o término da Campanha de Canudos, uma nova lei instituindo reforma no sistema de ensino do Exército foi promulgada. Esta lei foi posta em prática no ano de 1898 e não conseguiu modificar os pontos pretendidos, que eram a não preparação do oficial para a guerra e a falta de disciplina dos alunos. Esta insatisfação com a formação e a indisciplina dos alunos da EMB no evento da Revolta da Vacina impulsionou os líderes do Exército a promoverem outra Reforma no Ensino Militar em 1905, mais voltada para a profissionalização em relação à carga horária das disciplinas ministradas e também em relação ao ensino da disciplina.

A partir daí o entendimento de que o Exército não pode permanecer estático, deve se preparar constantemente, evoluindo taticamente, conhecendo novos materiais, estudando o terreno do combate e conhecendo o inimigo, propagou-se.

O estudo da evolução do Ensino Militar reveste-se de importância significativa para a compreensão do valor dado pelo Exército para as suas Escolas. O Ensino tem sido chamado de a “jóia da coroa” da Força Terrestre. O jornalista Alexandre Garcia diz:

Esse ensino que dá conhecimento e formação, a Instituição não se afeta pelas turbulências políticas e sociais do país e muito menos pela decadência moral que nos destrói. Um ensino sempre atualizado, moderno e firme, com princípios e disciplina – que, aliás, é condição para êxito em qualquer atividade humana.³⁰⁵

³⁰⁵ Joia da Coroa, EBlog, Brasília, 29 de Janeiro de 2018, disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/joia-da-coroa.html>

Fontes

Almanaque dos Oficiais do Exército de 1852, Arquivo Histórico do Exército.

Almanaque dos Oficiais do Exército de 1891, Arquivo Histórico do Exército.

Annaes da Câmara dos Deputados(RJ), 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_01&Pesq=%22ensino%20militar%22&pagfis=9912 Acesso em: 05 de outubro de 2021

Annaes do Parlamento Brasileiro(RJ), 1826 a 1873, p. 518 a 524. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1849_00001.pdf Acesso em: 17 de outubro de 2020

Annaes do Parlamento Brasileiro(RJ), 1826 a 1873, p. 144. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1858_00002.pdf Acesso em: 22 de outubro de 2020.

Annaes do Parlamento Brasileiro(RJ), 1826 a 1873, p. 64. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1859_00001.pdf Acesso em: 22 de outubro de 2020.

Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em 25 de março de 2021

DECRETO nº 25, de 14 de janeiro de 1839, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM0025.htm#:~:text=DECRET O%20No%2025%2C%20DE,Art. Acesso em 28 de Março de 2021.

DECRETO nº 330, de 12 de Abril de 1890. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Promulga%20o%20regulamento%20que%20reorganiza,Armada%2C%20em%20nome%20da%20Na%C3%A7%C3%A3o%2C&text=Manoel%20Deodoro%20da%20Fonseca.> Acesso em 01 de abril de 2021.

DECRETO nº 747, de 24 de dezembro de 1850. Rio de Janeiro. II Império. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-747-24-dezembro-1850-560178-publicacaooriginal-82804-pe.html> Acesso em 12 de outubro de 2020.

DECRETO de 22 de Outubro de 1833. https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-17/Legimp-17_32.pdf Acesso em 28 de Março de 2021.

DECRETO nº 330, de 12 de abril de 1890 (Regulamento que reorganiza o ensino nas Escolas do Exército).

DECRETO nº 1.718, de 17 de Junho de 1937.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1718-17-junho-1937-459925-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 23 de Março de 2021.

DECRETO nº 2.116, de 1º de março de 1858,

<https://legis.senado.leg.br/norma/395509/publicacao/15777891> . Acesso em 28 de Março de 2021.

DECRETO Nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5529-17-janeiro-1874-550076-publicacaooriginal-65706-pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20para%20as%20Escolas%20do%20Exercito.&text=1%C2%BA%20A%20instruc%C3%A7%C3%A3o%20militar%20theorica,Art.> Acesso em 05 de Abril de 2021.

Journal dès Débats Politiques et Littéraires, 17 de novembro de 1889, p. 1.

<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k464868x/fl.item.zoom#> Acesso em 05 de Abril de 2021.

LEI de 18 de Agosto de 1831, que cria as Guardas Nacionaes e extingue os corpos de milicias, guardas municipais e ordenanças. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acessado em 23 de Março de 2021.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1851.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1855.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1858.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1861.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1872.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1874.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1875.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1877.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1880.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1882.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1883.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1885.

_____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1886.

- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1887.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1889.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1891.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1898.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1899.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1900.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1901.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1902.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1903.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1904.
- _____. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra, 1905.

OD 35, de 15 de fevereiro de 1890, p. 128. Arquivo Histórico do Exército.

O Militar Brioso, ano I, edição n. 6, de 04 de abril de 1855.

O Militar Brioso, ano I, edição n. 7, de 11 de abril de 1855.

Revista do Exército Brasileiro. Editorial janeiro de 1885. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1885.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-249.

ALCEMAR, Ferreira Júnior. A Fênix Imperial: O Exército Brasileiro nas Décadas de 1850 e 1860. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

ALVES, Cláudia Maria Costa. A intelectualidade militar e as práticas escolares no exército brasileiro no século XIX. Congresso Brasileiro de História da Educação, História e memória da educação brasileira. Vol. 2. 2002

ALVES, Cláudia Maria Costa. Cultura e Política no Século XIX: O Exército como Campo de Constituição de Sujeitos Políticos no Império. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

- ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. Trad. Sérgio Bath. 1993.
- AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil, v. 5, 1971.
- BARROS, José D'Assunção. O Campo Histórico. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e história da Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP. 1994.
- CARVALHO, José Murilo; DAS ALMAS, A. Formação. Companhia das Letras. São Paulo, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª Ed. 2006.
- CASTRO, Celso. O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Zahar, 1990.
- CASTRO, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Zahar, 1995.
- COELHO, Edmundo Campos. Em busca da identidade: o Exército e política na sociedade brasileira, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COMTE, A., & Giannotti, J. A. (1991). Os pensadores. Brasil.
- COUTINHO, João Pereira. As ideias conservadoras. São Paulo: Três Estrelas. 2014.
- CUNHA, Euclides da, 1866-1909. São Paulo, Editora Cultrix.
- DA SILVA RODRIGUES, Fernando. História Militar: Entre o Debate Local e o Nacional. Paco Editorial, 2019.
- DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- DE MAGALHÃES, B. B., & Castro, C. (2009). O diário de Bernardina: da monarquia à república, pela filha de Benjamin Constant. Jorge Zahar Editor Ltda.
- do pensamento social do Século, Dicionário. XX/editado por William Outhwaite, Tom Boltomore; com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Touraine; editoria da versão brasileira, Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos; tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral—Rio de Janeiro: Jorge Zahar." 1996.
- FIGUERÊDO, Lima. Casernas e Escolas. Gráfica Laemmert, Limitada, Rio de Janeiro, 1945.
- FREYRE, Gilberto. Nação e Exército. José Olympio Editora. 1949.
- GAULLE, Charles De. "Por um exército profissional." Rio de Janeiro: BIBLIEX (1996).

GONZAGA, Amarildo Menezes, Eduardo Alberto das Chagas, and Osimar Magalhães Bezerra Brasil. A natureza das afirmações científicas e o cientificismo no ensino de ciências. *Revista Areté| Revista Amazônica de Ensino de Ciências* 4.6, 2017.

GREGÓRIO, Jorge Luiz de Almeida. *Origens , Conflitos e Mudanças: A Participação da Academia Militar das Agulhas Negras no Golpe Militar de 1964*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Fernando da Silva Rodrigues. 2018.

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: estudo social e político*. Edições GRD, 1967.

Joia da Coroa, EBlog, Brasília, 29 de Janeiro de 2018, disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/joia-da-coroa.html>

KEEGAN, John. *A Face da Batalha*. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

LACROIX, Jean. *A sociologia de Auguste Comte*. Curitiba: Ed. Vila de Príncipe. 2003.

I.EMOS. Renato. *Benjamin Constant-Vida e História*. Rio de Janeiro RJ: TOPBOOKS, 1999.

LANDGRAF, Saulo Freire. Princípios kantianos da liderança de osório, um tarimbeiro por excelência. *Revista Científica Fundação Osório* (ISSN: 2526-4818) 4.1, 2019

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Ir. PINSKY. Carla Bassanezi (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contesto. 2005.

MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Biblioteca do Exército Editora, 1998.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. *A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultural*. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 2, n. 4, 2008.

MARIA, Ten-Cel Ped Profª Drª; CARDOSO, Luiza. *A FORMAÇÃO DE ARTILHEIROS E DE ENGENHEIROS EM PORTUGAL E NA SUA COLÔNIA AMERICANA—UM ESTUDO COMPARATIVO*.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria*. São Paulo: BIBLIEX. 2009.

MENDES, R. T. (1900). *O ano sem par: abril de 1845 a abril de 1846, ou, Meditação religiosa da incomparável união á qual os fundadores do positivismo, Augusto Comte e Clotilde de Vaux (n. Marie), deverão o preenchimento da sua missão: esboço. na Séde Central da Igreja Pozitivista do Brazil*.

MENDES, Raimundo Teixeira. *Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro. Apostolado Positivista do Brasil, 1892.

MILLS, Charles Wright. "A elite do poder. 3ªed." (1975): 421.

MORAES, João Martin de. A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana a guerrilha dos tenentes. São Paulo Siciliano. 1991.

MOTTA, Jebovah. A formação do Oficial do Exército. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 2001.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. Militares e Política no Século XIX: Uma Abordagem Através do Estudo da Imprensa Periódica Militar. In: Militares e política no Brasil./Jefferson Rodrigues Barbosa...et al. (Orgs). 1.ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2018

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”. (Anais). XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

PETIT, Annie. História de um sistema: o positivismo comtiano. In: TRINDADE, Helgio. O positivismo: teoria e prática. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PIOVEZAN, Adriane. A Assistência Religiosa na Guerra: o service de capelania military no Brasil. Anais do IV Simpósio do GT História das Religiões e das Religiosidades da Associação Nacional de História Regional Sul, p. 3-13.

RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos. A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos. 2013

RIBEIRO, José Silvestre. Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia por Jose Silvestre Ribeiro. Vol. 1. Typographia da Academia real das sciencias, 1871.

RIBEIRO, Jota. O Genocídio de Canudos: por que o Exército evita comentar? – 1ª Ed. – São Paulo: Baraúna, 2017.

RODRIGUES, Fernando. Indesejáveis: Instituição, pensamento políticos e formação profissional dos Oficiais do Exército brasileiro (1905 - 1946). Jundiaí. Paco Editorial: 2010.

RODRIGUES, Fernando da Silva. História do ensino militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro (1889-1944). Navigator (Rio de Janeiro), v. 12, n. 24, pág. 86-98, 2016.

ROMERO, Sílvio. "Explicações indispensáveis." Prefácio a vários escritos de Tobias Barreto de Menezes In T. Barreto, Obras Completas 10 (1926)

SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.2010.

TREVISAN, Leonardo. Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro. Biblioteca do Exército, 2011.

TORRES, João Camilo de Oliveira. O positivismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes.1943.

VIANA, Oliveira. 1885-1951. O ocaso do Império - Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2004.

VON MISES, Ludwig. Liberdade e propriedade: ensaios sobre o poder das ideias. LVM Editora, 2017.